

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social**

**PHILIPPE OLIVEIRA ABOUID**

**POLÍTICA E IMAGINÁRIOS NO ENFRENTAMENTO DA LGBTIFOBIA:  
a abordagem do Canal das Bee sobre o "Kit-Gay" e a "Ideologia de Gênero" nas  
eleições presidenciais de 2018**

**BELO HORIZONTE**

**2020**

**PHILIPPE OLIVEIRA ABOUID**

**POLÍTICA E IMAGINÁRIOS NO ENFRENTAMENTO DA LGBTIFOBIA:  
a abordagem do Canal das Bee sobre o "Kit-Gay" e a "Ideologia de Gênero" nas  
eleições presidenciais de 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação Social.

Orientador: Carlos Alberto de Carvalho

Área de Concentração: Textualidades Midiáticas

**BELO HORIZONTE**

**2020**

<p>301.16 A155p 2020</p>	<p>Aboutid, Philippe Oliveira.</p> <p>Política e imaginários no enfrentamento da LGBTIfobia [manuscrito] : a abordagem do Canal das Bee sobre o "kit-gay" e a "ideologia de gênero" nas eleições presidenciais de 2018 / Philippe Oliveira Aboutid. - 2020.</p> <p>124 f.</p> <p>Orientador: Carlos Alberto de Carvalho.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>1.Comunicação – Teses 2. Minorias sexuais – Teses. 3.Homofobia – Teses. 4.Imaginário - Teses. 5. Canal das Bee (Canal do Youtube).6. Presidentes – Eleição – Teses. I. Carvalho, Carlos Alberto de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------------------	---

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

Política e imaginários no enfrentamento da LGBTifobia:  
a abordagem do Canal das Bee sobre o “Kit-Gay” e a “Ideologia de  
Gênero” nas eleições presidenciais de 2018

Philippe Oliveira Abouid

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:



Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho - Orientador

DCS-FAFICH/UFMG



Prof. Dr. Carlos Magno Camargos Mendonça

DCS-FAFICH/UFMG



Profª Dra. Joana Ziller de Araujo Josephson

DCS-FAFICH/UFMG

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2020

*Aos meus pais e à minha irmã,  
meus primeiros professores:  
Antônio Abouid (em memória),  
Márcia Aparecida Abouid e  
Poliana Oliveira Abouid*

## **AGRADECIMENTOS**

*Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho, por todo conhecimento compartilhado.*

*A todos os pesquisadores do Tramas Comunicacionais que, de alguma forma, contribuíram com esta construção.*

## RESUMO

Esta pesquisa se interessa por um fenômeno que é peculiar desta sociedade imersa em ambientes digitais e que marca as duas primeiras décadas do século XXI: os modos de enfrentamento da LGBTIfobia que se desdobram a partir de textualidades constituídas na produção e circulação de produtos audiovisuais no *YouTube*, uma plataforma que possibilita e, de algum modo, potencializa a interação e a articulação de milhares de pessoas pela *internet*. Aqui, analisaremos especificamente dois vídeos publicados no Canal das Bee que buscam abordar polêmicas que tiveram a LGBTIfobia como chave operatória: o "Kit-Gay" e a "Ideologia de Gênero". O Canal das Bee é produzido por e para pessoas LGBTI, soma mais de 372 mil inscritos e 33 milhões de visualizações. Esse canal, conforme sua descrição, foi criado com o intuito de combater a homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia e o machismo. Objetiva-se observar de que maneira o enfrentamento à LGBTIfobia repercute nos vídeos analisados, a fim de investigar como esse fenômeno foi capaz de mobilizar o Canal das Bee no período de disputa pela presidência da república em 2018, marcada por ataques às pessoas LGBTI por parte do vencedor. Para a análise das textualidades, trabalharemos com a perspectiva de Castoriadis (2000), em seu esforço de recuperar a potência produtiva do imaginário socio-histórico, que aqui se coloca em diálogo com as perspectivas de política de Arendt (2018), as políticas da inimizade de Mbembe (2017) e a dimensão dos corpos descartáveis e não pranteáveis discutida por Butler (2018).

**Palavras-chave:** LGBTIfobia. Política. Imaginário. Enfrentamento. Eleições. *YouTube*.

## ABSTRACT

This research is interested in a phenomenon that is peculiar to this society immersed in digital environments - which marks the first two decades in the 21st century - and which deals with the ways of facing LGBTIphobia from an audiovisual language and shared with thousands of people. Here we are going to talk specifically about the videos published on "Canal das Bee", which is hosted on *YouTube* and has over 372,000 subscribers and 33 million views. This channel, as presented in the description, was created to combat homophobia, lesbophobia, biphobia, transphobia, and machism. As a temporal and thematic cut, we will focus on the 2018 presidential election scene, clearly marked by LGBTIphobia, which has strongly crossed candidates' government programs, electoral campaigns, and controversies over "Kit-Gay" and "Gender Ideology". We will observe how the facing of LGBTIphobia affects the channel to investigate how this phenomenon is capable of mobilizing the "Canal das Bee" during the Brazilian election period. For the analysis of textualities, we will work with the perspective of Castoriadis (2000) in his effort to recover the productive power of the socio-historical imaginary, which we put here in dialogue with the perspectives on the politics of Arendt (2018), the politics of enmity of Mbembe (2017) and the discussion of bodies that are not bereaved developed by Butler (2018).

**Keywords:** LGBTIphobia. Politics. Imaginary. Confronting. Election. *YouTube*.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 O ENFRENTAMENTO DA LGBTIFOBIA NO <i>YOUTUBE</i>: A APREENSÃO DE UM FENÔMENO     COMUNICACIONAL E POLÍTICO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018.....</b>	<b>13</b>
<b>2 LGBTIFOBIA .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 A LGBTIFOBIA EM SUA DIMENSÃO RELIGIOSA.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 DA DIREITA À ESQUERDA: A LGBTIFOBIA EM DIFERENTES ESPECTROS IDEOLÓGICOS .....</b>	<b>27</b>
<b>2.3 O ENFRENTAMENTO DA LGBTIFOBIA NO BRASIL .....</b>	<b>29</b>
<b>3 DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICA, POLÍTICA DA INIMIZADE E CORPOS NÃO PRANTEÁVEIS....</b>	<b>38</b>
<b>3.1 A DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICA EM HANNAH ARENDT .....</b>	<b>39</b>
<b>3.2 A POLÍTICA DA INIMIZADE PELA PERSPECTIVA MBEMBIANA .....</b>	<b>43</b>
<b>3.3 A POSSIBILIDADE DO LUTO COMO UM ELEMENTO POLÍTICO .....</b>	<b>48</b>
<b>3.4 NUANCES SOBRE A POLÍTICA NO ENFRENTAMENTO DA LGBTIFOBIA.....</b>	<b>51</b>
<b>4 A LGBTIFOBIA NAS ELEIÇÕES DE 2018 .....</b>	<b>58</b>
<b>4.1 A ABORDAGEM DA LGBTIFOBIA NOS PLANOS DE GOVERNO DOS PRESIDENCIÁVEIS.....</b>	<b>59</b>
<b>4.2 O CONTEXTO POLÍTICO-ELEITORAL BRASILEIRO: A INFLUÊNCIA RELIGIOSA E O CONSERVADORISMO</b>	<b>63</b>
<b>4.3 O “KIT-GAY” .....</b>	<b>65</b>
<b>4.4 A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” .....</b>	<b>67</b>
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>73</b>
<b>5.1 QUESTÕES TÉCNICAS .....</b>	<b>73</b>
<b>5.2 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS .....</b>	<b>74</b>
<b>5.3 O IMAGINÁRIO SOCIO-HISTÓRICO .....</b>	<b>75</b>
<b>6 MATERIALIDADES .....</b>	<b>79</b>
<b>6.1 O <i>YOUTUBE</i> .....</b>	<b>79</b>
<b>6.2 O CANAL DAS BEE.....</b>	<b>82</b>
<b>6.3 VISUALIDADES E COMENTÁRIOS NOS VÍDEOS “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E “KIT-GAY” .....</b>	<b>85</b>
<b>7 MOVIMENTO ANALÍTICO.....</b>	<b>94</b>
<b>7.1 CIRCUNSCREVENDO O ALCANCE E OS LIMITES DAS ANÁLISES EM RELAÇÃO AOS VÍDEOS E AOS     FENÔMENOS ABORDADOS .....</b>	<b>94</b>
<b>7.2 O PRECONCEITO CONTRA A POLÍTICA NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES DE 2018 .....</b>	<b>96</b>
<b>7.3 A POLÍTICA DO PRECONCEITO NO BRASIL .....</b>	<b>100</b>
<b>7.4 A NECROPOLÍTICA LGBTIFÓBICA.....</b>	<b>104</b>
<b>7.5 A PRECARIIDADE DOS CORPOS E O LUTO COMO ELEMENTO POLÍTICO.....</b>	<b>105</b>
<b>7.6 O ENFRENTAMENTO DA LGBTIFOBIA NOS VÍDEOS DESTACADOS .....</b>	<b>107</b>
<b>7.6.1 A ausência da LGBTIfobia na abordagem sobre a “Ideologia de Gênero”.....</b>	<b>108</b>
<b>7.6.2 O enfrentamento da LGBTIfobia na abordagem sobre o “Kit-Gay” .....</b>	<b>112</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que mais mata<sup>1</sup> LGBTI<sup>2</sup> em todo o mundo. Esse dado reflete um cenário de intolerância que é pauta do ativismo na luta por direitos dessa população. O tensionamento de discursos pró e contra a cidadania LGBTI (e sua própria existência como sujeitos) desdobra-se e pode ser percebido no contexto das eleições de 2018, sobretudo em função de um pleito presidencial marcado por um debate menos propositivo sobre os grandes desafios sociais brasileiros e mais próximo das questões morais, religiosas e ideológicas. Esse cenário político propicia observar a violência estrutural, cultural e institucional que acomete tal parcela da população, historicamente marginalizada. É possível perceber, por exemplo, certa naturalização da violência contra pessoas LGBTI e o crescimento de crimes de ódio por motivações LGBTIfóbicas, o que contribui para a construção de um ambiente hostil e violento.

Dados divulgados pelo jornal *Folha de São Paulo*<sup>3</sup> apontam um aumento de crimes relacionados à intolerância<sup>4</sup> em 2018, no maior colégio eleitoral do país, principalmente entre os meses de agosto e outubro, coincidentemente, o período da campanha eleitoral. Nesse período, foram registrados, em média, 16 casos por dia, sendo 18 ocorrências/dia no mês de outubro, o que representa o triplo em relação ao mesmo período do ano anterior. Somente no mês da eleição (outubro), houve um acúmulo de 67% em comparação à média dos seis primeiros meses do ano, somando 586 boletins de ocorrência. Os indicadores também apontam um crescimento de 75% nas ocorrências relacionadas à homofobia e 171% nas de intolerância religiosa.

O país se encontra diante de um quadro político fortemente conservador, em que discursos contra a prática da homossexualidade e a diversidade sexual e de gênero são

---

<sup>1</sup> Informação extraída do relatório de 2018, do Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

<sup>2</sup> Termo usado para se referir a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais. Compreende-se que os desdobramentos dessa sigla têm o intuito de abarcar outras categorias sexuais e de gênero, mas, por motivos práticos, optamos por LGBTI. O uso da sigla tal como manejamos configura-se também como um gesto político no sentido de apontar para as diferentes relações de poder que atravessam as categorias que o termo objetiva contemplar, desestabilizando qualquer tentativa de unidade em relação a essas identidades e suas reivindicações políticas.

<sup>3</sup> ESTARQUE, Marina; FARIA, Flávia. Registros de intolerância triplicaram em SP na última campanha eleitoral. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/registros-de-intolerancia-triplicaram-em-sp-na-ultima-campanha-eleitoral.shtml>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

<sup>4</sup> Desde novembro de 2015, o estado de São Paulo passou a incluir no boletim de ocorrências um campo para indicar se o crime teve motivações de intolerância e qual o tipo de preconceito sofrido. Tal medida é uma das demandas da comunidade LGBTI frente aos crimes LGBTIfóbicos que não são enquadrados como tais.

constantemente acionados, muitas vezes como injúrias, inclusive em declarações do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), considerado representante da extrema-direita<sup>5</sup> no Brasil.

Em diversas declarações dadas durante o pleito presidencial (que continuam mesmo no exercício da presidência), Bolsonaro deu ênfase à sua total discordância em relação ao direito de reconhecimento da homossexualidade como aspecto não patológico da vida, opondo-se ao ativismo LGBTI e relativizando a LGBTIfobia e suas manifestações violentas. Entre as pautas defendidas pelo candidato, legitimadas após a vitória e que se desdobram em ações neste governo, destacam-se a defesa dos valores tradicionais da família heteronormativa cristã (que claramente exclui o reconhecimento ao casamento entre pessoas do mesmo gênero)<sup>6</sup> e o combate aos estudos de gênero e sexualidade, estrategicamente rotulados como "Ideologia de Gênero".<sup>7</sup>

Imersas em um ambiente propício para a disseminação de notícias falsas - fenômeno comunicacional que atravessa fortemente o enfrentamento da LGBTIfobia no contexto político atual -, algumas questões foram estrategicamente associadas a uma possível conspiração do ativismo gay no sentido de impor um comportamento homossexual às crianças, por exemplo, a retórica do "Kit-Gay".<sup>8</sup> Além disso, buscou-se reforçar o imaginário de que o homossexual pode representar perigo às crianças, seja pela normalização de uma prática imoral – a sodomia –, seja pela pederastia que lhe seria característica.<sup>9</sup> Além de Bolsonaro, outros presidenciáveis que disputaram o primeiro turno, como Cabo Daciolo e

---

<sup>5</sup> Tal caracterização tem circulado amplamente em diversos jornais no mundo, como mostra a reportagem publicada pelo portal G1: "Imprensa internacional repercute a vitória de Bolsonaro na eleição presidencial". Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/10/28/imprensa-internacionalrepercute-a-vitoria-de-bolsonaro-na-eleicao-presidencial.ghtml>>. Acesso em: 10 nov. 2018. Por outro lado, na imprensa brasileira, essa abordagem ganha contornos mais moderados e o termo 'extrema-direita', quando aparece, está quase sempre relativizado entre aspas (como na referida reportagem), com exceção de alguns jornais que estão à margem dos grandes conglomerados de comunicação (muitos desses claramente favoráveis ao presidente eleito ou não se opondo a ele).

<sup>6</sup> O casamento entre pessoas do mesmo gênero foi reconhecido pelo STF em 2011 e, desde então, tem sido motivo de acalorados debates no Legislativo. No entanto, uma lacuna se abriu em função da omissão do Parlamento sobre a questão, submerso em um conservadorismo que, em certa medida, o mantém inerte em relação a políticas públicas voltadas para a diversidade sexual.

<sup>7</sup> Tal discussão fez parte dos debates para a consolidação do Plano Nacional de Educação, que objetivava incluir os estudos de gênero e sexualidade na estrutura curricular.

<sup>8</sup> Polêmica em torno de um material pedagógico proposto em 2011 pelo ministério da Educação, com conteúdos voltados para o enfrentamento da LGBTIfobia no ambiente escolar. Tal projeto foi intitulado como "Kit-Gay" por líderes religiosos que buscavam deslegitimar a iniciativa, bem como apontá-la como um dos instrumentos de doutrinação gay das crianças pelo governo do PT.

<sup>9</sup> É possível perceber a construção desse imaginário em diferentes períodos da história, como apontam os estudos de Eribon (2008), Carvalho (2012) e Borrillo (2015), entre outros.

João Amoêdo, reiteraram suas posições contra aquilo que seria a degradação dos valores tradicionais da família brasileira: a “Ideologia de Gênero” e as homossexualidades.

Para aprofundarmos na compreensão do fenômeno da LGBTIfobia, acionamos Borrillo (2015), que entende por homofobia o preconceito contra homossexuais ou a homossexualidade, designando dois aspectos da mesma realidade: a dimensão pessoal, que se dá pela rejeição aos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, que rejeita a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. Para o autor, assim como a xenofobia e o racismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária e desqualificadora, em que o outro é tratado como contrário, inferior ou anormal, sendo excluído dos círculos sociais. Borrillo (2015) sinaliza que a homofobia pode ser vista como um dispositivo de vigilância das fronteiras de gênero e, nesse sentido, está na ordem da produção de fobias, das relações de poder e da performatividade dos gêneros.

Homofobia é o termo que Borrillo (2015) mobiliza para compreender as dimensões, manifestações, emergências históricas, entre outras diferentes formas de violência contra as pessoas que se dissociam das normas heterossexistas e de gênero. Nesta dissertação, trabalharemos com a ideia de LGBTIfobia, conforme demonstraremos adiante. Contudo, grifa-se que homofobia e LGBTIfobia não são sinônimos, pois entendemos que a LGBTIfobia é um termo de uso mais recente e é um gesto político, considerando as especificidades e outros atravessamentos de poder que incidem sobre as diferentes categorias que esse termo guarda-chuva pretende representar.

A LGBTIfobia e o seu enfrentamento têm sido pauta das discussões sociais, políticas e midiáticas encontradas também no *YouTube*, uma plataforma midiática em que se hospeda o Canal das Bee,<sup>10</sup> onde estão publicados os vídeos que são objeto desta análise. Nas publicações desse canal, os apresentadores expressam vivências, experiências e acionam discursos contra a LGBTIfobia, constituindo uma complexa trama textual atravessada por jogos de poder e disputas de sentidos que são materializados em ambientes digitais e que geram lastros (os quais serão analisados mais adiante). Nesse sentido, este trabalho propõe uma reflexão teórico-metodológica sobre os modos de enfrentamento da LGBTIfobia nessa plataforma, a partir da análise de dois vídeos publicados no Canal das Bee sobre os temas que ali reverberaram durante e em relação ao período eleitoral, cotejando os conteúdos desse material com os posicionamentos dos candidatos, manifestos em programas de governo e falas públicas.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <[www.youtube.com/ CanalDasBee](http://www.youtube.com/CanalDasBee)>. Acesso em: 03 jun. 2019.

A aposta desta dissertação é que, durante e em relação a esses debates, é possível olhar para as publicações do Canal das Bee e enxergar as condições de emergência da LGBTIfobia, os imaginários sobre a LGBTIfobia que circulam nessa ambiência e as ações que visem o seu enfrentamento, bem como o *modus operandi* do enfrentamento da LGBTIfobia nos vídeos analisados. Embora o Canal das Bee não seja voltado especificamente para o debate político, o interesse neste recorte ocorre por esse canal se endereçar à comunidade LGBTI e ter muitos inscritos, visualizações expressivas e, conseqüentemente, muitos comentários. Também é um canal que, desde a sua criação – em um ambiente universitário –, surge com o objetivo de combater a LGBTIfobia. No entanto, a escolha do canal talvez seja o menos importante para este projeto, uma vez que esta pesquisa se interessa pelo fenômeno, ou seja, pelos modos de enfrentamento da LGBTIfobia observados nas publicações no Canal das Bee. Desse modo, esperamos contribuir para uma melhor compreensão desses fenômenos, sobretudo nesse ambiente comunicativo característico da sociedade do século XXI conectada em rede.

O *YouTube* é o segundo *site* mais acessado do mundo e a principal plataforma de compartilhamento de vídeos no Brasil. De acordo com informações disponíveis no próprio *site*, mais de 1,9 bilhões de usuários acessam a plataforma todos os meses. Uma pesquisa realizada pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgada pela revista *Piauí*<sup>11</sup> mostra como o debate eleitoral reverberou no *YouTube*, principalmente no segundo turno. A pesquisa aponta que, na semana posterior ao primeiro turno, entre 8 e 15 de outubro, ocorreram 991 publicações sobre os candidatos; anteriormente, entre 4 e 7 de outubro, foram 939. Segundo a FGV, 63% desses vídeos foram favoráveis ao candidato Bolsonaro e os conteúdos postados sobre Haddad, em sua maioria, possuíam teor negativo. Portanto, não é possível desconsiderar a importância do *YouTube* neste novo cenário midiático, não só no que diz respeito aos hábitos de consumo de audiovisual dos brasileiros, mas, sobretudo, por sua importância no contexto eleitoral de 2018.

As eleições presidenciais de 2018 compõem o recorte temporal e temático para a seleção dos vídeos, justificado pela ideia de que elas foram marcadas pela LGBTIfobia<sup>12</sup> e por um debate menos propositivo e mais próximo às questões morais e religiosas. A disseminação de notícias falsas e/ou distorcidas que usaram a LGBTIfobia como chave operatória para a

---

<sup>11</sup> RAMOS, Marcella. Eleição explode no *YouTube* após 1º Turno. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/eleicao-explode-no-youtube-apos-lo-turno/>>. Acesso em: 05 jun. 2019

<sup>12</sup> Levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas aponta que Bolsonaro explorou temas como a homofobia, o racismo e o aborto para se posicionar como candidato e reagir aos partidários de esquerda. Ver mais em: O estado da desinformação: eleições 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/25743>>. Acesso em: 05 jul. 2019

deslegitimação de candidaturas, como o “Kit-Gay” e a “Ideologia de Gênero”, foram questões que se destacaram.

Neste trabalho, a LGBTIfobia é assumida como uma sigla que busca abarcar as diferentes formas de violência a identidades, sexualidades, expressões de gênero e desejos, sendo, em si, multifacetada e apontando para diversos graus de vulnerabilidade das pessoas acometidas por preconceito em função da dissonância às normas heterossexistas. Além disso, é importante reiterar que camadas estão sobrepostas e são constantemente tensionadas, ou seja, a LGBTIfobia é uma relação de poder cuja violência pode ser percebida de diferentes formas, níveis e em diferentes camadas, que são móveis, transitórias, articuladas, imbricadas, tensionadas e intrinsecamente atravessadas.

No contexto eleitoral, ficaram ainda mais visíveis essas especificidades que emergem de maneira peculiar nas múltiplas expressões da LGBTIfobia e seus modos de enfrentamento. Conforme já pontuado, as declarações do presidente eleito Jair Bolsonaro, bem como suas propostas de governo, representam fortes retrocessos e uma ameaça iminente à cidadania da população LGBTI; se não, à sua própria existência.<sup>13</sup>

O interesse desta pesquisa consiste em refletir como a LGBTIfobia é capaz de mobilizar um conteúdo de vídeo específico, como os publicados pelo Canal das Bee, nos quais pessoas que se identificam como gays, lésbicas etc. produzem material audiovisual voltado para gays, lésbicas etc., com o objetivo de enfrentar o preconceito e exercer certo ativismo político.

Assim, a partir das textualidades que emergem de dois vídeos publicados pelo Canal das Bee durante o período eleitoral, acrescidas das que foram localizadas nas propostas dos presidenciais,<sup>14</sup> pretende-se saber qual trama textual foi/é tecida em relação ao enfrentamento da LGBTIfobia no cenário das eleições de 2018. Em que medida esses vídeos fizeram (e fazem) emergir os imaginários sobre a LGBTIfobia que atravessam a sociedade, ao discutir o seu enfrentamento? Por conseguinte, como é possível perceber a constituição e operacionalização dos modos de enfrentamento à LGBTIfobia que se desdobram nessa ambiência virtual e o que ela tem de peculiar, de específico?

Dessa maneira, nesta dissertação, realiza-se um esforço de análise sobre os vídeos intitulados “Kit-Gay” e “Ideologia de Gênero”, categorizados na playlist “Recebidos da

---

<sup>13</sup> É inevitável considerar a violência simbólica (que pode se desdobrar em agressões físicas) que historicamente atinge os homossexuais como consequência desses discursos, sobretudo a partir da naturalização da violência como instrumento corretivo à prática e ao comportamento homossexual.

<sup>14</sup> Recorremos aos planos de governo dos candidatos publicados no site oficial do TSE.

Semana”, nos quais os apresentadores se propõem a discutir os temas que foram destaque na semana e que se relacionam, de alguma forma, com questões sobre a população LGBTI.

Tais vídeos foram postados no período estabelecido pelo TSE para as campanhas dos presidencialistas, ou seja, foram publicados no contexto do debate eleitoral e com a pretensão de discutir sobre as duas temáticas supracitadas.

### **1.1 O enfrentamento da LGBTIfobia no *YouTube*: a apreensão de um fenômeno comunicacional e político nas eleições presidenciais de 2018**

As eleições de 2018 foram fortemente marcadas pela LGBTIfobia e a operacionalização dessa estratégia durante o debate eleitoral foi determinante para o resultado do pleito. O Brasil elegeu como chefe do executivo o então deputado federal Jair Bolsonaro (PSL), que ganhou visibilidade, dentre outros posicionamentos reacionários e de expressão de ódios e preconceitos diversos, por suas declarações públicas LGBTIfóbicas e sua atuação incisiva contra as reivindicações do movimento LGBTI na Câmara Federal.

Apesar do protagonismo de Jair Bolsonaro, a LGBTIfobia também foi um operador para as candidaturas de outros presidencialistas, como as de Cabo Daciolo (Patriota), João Amoêdo (Novo) e José Maria Eymael (PSDC). Também foi articulada em campanhas de diferentes candidatos para o Legislativo e o Executivo estadual.

Não obstante, candidaturas como as de Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT) e Marina Silva (Rede), entre outros minoritários, apresentaram alguns projetos para o enfrentamento da LGBTIfobia, apontando para a intenção de instituí-los como políticas de Estado.

O debate eleitoral esteve, portanto, tensionado, entre outras coisas, por discursos que reiteravam a LGBTIfobia e por aqueles que propunham seu enfrentamento. Mesmo assim, as dimensões desse fenômeno talvez tenham sido pouco problematizadas, sobretudo nos contradiscursos frente às polêmicas que tiveram a LGBTIfobia como chave operatória (a exemplo do “Kit-Gay” e da “Ideologia de Gênero”), como veremos na análise dos vídeos selecionados no Canal das Bee.

Embora o Canal das Bee não se propusesse a realizar um debate político em torno dessas polêmicas, elas reverberaram no canal por estarem sedimentadas na LGBTIfobia, cujo enfrentamento é a engrenagem que mobiliza o canal para a produção de conteúdos.

Refletir sobre o enfrentamento à LGBTIfobia durante o período eleitoral é ter que lidar com outros fenômenos comunicacionais contemporâneos que, embora atravessem a discussão

aqui proposta, não se configuram como o objetivo desta pesquisa. Tanto a polêmica em torno da “Ideologia de Gênero” como em relação ao “Kit-Gay” desdobraram-se em um contexto de *fake news*, termo americano que se popularizou no Brasil para se referir a notícias falsas.<sup>15</sup> Tal fenômeno comunicacional tem sido objeto de estudo de diferentes pesquisadores, sobretudo nas Ciências da Comunicação.<sup>16</sup>

Entre outras notícias falsas de cunho LGBTIfóbico, ainda é possível citar a suposta mamadeira erótica que teria sido distribuída por Fernando Haddad (PT) às escolas e creches municipais de São Paulo durante a sua gestão na prefeitura, além de especulações em torno da *drag queen* Pablllo Vittar, que seria apresentadora de um suposto programa de TV infantil (TV Criança Gay), podendo chegar a ter sua imagem impressa em notas de circulação nacional.

Nesse quadro, as redes sociais e os aplicativos móveis, como *YouTube*, *WhatsApp*, *Messenger*, *Facebook* e *Instagram*, configuraram-se como principal espaço de circulação e difusão desses conteúdos. Nessas redes, notícias falsas se misturavam com conteúdos eleitorais e promoveram acalorados embates ideológicos.

O *YouTube* foi a plataforma escolhida por se configurar como o principal site de compartilhamento de material audiovisual no país e também porque essa ambiência faz emergir um ativismo em rede, consubstanciado nas *hashtags*, na audiência e no engajamento de outros *youtubers*; ativismo que diz respeito ao enfrentamento da LGBTIfobia a partir de uma linguagem audiovisual que circula em ambientes digitais.

Na lógica algorítmica do *YouTube*, canais ligados a grupos conservadores e de extrema-direita encontraram terreno oportuno para sua propagação. O algoritmo entende o comportamento do usuário a partir dos vídeos com os quais ele interage. Com esses dados, a plataforma organiza uma série de recomendações, supondo quais outros vídeos também seriam de interesse do usuário. A ideia é fazer com que o internauta passe mais tempo naquela plataforma consumindo os seus conteúdos.

Em um contexto de polarização ideológica, com posicionamentos bastante tensionados, a formação de bolhas nas redes sociais é um fenômeno que contribui para a proliferação de notícias falsas, bem como sua naturalização e/ou legitimação por

---

<sup>15</sup> Aqui, não nos referimos a quaisquer notícias falsas, mas àquelas que circulam principalmente em ambientes digitais, cujas fontes não têm credibilidade, mas assumem características de jornalismo (como formato, argumentação etc.), mas têm interesse em confundir o eleitorado quando se trata de temas polêmicos, como as questões sobre a homofobia, gênero e sexualidade.

<sup>16</sup> Ver, entre outros: Revista USP, n. 116, dossiê “Pós-Verdade e Jornalismo”, 2018; “Verdade x Mentira: A ameaça das *fake news* nas eleições de 2018 no Brasil” (Porcello, Brites, 2018); “A Pós-verdade é verdadeira ou falsa?” (Santaella, 2018).



determinados grupos. A disseminação e segmentação de conteúdos por sistemas de recomendação algorítmica, que se configura a partir de dados extraídos das ações do usuário, indicam outro fenômeno comunicacional importante para os estudos atuais da Comunicação. Como veremos no capítulo 6 desta dissertação, essa lógica de funcionamento não está livre de relações de poder e/ou de sentido. No entanto, são questões sobre as quais não iremos nos debruçar de modo específico em nossa análise, embora ela também perpassasse o enfrentamento da LGBTIfobia no *YouTube*.

Os dois vídeos selecionados para análise foram publicados no Canal das Bee no contexto do debate presidencial. Em certo sentido, a proposta dos vídeos consiste em melhor compreender essas polêmicas, que tiveram a LGBTIfobia como chave operatória, embora o vídeo sobre a “Ideologia de Gênero” não chegue a esse lugar. O fato de o canal produzir conteúdos para o enfrentamento da LGBTIfobia motivou a escolha dele para a seleção do objeto de pesquisa. Para a análise, partiremos de dois vídeos: “Kit-Gay” e “Ideologia de Gênero”, cada qual abordando a temática homônima ao título.

Nesta pesquisa, entendemos que o enfrentamento da LGBTIfobia nessa plataforma aponta para uma nova forma de ação política na atualidade. Nesses termos, considera-se, a partir de Arendt (2007), que a política reside na coragem de agir pelo bem comum, na criação do novo e como ação plural. Para a autora, como sujeitos marcados pelo devir, somos capazes de pensar, fazer e realizar.

A relevância de se refletir sobre os modos de enfrentamento da LGBTIfobia em ambientes virtuais como o *YouTube* está no fato de esse fenômeno se inserir nos debates sociopolíticos contemporâneos, portanto a plataforma possibilita apreender os imaginários e as relações de poder que atravessam as interações sociais e a política atual.

Durante o período eleitoral, também foram mobilizados preconceitos já cristalizados em torno da homossexualidade, o que contribuiu para a circulação de textos que apontavam para um suposto perigo de que a família tradicional brasileira, as crianças, a educação pública e as igrejas, entre outras instituições, poderiam ficar submetidas aos homossexuais (ou às políticas em prol dos homossexuais). Esses discursos e textualidades que circulam social e institucionalmente fomentam a produção de contradiscursos, acionam outros conjuntos de textos que buscam enfrentar a LGBTIfobia. E é nesse lugar que se inserem os vídeos publicados pelo Canal das Bee selecionados para a análise.

Diante do exposto, em que medida podemos, a partir das polêmicas eleitorais, apreender o *modus operandi* de enfrentamento da LGBTIfobia realizado pelo Canal das Bee

por meio dos vídeos analisados? O que o canal entende por LGBTIfobia, ainda que o termo não apareça literalmente nas suas abordagens? Como a LGBTIfobia faz operar os vídeos analisados? Quais nuances da LGBTIfobia nos imaginários tornaram possíveis a circulação e sedimentação das polêmicas da “Ideologia de Gênero” e do "Kit-Gay" no contexto eleitoral?

Os imaginários acionados pela LGBTIfobia têm relações intrínsecas com a ação política mobilizada por sujeitos LGBTI para o seu enfrentamento. Tais imaginários podem ser apreendidos a partir das textualidades que emergem nos desdobramentos dessas publicações no *YouTube*, como os comentários. A nosso ver, esses imaginários fazem agir política e discursivamente, bem como estabelecem os limites dessa ação.

## 2 LGBTIFOBIA

Para além dos contornos históricos e das definições terminológicas, neste capítulo buscaremos problematizar as diferentes nuances da LGBTIfobia, sua característica multifacetada, multidimensional, e a complexidade de abordar esse fenômeno que dominou o debate político nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil.

A LGBTIfobia é o preconceito contra as diferentes formas de expressão de gênero, sexo e sexualidade, consideradas pela perspectiva heterossexista como antinaturais, pecaminosas e desviantes. Essa “sopa de letrinhas” (FACCHINI, 2005) é usada para designar pessoas com vivências sexuais destoantes da heteronormatividade, tentando dar visibilidade para esses grupos. Uma das bandeiras do movimento LGBTI é denunciar as diferentes manifestações de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais, entre outros, considerando as especificidades vivenciadas por cada uma dessas categorias.

Carvalho e Azevêdo (2019) apontam que, a partir dos anos 2000, tal denominação tem sido mais apropriada, porque indica com maior amplitude a diversidade de interesses e de reivindicações do que a unidade que a sigla pode sugerir. Os autores destacam que, numa perspectiva histórica, a metáfora da “sopa de letrinhas” pode revelar certa dificuldade dos movimentos LGBTI brasileiros de abarcar as dimensões de gênero, classe, raça, entre outros fatores fundamentais para o estabelecimento de políticas mais plurais, que reconheçam diferentes níveis de enfrentamento realizados por pessoas LGBTI, a depender de contextos sociais, econômicos, geográficos, culturais, étnicos, entre outros. Os autores ainda grifam que não são poucas as lacunas em estudos históricos, sociológicos e antropológicos sobre as dimensões de interseccionalidades dentro do movimento LGBTI no Brasil.

Esses mesmos autores citam o exemplo da mudança da sigla GLBT para LGBT, que atende uma reivindicação das lésbicas em relação à invisibilidade à qual as mulheres estão historicamente submetidas. Nesse sentido, a sigla se torna ferramenta política ao indicar outras expressões do desejo e da sexualidade, bem como a complexidade das relações de gênero e as identidades que o termo pode sugerir. Nessa direção, alguns sugerem o uso do símbolo “+” após a sigla.

Não obstante, considerando a complexidade desse termo, inclusive no campo científico, apontaremos correntes teóricas e acadêmicas que se debruçam sobre o fenômeno da homofobia, considerando que esses estudos não se limitam à abordagem do homossexual masculino, embora ele apareça de modo mais preponderante.

O termo homofobia se refere a um conjunto de violências (física, verbal, simbólica, epistemológica etc.) contra pessoas que se identificam como homossexuais, ou mesmo heterossexuais que destoam dos padrões normativos de gênero. No entanto, ela pode invisibilizar outros tipos de violência que atravessam as diferentes identidades LGBTI. Nesse sentido, o termo abarca uma conotação política historicamente situada.

Todavia, sabemos que, mesmo no movimento LGBTI, sempre houve certa centralidade das reivindicações do homem gay, reproduzindo a estrutura machista da sociedade na qual estamos inseridos. Por outro lado, o termo LGBTIfobia vai aparecer em abordagens teóricas mais recentes, que tentam desestabilizar essas identidades que podem sugerir certa unidade. Nesses termos, as nomenclaturas usadas para se referir a esse grupo tão diverso não dão conta de apreender todo o fenômeno. O uso político da sigla LGBTI busca uma abertura para observar as diferentes manifestações de poder que atravessam cada uma dessas categorias e, de certa forma, cada sujeito, assentada em imaginários socialmente construídos e que vão estabelecer o grau de vulnerabilidade desses corpos. Sendo assim, apontaremos algumas dimensões históricas da homofobia, tentando apreender as pistas que essa história nos oferece quanto ao fenômeno da LGBTIfobia, a partir de suas nuances e manifestações.

Leal e Carvalho (2012) propõem pensar a história da homofobia e suas manifestações como algo ainda em construção, percebendo, portanto, suas regularidades e irregularidades, linearidades e interrupções. Os autores consideram a homofobia em um fluxo histórico no sentido de uma história das sexualidades e das relações de gênero. Para eles, a homofobia é um fenômeno continuamente modificado pelas ações humanas e também “sujeita aos fluxos que se encontram nas próprias conseqüências que ela traz para as pessoas por ela afetadas, dispostas, a partir dessa afetação, a mudar o quadro das coisas” (LEAL; CARVALHO, 2012, p. 53).

Esses autores consideram que não é prudente, tampouco produtivo, pensar a homofobia a partir de uma suposta evolução histórica gradativa. Eles destacam que é preciso reconhecer as diversas fragmentações de sua trajetória, tanto no que se refere às práticas sociais que excluem (e violentam) LGBTI de seus direitos e da plena humanidade, como à evolução conceitual do fenômeno, que é atravessado por interesses intelectuais e perspectivas de militância política. Com o intuito de compreender a homofobia, eles presumem ser importante identificar, entre outras coisas, a emergência histórica do conceito, intimamente

associada a diversos regimes discursivos que estabeleceram noções de sexualidade, sobretudo a partir do século XVIII.

Para os autores, os regimes discursivos sobre as (homo)sexualidades que instauram as condições de aparecimento e disseminação da homofobia fazem parte de um jogo de poder que envolve disputa de sentidos e apontam tanto para a reiteração de normas como para a luta. Consideram, portanto, o desafio de compreender os elementos que constituem a homofobia para além de suas condições históricas de “evolução”, entendendo-a como práticas efetivas e esforços de elucidação teórica, que também se inscrevem no campo dos jogos de poder, implicam na criação e desestabilização de normas, podendo inclusive atenuar práticas homofóbicas.

Borrillo (2015) sinaliza que, geralmente, o termo homofobia tem sido usado como referência a um conjunto de emoções negativas, como ódio, desprezo, aversão, que se manifesta em relação às homossexualidades. De acordo com o autor, assim como a xenofobia e o racismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária e desqualificadora, em que o outro é tratado como contrário, inferior ou anormal, sendo excluído dos círculos sociais. O termo homofobia teria sido utilizado pela primeira vez em 1971, nos Estados Unidos, e figurou nos dicionários europeus a partir da década de 1990. No entanto, o preconceito e o estranhamento com a parcela LGBTI podem ser notados em diferentes períodos históricos.

Desde a década de 1970, o termo homofobia passou por uma série de questionamentos e significações, ganhando diferentes contornos semânticos e políticos. Segundo Borrillo (2015), ele passou a ser usado também em referência a situações de preconceito, discriminação e violência contra pessoas LGBTI, saindo de uma dimensão individual e psicológica para outra mais social e politizadora.

Nesse sentido, o termo homofobia pode designar dois aspectos de uma mesma realidade, manifestada nessas duas dimensões: pessoal, de natureza afetiva, cuja manifestação se dá pela rejeição dos homossexuais; e cultural, de natureza cognitiva, que rejeita a homossexualidade como um fenômeno psicológico e social e não necessariamente a pessoa LGBTI como indivíduo.

Borrillo (2015) descreve várias formas de perceber a homofobia em suas diferentes dimensões e manifestações, afirmando que a primeira forma de violência contra gays e lésbicas se dá pelo sentimento de medo ou repulsa, de cunho emotivo e tipo fóbico. A homofobia afetiva se caracteriza pela condenação da homossexualidade e a homofobia cognitiva, de âmbito social, trabalha para a perpetuação da diferença entre héteros e

homossexuais. Essa dimensão da homofobia pode pregar tolerância com os homossexuais, mas pode não ser simpática à garantia de direitos e das políticas em prol da população LGBTI. No entanto, o termo demonstrou-se extremamente limitado, justamente por ocultar outras formas de violência menos grosseiras, como as violências cotidianas.

Por considerar essas definições insuficientes, o autor introduz a ideia de níveis da homofobia, classificando-a como geral e específica. A homofobia geral parte da questão sexista, da diferença entre sexo e gênero. Em sociedades marcadas pelo machismo, pela dominação masculina, a homofobia se estrutura a partir de dois aspectos: a negação do feminino e a rejeição da homossexualidade. É nessa dimensão que opera a lógica binária de gênero, que permite a denúncia de quaisquer deslizes em relação ao masculino e ao feminino.

A seu turno, a homofobia específica diz respeito a uma atitude de intolerância contra gays e lésbicas. Nesse sentido, termos como gayfobia, lesbofobia, bifobia, transfobia apontam para determinados tipos de violência que ocorrem de modo mais específico, dependendo dos atravessamentos de poder que os perpassam.

De modo mais abrangente, Borrillo (2015) problematiza a questão da homofobia na sua interseção com o sexismo e o heterossexismo. A propósito, a homofobia é indissociável da ordem de poder que organiza o social a partir das definições de papéis sexuais e de gênero. No ocidente, o masculino está vinculado ao universo público, exterior e político, enquanto o feminino está relacionado à vida doméstica, ao privado. Essa lógica machista fortalece e exalta a heterossexualidade como forma de vida natural. Sendo assim, para o autor, evocar uma suposta superioridade moral e biológica da heterossexualidade em relação às outras sexualidades é uma estratégia política de construção da normalidade sexual.

Borrillo (2015) denuncia que a forma de operação da homofobia tenta desumanizar o outro, torná-lo diferente; assim como o racismo, a xenofobia e o classismo, ela se articula em torno de emoções, condutas e um dispositivo ideológico, como as doutrinas e os mitos. O discurso conservador se sustenta nessa desconfiança do outro, podendo transformar esse preconceito em doutrina elaborada.

A construção da diferença homossexual é um mecanismo político que permite a exclusão de gays e lésbicas do direito comum. Nesse terreno, são comuns posicionamentos que operam de forma bastante controversa, como a tensão entre conviver com homossexuais, mas negar-lhes os mesmos direitos dos heterossexuais, sem que isso venha a se constituir como um problema para a pessoa que assim age (BORRILLO, 2015).

Borrillo (2015) ainda considera a homofobia como produtora e produto de hierarquias sexuais, preconceitos sociais, bem como das violências e formas de naturalizar as normas de gênero. A violência da normatização é o terreno do silêncio para a violência homofóbica, presente na cumplicidade velada entre indivíduos e instituições.

Nas abordagens mais recentes sobre a diversidade sexual e de gênero, o termo LGBTI foi se reconfigurando em meio aos diversos questionamentos e (re)posicionamentos em torno das lutas travadas pela militância. As lésbicas feministas denunciaram o machismo estrutural que atravessava (e que ainda atravessa) fortemente o movimento LGBTI, que sobrepujam as reivindicações do homem, gay, branco, de classe média às de outras categorias. Apontavam a invisibilidade da questão lésbica, pouco problematizada pela perspectiva dos homens gays, dizendo das especificidades das mulheres nesse lugar. Lesbofobia, portanto, se refere às especificidades da violência sexual e de gênero que incide sobre as mulheres lésbicas, considerando a sobreposição das camadas de opressão ligadas às questões de gênero e sexualidade. Mais recentemente, as lésbicas feministas negras também desestabilizaram as questões identitárias e de interseccionalidades, deslocando os cânones hegemônicos, uma vez que eles não dão conta da diversidade de fenômenos homossexuais.

Entre outras reivindicações do movimento, os bissexuais também buscaram legitimar suas lutas e fazer frente às relações de poder que incidem em suas expressões de gênero e sexualidade. Mesmo dentro do movimento, é possível perceber a operação de um imaginário que associa a bissexualidade a um comportamento indeciso, ou mesmo um processo de “passagem”, como se uma mesma pessoa não pudesse se sentir atraída por mais de um gênero, se não justificado pela perversão. Nessa direção, o termo bifobia refere-se ao preconceito contra pessoas bissexuais e, nesse sentido, as reivindicações procuram dar mais visibilidade às especificidades que atravessam esses sujeitos.

Ainda problematizando as diferentes manifestações da LGBTIfobia, é preciso destacar que travestis e transgêneros são categorias historicamente marginalizadas, inclusive entre LGBTI. Como exemplo, podemos citar a operação de um imaginário que situa as travestis e transexuais como desertoras de suas designações biológicas e que podem, portanto, ser motivo de escárnio, de caricaturas e de deboche. Também circula um imaginário que associa as pessoas transexuais à prostituição e ao tráfico de drogas. Sendo assim, a violência sobre esses corpos pode se configurar ainda mais intensa, expondo suas vulnerabilidades à complexificação da sobreposição de camadas de opressão, se comparadas às impostas a outras identidades. Transfobia designa a violência que acomete transexuais (ou transgêneros, em

termos mais amplos, uma vez que “trans” tenta abarcar as identidades que estão fora da lógica cis-gênero) e que se manifesta de modos bem distintos.

A sigla LGBTI, portanto, é mobilizada como gesto político e oferece aberturas para compreender as diferentes designações, experiências de sexualidade, de violências e vulnerabilidades. A designação pode ainda ser encontrada acrescida do “Q”, em referência a *queer*, numa alusão ao termo americano que, para além de questões conceituais, atingiu conotações políticas e profundidade acadêmica.<sup>17</sup>

Em suma, a LGBTIfobia, nos permite compreender lógicas de hierarquização que legitimam e promovem violências físicas e simbólicas que, se num primeiro olhar, incidem sobre as sexualidades não heteronormativas, quando investigadas mais amplamente, apontam para um fenômeno que inclui performances de gênero não necessariamente vinculadas às sexualidades. Embora performances de drag queen e de drag king, experiências cross dresser e outras não estejam necessariamente no campo das sexualidades, podem ser alvo das dinâmicas da LGBTIfobia. Como conceito, LGBTIfobia nos permite ir além dos binarismos biológicos e dos essencialismos identitários, abrindo caminhos promissores para a inserção das múltiplas interseccionalidades implicadas na “sopa de letrinhas”.

## 2.1 A LGBTIfobia em sua dimensão religiosa

A religiosidade é um fator preponderante na disseminação de práticas LGBTIfóbicas que consideram a dissonância sexual e de gênero frente aos padrões hegemônicos como pecado, uma prática antinatural (CARVALHO, 2012). É também uma matriz importante para os processos de controle e pedagogização dos corpos e das normas ocidentais desde a Idade Média. Não obstante, há certo consenso na literatura sobre gênero e sexualidade de que o monossexismo instituído pela tradição judaico-cristã seja precursor da hostilidade contra lésbicas e gays e da condenação de sexualidades entre pessoas de mesmo gênero (CARVALHO, 2012; BORRILLO, 2015). Porém, é impossível dissociar essas questões do

---

<sup>17</sup> Em seus trabalhos sobre a teoria política e social *queer*, Warner (1994) afirma que ser *queer* é lidar com a estigmatização relacionada a gênero, família, liberdade individual, Estado, discurso público, consumo, raça, terror, violência etc. Ou seja, ser *queer* é ter de lutar em relação a essas questões o tempo todo, é desafiar as instituições tendo a política gay como o ponto de partida. A política *queer* não aparece no sentido de substituir outras identidades, como gays e lésbicas, mas de existir ao lado delas, levantando novos problemas e abrindo outras possibilidades. *Queer* sugere, ainda, a dificuldade em definir as populações que ali estão em jogo, motivo pelo qual muitos teóricos *queer* rejeitam a ideia de identidade. *Queer* também sugere romper com as divisões obrigatórias de gênero; para o autor, a heterossexualidade só pode ser superada com a efetividade de um mundo *queer*.



contexto patriarcal no qual essas tradições estão assentadas e do seu vínculo originário com o sexismo.

No entanto, para Borrillo (2015), falar de homossexualidade na história ocidental é uma tarefa um pouco complexa, haja vista que tal fenômeno não se apresentava dessa forma em outros contextos. Para os gregos ou romanos, por exemplo, esse termo não faria o menor sentido.

A homossexualidade no comportamento pagão era elemento constitutivo da vida do indivíduo e foi o acentuamento da Lei Judaica pelo cristianismo que começou a situá-la à margem da natureza, excluindo da salvação aqueles que a praticavam. Portanto, é o cristianismo que condenará a homossexualidade a esse lugar de exclusão, do antinatural, sendo esse o elemento precursor e capital da ideologia homofóbica (BORRILLO, 2015, p. 44).

A narrativa cristã atribui à família mundana de Cristo a composição monogâmica formada por um homem, uma mulher e um filho, que, por sua vez, é um Deus trino: pai, filho e Espírito Santo. Para os católicos, Maria, a mãe de Cristo, é virgem, concebida sem pecado. Esse núcleo familiar baliza as estruturas ocidentais, bem como sua cultura, sua política, sua economia, sua sociedade, entre outras organizações de poder.

Várias passagens bíblicas foram (e ainda são) citadas com o objetivo de condenar a homossexualidade na perspectiva cristã, com a utilização de traduções controversas das escrituras, que mobilizam esse termo como se fosse um vocábulo corrente na época. É importante ressaltar que, assim como a bíblia serviu para fundamentar o racismo, a escravidão, o sexismo e a submissão da mulher ao homem, não é difícil compreender sua mobilização para reiterar a LGBTIfobia.

O próprio Cristo jamais falou sobre a prática ou relações entre pessoas do mesmo gênero, tampouco sobre homossexuais. Passagens do Antigo Testamento são recorrentemente postas em questionamento pelas indeterminações de sua escrita, por sua contextualização milenar e pela própria renovação que o Cristo representaria no Novo Testamento e a mudança de paradigma que inaugura quando subverte as normas da igreja daquela época e a Lei de Moisés.

Ainda assim, desde o Império Romano, a condenação das relações entre pessoas do mesmo gênero foi fortemente influenciada pelo cristianismo. À época, a morte de homossexuais na fogueira era uma política de Estado; a posição passiva na relação sexual era associada à feminilidade e vista como ameaça ao vigor e à sobrevivência de Roma. Essas

práticas são descritas na narrativa bíblica sobre Sodoma e Gomorra, no Livro de Gênesis; nas prescrições ao povo de Israel e aos primeiros sacerdotes que estão no livro de Levítico; nas epístolas paulinas do Novo Testamento, entre outras, não se distanciando dos alicerces patriarcais e de controvérsias nos estudos teológicos (BORRILLO, 2015).

Entre os séculos XIII e XV, acentuam-se as leis que condenam a homossexualidade, fundamentadas, sobretudo, nessa narrativa bíblica e no pecado de sodomia. A morte na fogueira aparece como uma forma necessária de purificação. Nesse sentido, Borrillo (2015) aponta que a tradição teológica fomenta essa forma de perseguição contra homossexuais, considerando-os indivíduos perigosos na medida em que se opõem às leis naturais da heterossexualidade, ou seja, subvertem a expressão da vontade divina.

Conforme aponta Borrillo (2015), o que surpreende é a utilização, ainda hoje, dessas passagens bíblicas para, por exemplo, justificar ações das igrejas contra a homossexualidade ou fundamentar várias leis americanas contra a sodomia. Vários outros países ocidentais, como a França, com matrizes políticas e legais fortemente influenciadas pela tradição judaico-cristã, mantiveram a condenação da homossexualidade e sua associação ao pecado da sodomia.

O cenário não parece muito distinto no que diz respeito às instituições religiosas contemporâneas. No Brasil, muitas das argumentações religiosas contrárias às homossexualidades estão embasadas nos controversos versículos bíblicos, que são manejados para convergirem com a realidade social do século XXI. No entanto, o avanço das políticas protetivas para essa população ao redor do mundo e o debate da temática LGBTI no Legislativo brasileiro têm colocado a homofobia no centro das discussões. Apesar dos avanços alcançados, há muito pelo que lutar, pois algumas instituições religiosas ainda consideram a criminalização da homofobia como um atentado à liberdade religiosa.

Apesar da forte ascensão do segmento evangélico no país, o Brasil ainda é um país de forte tradição católica, com a maioria da população assumindo essa religião, conforme o Censo 2010. O primeiro jesuíta e primeiro latino-americano a assumir o comando da Igreja Apostólica Romana, Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, tem feito alguns acenos que foram bastante comemorados por uma parcela mais otimista da população LGBTI e por setores progressistas da Igreja. Entre as declarações de Francisco, destaca-se: “Se uma pessoa é gay e procura o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la?”<sup>18</sup>. É certo que tal

---

<sup>18</sup> Ver: LOPES, Adriana. ‘Se um gay busca Deus, quem sou eu para julgar’, diz papa. Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/se-um-gay-busca-deus-quem-sou-eu-para-julgar-diz-papa/>>. Acesso em: 05 jul. 2019

aceno aponta para uma posição de acolhida, mas não significa avanços nas questões dogmáticas e posicionamentos políticos nem mudança de paradigmas.

Quando era bispo de Buenos Aires, o Papa Francisco esteve ligado a setores mais conservadores, posicionando-se fortemente contra a união entre pessoas do mesmo sexo<sup>19</sup> e pressionando os legisladores argentinos por considerar que a aprovação do casamento de homossexuais poderia ter consequências danosas para a família.

Borrillo (2015) recorda que a Declaração “Persona humana”, de 1976, da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, aborda algumas questões de ética sexual, considerando a homossexualidade uma anomalia e aquele que dela sofre seria intrinsecamente desordenado. Essa Declaração aciona passagens de Levítico que colocam a relação entre homens como pecado irreparável, sem considerar, no entanto, o contexto histórico no qual o livro se insere. Aos homossexuais, esse Documento recomenda a castidade, a fim de permanecerem fora do pecado.

O Catecismo da Igreja Católica apresenta a homossexualidade como depravação grave, apoiando-se nas Epístolas aos Romanos, Primeira Epístola aos Coríntios e Primeira Epístola a Timóteo. No entanto, aponta para a acolhida desses sujeitos no âmbito da igreja, evitando qualquer sinal de “discriminação injusta” (BORRILLO, 2015, p. 59). Mas a igreja ainda se mantém contra o casamento religioso e a união civil entre pessoas do mesmo gênero, ou seja, a inclusão de LGBTI no catolicismo está na fronteira entre a compaixão e a possibilidade de cura possibilitada pela castidade. Borrillo (2015) afirma que, para a igreja, os atos homossexuais se opõem à ordem natural dos sexos, das sexualidades e da vontade divina, uma vez que a criação do homem e da mulher atribui à heterossexualidade uma posição preeminente, sendo ela a garantidora da procriação da espécie humana.

No entanto, a falta de reconhecimento das relações homoafetivas nas igrejas não tem impedido a constituição de grupos contrários a essa agenda conservadora. No contexto das eleições de 2018, por exemplo, em Belo Horizonte, o Santuário Arquidiocesano São Judas Tadeu abrigava a Pastoral da Diversidade Sexual<sup>20</sup> que, posteriormente, foi negada e descentralizada pelo Arcebispo Metropolitano Dom Walmor. Tal censura ocorreu na esteira das polêmicas sobre a “Ideologia de Gênero”, quando as pastorais da Diversidade Sexual e a

---

<sup>19</sup> Ver: CARMO, Márcia. Novo papa combateu casamento gay e cobrou justiça social. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130313\\_perfil\\_novo\\_papa\\_cc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130313_perfil_novo_papa_cc)>. Acesso em: 05 jul. 2019.

<sup>20</sup> Ver: Santuário São Judas Tadeu tem primeira Pastoral da Diversidade Sexual de BH. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/06/12/interna\\_gerais,875818/santuario-sao-judas-tadeu-tem-1-pastoral-da-diversidade-sexual-de-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/06/12/interna_gerais,875818/santuario-sao-judas-tadeu-tem-1-pastoral-da-diversidade-sexual-de-bh.shtml)>. Acesso em: 27 jun. 2019

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte foram acusadas de promover tal ideologia no âmbito da Igreja.<sup>2122</sup>

A propósito, no circuito acadêmico, o diálogo entre teologia e os estudos de gênero tem tido resultados profícuos. Além dos diálogos propostos pela Faculdade Jesuíta (FAJE), o Grupo de Pesquisa Diversidade Sexual, Cidadania e Religião, da PUC-Rio, tem vasta produção acadêmica problematizando os novos desafios da Igreja em relação à descriminalização da homofobia, à cidadania LGBTI, às uniões homoafetivas, entre outras.<sup>23</sup>

É importante pontuar a relevância da Teologia da Libertação, um movimento latino-americano de contradiscurso aos poderes instituídos pelas igrejas, que tem se desdobrado politicamente no Brasil desde o regime militar, a contragosto daqueles que se opõem à sua afinidade com a filosofia marxista e à sua insistência em defender os pobres. Exponentes da Teologia da Libertação no Brasil, como Frei Betto, já produziram diversos artigos que problematizam as posturas do Vaticano em relação aos homossexuais e à homossexualidade.<sup>24</sup>

No âmbito das genericamente denominadas “igrejas evangélicas”, há diversas iniciativas de “igrejas inclusivas”, cujos propósitos de acolhimento de pessoas LGBTI não passam por procedimentos de “cura”, mas de aceitação, incluindo a celebração de casamentos religiosos entre pessoas de mesmo gênero.

As novas configurações midiáticas e plataformas sociais têm oportunizado a formação e articulação desses grupos marginalizados. Nesse ambiente, é possível encontrar a Rede Nacional de Católicos LGBTI, que se organiza paralelamente e no limite dessas perseguições.

Dentro do segmento evangélico, a questão da homossexualidade (e da LGBTIfobia) ganha outros contornos. Para Trevisan (2018), a partir do final do século XX, a homossexualidade passa a constituir um novo fundamentalismo político-empresarial nesse segmento, tornando-se um “bode expiatório”. As bancadas evangélica, ruralista e católica uniram-se contra o que consideram “decadência moral”. Segundo o autor,

---

<sup>21</sup> Ver: Escândalo Internacional: Arquidiocese de Belo Horizonte professa a Ideologia de Gênero. Disponível em: <<https://fratresinunum.com/2016/12/08/escandalo-internacional-arquidiocese-de-belo-horizonte-professa-a-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

<sup>22</sup> O Instituto São Pedro de Alcântara produziu em seu canal no *YouTube* <<https://www.youtube.com/channel/UCUuvfaIwzRhKhTJfu9g8nmQ/featured>> uma série de “denúncias” contra as pastorais da Diversidade Sexual e a Faculdade Jesuíta - FAJE pelos diálogos promovidos entre teologia, gênero e sexualidade. A repercussão em torno desses vídeos culminou no posicionamento de Dom Walmor contra as pastorais da Diversidade Sexual. Ver mais em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tRYoBc4NhNk>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

<sup>23</sup> Ver mais em: <[www.diversidadeseaxual.com.br](http://www.diversidadeseaxual.com.br)>. Acesso em: 27 jun. 2019.

<sup>24</sup> A exemplo, ver: BETTO, Frei. A Questão Gay. Disponível em: <<http://www.freibetto.org/index.php/artigos/14-artigos/110-a-questao-gay>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

[...] não era contradição, mas corolário lógico, que uma bancada rica e poderosa como a dos evangélicos representados no Congresso Nacional impusesse à nação brasileira propostas reacionárias que deveriam ter sido consideradas historicamente superadas, por sua clara inspiração sectária e antidemocrática (TREVISAN, 2018, p. 18).

Segundo esse autor, o lucro financeiro é um dos objetivos de muitas religiões neopentecostais, ainda que possa parecer incoerente, sobretudo pelo puritanismo apregoado pelas igrejas pentecostais mais tradicionais. Trevisan (2018) dá como exemplo a Igreja Universal do Reino de Deus, no interior da qual a experiência divina passa pela troca de favores e por um controle moral extremamente rígido. Nesse contexto, a homofobia se espalha com redobrada virulência, a partir das recomendações dos empresários da fé.

Trevisan (2018) nos lembra que, em 1995, em Salvador, foi inaugurado um centro evangélico de recuperação de homossexuais, liderado por um vereador da região. De modo análogo, na cidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, funcionava uma igreja evangélica especializada em curar homossexuais, supostamente os convertendo em heterossexuais.

Portanto, de modo geral, o que se observa nas religiões de matriz judaico-cristã é o predomínio do preconceito LGBTIfóbico, ainda que comecem a existir movimentos de questionamento dessa narrativa. Da recusa da homossexualidade masculina – antes identificada como sodomia, uranismo, pecado contra a natureza e outras denominações –, passamos à recusa mais ampla das muitas expressões de gênero. Particularmente no caso do Brasil, a ampliação das instituições religiosas que se autodenominam cristãs confere às relações entre religião e LGBTIfobia outras demandas analíticas, a serem realizadas nos entrecruzamentos com os campos da política, da cultura e do judiciário.

## **2.2 Da direita à esquerda: a LGBTIfobia em diferentes espectros ideológicos**

Ao analisar as diversas dimensões e configurações da homofobia, Borrillo (2015) sinaliza o quadro de marginalização dos homossexuais e da homossexualidade em diferentes espectros ideológicos, do comunismo ao liberalismo. Para os comunistas, a homossexualidade seria um fenômeno político resultante da decomposição própria do capitalismo. De acordo com essa perspectiva, o comunismo iria restaurar e implantar uma nova moral individual isenta da homossexualidade.

A partir da década de 1920, a homossexualidade passa a ser considerada, pela política oficial da União Soviética, como uma enfermidade, ao invés de ser abordada como crime,

afastando-se da condenação moral proposta pelo marxismo tradicional. Segundo Borrillo (2015), essa relativa tolerância vai desaparecer com a chegada de Stalin ao poder, quando vários homossexuais foram detidos após a promulgação de uma lei de 1934 que punia as relações homossexuais consentidas com cinco anos de trabalhos forçados.

Borrillo (2015) ainda cita o contexto da Alemanha nazista, no qual homossexuais eram equiparados a comunistas e o Estado traçava um plano de extermínio dessa população, respaldado pela ideia de reprodução da “boa raça”. Nesse cenário, a reprodução da espécie passou a ser uma questão de Estado e qualquer desvio era percebido como um atentado ao seu principal valor: a raça. O autor afirma que a simples suspeita da homossexualidade era suficiente para prender alguém e o artigo 175 do Código Penal Imperial Alemão determinava até 10 anos de reclusão e/ou extermínio para quem fosse acusado de ser homossexual.

A propósito, a partir de 1936, muitos homossexuais foram enviados aos campos de concentração e a grande maioria nunca conseguiu sair de lá.

Depois das sequelas deixadas pelo nazismo, que não terminaram para as pessoas LGBTI mesmo após a vitória dos Aliados em 1945, assistimos uma série de mudanças sociais, econômicas e culturais que possibilitaram as condições de emergência de outros discursos sobre a homossexualidade, bem como a constituição de novas práticas de enfrentamento à homofobia.

Na década de 1960, a homossexualidade ainda carregava o peso da imoralidade e da perversão, inclusive para a esquerda brasileira. De acordo com Green (2018), em sua biografia sobre o revolucionário gay Herbert Daniel, nas perspectivas tradicionais que o movimento comunista internacional compartilhava, a homossexualidade era considerada um produto da decadência burguesa e desapareceria com a queda do Capitalismo e a instauração de uma sociedade socialista ou comunista.

Ainda segundo o autor, a Revolução Cubana defendia a mesma posição, o que levou seus líderes a produzirem campanhas contra gays e lésbicas no início da década de 1960. A reprodução da rejeição da homossexualidade pela esquerda condenava, sobretudo, a homossexualidade masculina, considerada uma feminilização do homem, o que o distanciava do ideal de masculinidade revolucionária.

No entanto, Green (2018) aponta que, na década de 1960, membros de movimentos esquerdistas radicais foram fortemente influenciados pela ideia de mais permissividade em relação ao comportamento sexual do brasileiro, principalmente entre a juventude da classe média.

Em meio à sequência de revoltas e movimento que eclodiram na cena política mundial a partir de maio de 1968, surge o feminismo militante, que enfrentava o machismo dentro da esquerda. Ainda segundo Green (2018), no início da década de 1970, lésbicas e gays formaram a Frente Homossexual de Ação Revolucionária (FHAR), com fortes tendências anarcolibertárias, se opondo à esquerda ortodoxa, ao Estado e à política tradicional (2018, p. 228-229).

Por outro lado, Borrillo (2015) afirma que, para a perspectiva liberal, a homossexualidade teria natureza semelhante à opinião pública, sendo tratada como uma escolha da vida privada. A homofobia liberal não perde por confinar a homossexualidade ao silêncio; o pudor e a discrição deveriam orientar os seus atos. Embora se pregasse a tolerância aos homossexuais, o reconhecimento da sociedade poderia se voltar contra a heterossexualidade, ou seja, era melhor não ceder às reivindicações dos homossexuais por direitos e igualdade.

Em suma, o Estado deveria garantir o exercício da liberdade homossexual nos limites da intimidade, enquanto os heterossexuais encontravam nele a garantia de seu reconhecimento e proteção. Desse modo, a precarização de direitos que recai contra homossexuais estaria justificada pela sua própria escolha ao se situar fora do contrato social estabelecido. Essa visão, além de restritiva da humanidade, continha o equívoco da suposta escolha.

### **2.3 O enfrentamento da LGBTIfobia no Brasil**

Ao tentar reconstruir a história do movimento LGBTI no Brasil, sobretudo nas últimas quatro décadas, certamente uma diversidade de iniciativas e ações políticas em prol dos direitos dessa população ficarão invisibilizadas, embora não se possa desconsiderá-las. Portanto, longe de sintetizar uma história social e política das homossexualidades no Brasil, os recortes abaixo apresentam alguns marcos históricos do movimento LGBTI brasileiro, que, em termos de organização social, articulou-se e participou de forma decisiva da história recente do país.

É somente a partir do século XXI que se pode, mais apropriadamente, falar de “movimento LGBTI”, mas mantemos essa referência mais geral como reconhecimento de que, mesmo em seus primórdios, as questões de diversidade de gênero e suas interseccionalidades já estavam insinuadas e reivindicadas.

No início da década de 1960, em um Brasil militarizado, onde imperavam os ideais de "povo" e corpos sãos, o Estado colocava em prática um processo de limpeza e higienização

das cidades. Também buscava associar desvios de sexo e gênero à ideologia comunista, conforme aponta o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que investigou os crimes cometidos pelo Estado Brasileiro durante o regime militar (BRASIL, 2014).

Obviamente, o homem gay e afeminado não combinava com o ideal de masculinidade revolucionária: viril, máscula e heterossexual. Sendo assim, os homossexuais de ambos os gêneros eram indesejados, independente de suas convicções ideológicas.

É preciso lembrar que, em vários países do mundo, inclusive da América, o final da década de 1960 foi marcado pela eclosão de movimentos de libertação homossexual, cujos efeitos no Brasil foram menos perceptíveis. O país vivia sob o autoritarismo militar e a homossexualidade era rechaçada, não faltando obstáculos para a organização de segmentos marginalizados, entre eles o de pessoas LGBTI.

Green et al (2018) apontam que as questões comportamentais constituíam objeto da razão do Estado, principalmente a partir de 1968, quando a sexualidade passou a ser, para os militares, tema pertinente à segurança nacional. Entre as pretensões do regime estava a defesa de uma sociedade balizada na família nuclear, monogâmica, patriarcal e heterossexual.

Green et al (2018) lembra que, embora o Estado não fosse a única instituição que normatizava os discursos e as práticas sexuais, durante aquele período ele se tornou "um *locus* privilegiado de irradiação de regras proibitivas e licenças permissivas em relação às sexualidades, ajudando a definir as condutas classificadas como inaceitáveis" (GREEN et al, 2018, p. 21). Os autores ainda apontam para a criação de um "inimigo interno", crença que, entre outras coisas, associava a homossexualidade a um modo de degeneração e de corrupção da juventude (BRASIL, 2014).

Remetendo à ideia foucaultiana de poder, Green (2018) reitera que não se deve reduzi-lo à interdição, mas a algo produtivo; ou ainda, o poder não apenas reprime, mas fomenta a produção de determinados discursos sobre a sexualidade, estabelecendo padrões e, conseqüentemente, sistemas de exclusão.

O discurso anticomunista, o conservadorismo, a defesa da família e os valores cristãos foram alicerces para sustentar o aparato repressivo, potencializado pela relação entre moral e política defendida pelo regime. A preocupação era, sobretudo, com a ordem sexual, com os valores sociais e éticos; nesse sentido, combatia-se o erotismo, a pornografia, as homossexualidades e as transgeneridades, consideradas ameaças à estabilidade política e à segurança nacional.



Nas grandes cidades, a presença de travestis, homossexuais e prostitutas era problema a ser enfrentado para a manutenção dos valores tradicionais da família brasileira. Sendo assim, Green et al (2018) afirma que esses grupos passaram a ser perseguidos, extorquidos e até mesmo torturados, por trazerem em seus corpos sinais de uma sexualidade ou identidade de gênero dissidentes.

O final da década de 1970 e início dos anos 1980 foi um período de otimismo, provocado pela expansão comercial decorrente do "Milagre Econômico", além da contenção do aparato repressivo da ditadura e uma reorganização da sociedade civil. O país enfrentou um processo de transição política, durante a qual vários coletivos e grupos organizados multiplicaram suas formas de luta, exercendo papel preponderante no enfrentamento ao regime militar e nas lutas por liberdade, participação política, justiça social e reconhecimento de suas identidades particulares. De acordo com os autores, tais organizações conquistaram direitos, elaboraram políticas públicas, ocuparam as ruas, como as Paradas LGBTI, e também as redes sociais, com novos ativismos.

O ano de 1978 representa um marco na história do enfrentamento à homofobia no Brasil, sendo considerado por alguns autores como a "primeira onda" do movimento LGBTI. Em maio daquele ano, em São Paulo, ocorreu a primeira reunião do que viria a se constituir como o Grupo de Afirmação Homossexual (Somos). Segundo Green et al (2018), ali começavam os trabalhos do então chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), que logo depois se espalhou pelo país, com o surgimento de diversos outros grupos em diferentes estados.

Ainda em 1978, começou a circular a primeira publicação nacional voltada para as lutas dos homossexuais e feita por e para homossexuais: o jornal mensal *Lampião da Esquina*, vendido nas bancas. O *Lampião* teve grande importância, pois abordava sistematicamente aspectos políticos, existenciais e culturais da homossexualidade, numa perspectiva mais positiva e na contramão dos enfoques hegemônicos de cunho pejorativo. Embora fosse um período de relaxamento da censura, os editores foram perseguidos e sofreram diversas intimidações e humilhações, sendo acusados de violar a legislação da imprensa ao atentarem contra a moralidade.

Esses espaços eram, constantemente, alvos da repressão do Estado e é nesse contexto de perseguição e enfrentamento que, tanto o *Lampião da Esquina* como o grupo Somos, tornaram-se marcos importantes para a luta LGBTI no Brasil.

Como desdobramento dessas organizações, que se espalharam por várias outras cidades do país, MacRae (1992) aponta a formação da militância a partir dos debates sobre a questão da identidade homossexual. Entre outras bandeiras, essa militância rejeitava o autoritarismo de forma veemente, defendia a independência do movimento em relação aos partidos e apoiava o feminismo e a luta contra o machismo, dentro e fora das relações homossexuais.

O contato com outros grupos formados por artistas, intelectuais e universitários, opositores do autoritarismo militar, foi importante para a organização política do movimento. Esses grupos eram contrários aos valores hegemônicos, conservadores e antidemocráticos e organizavam-se em diferentes modalidades de resistência cultural. A articulação do movimento homossexual com outros grupos de resistência culminou na organização de alguns protestos de natureza subversiva e libertária.

Segundo MacRae (1992), o movimento lésbico, influenciado pela crítica feminista aos papéis de gênero da década de 1970, encampou duas frentes de luta: a relação de dominação entre homens e mulheres e a reprodução dos papéis sexuais, de dominador/dominado, no ambiente homossexual.

De acordo com o autor, a Universidade de São Paulo foi palco de debates entre grupos homossexuais. A predominância de homens nesses encontros motivou a criação de grupos formados exclusivamente por mulheres, nos quais faria mais sentido uma abordagem que atendesse as demandas de um ativismo lésbico. Na década de 1970, esses grupos se aproximaram do movimento feminista e, na década seguinte, as militantes deixaram o Grupo *Somos* para formar o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF).

A extinção do jornal *Lampião* e a desarticulação de alguns grupos em função do espalhamento de movimentos LGBTI pelo país, entre outros problemas graves, instauraram um clima de desconfiança; o movimento homossexual parecia desorganizado, sem planejamento de ações políticas concretas.

Ainda de acordo com MacRae (1992), houve certo protagonismo de militantes da classe média, que tinham maior escolarização e capacidade de retórica, sem outras formas de representação. Além disso, ocorreram conflitos ideológicos dentro do movimento, formado por marxistas, trotskistas e leninista e, também, pelos que consideravam as reivindicações da homossexualidade subordinadas à luta de classe (caso do Grupo *Somos*). Tal heterogeneidade e tensão acabaram afetando o movimento, que deixou de discutir questões homossexuais mais amplas devido à formação de grupos que se ocupavam com outros aspectos de

marginalização. Esse era o caso do grupo negro Adé Dudu, que atuava dentro do movimento homossexual para combater o racismo e o machismo.

Internamente, os grupos discutiam questões relacionadas à homofobia e reivindicavam o seu enfrentamento, sobretudo dentro do próprio movimento LGBTI. O esvaziamento de termos com carga pejorativa, como "racha", "rachada" (denominações que as lésbicas recebiam entre os gays), "fanchona" e "lady", o questionamento dos papéis sexuais e das conotações ativo(a)/passivo(a) e o machismo estrutural que reverberava dentro da própria comunidade gay foram algumas das questões levantadas e que abriram outros caminhos para o movimento LGBTI.

Como dito, a articulação do movimento LGBTI com outros movimentos - como feministas, negros, intelectuais, artistas etc. - resultou na participação em diversas manifestações e ações de resistência, que cobravam por mais direitos e menos perseguições.

É importante considerar que movimentos homossexuais como o grupo Somos, o Grupo Gay da Bahia, o grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro somaram esforços e obtiveram algumas conquistas, como a revogação da homossexualidade como "desvio e transtorno mental" do código de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), que constituía "um dos poucos exemplos de discriminação formal no Brasil" (MACRAE, 1992, p. 51).

Macrae (1992) afirma que, por influência dos debates e das ações que se desdobraram a partir dos grupos, até a maneira como a imprensa passou a abordar a homossexualidade foi repensada. Esses resultados confirmam a importância e a eficácia do grupo, sobretudo pela constituição e articulação de um conjunto de pessoas que promoviam uma nova perspectiva da homossexualidade, longe da culpa, do pecado, da doença ou da necessidade de cura.

Para além de suas contribuições em relação aos modos de enfrentamento à homofobia, o surgimento da imprensa gay e sua participação incisiva na história do movimento LGBTI são questões importantes a se destacar. O já citado jornal *Lampião da Esquina*, além do *ChanacomChana*, lançado só em 1983, embora tenha sido gestado em 1981, no II Congresso da Mulher Paulista, tiveram, ao longo desses anos, papel importante na articulação e na reverberação de demandas importantes para o movimento LGBTI.

Há registros, em décadas anteriores, da circulação de impressos artesanais dirigidos ao público LGBTI, mas sem a pretensão política que caracterizou os trabalhos desse periódico. Nesse sentido, o questionamento da homofobia e suas manifestações, desde uma perspectiva

linguística, mas principalmente numa dimensão política, são questões caras a essa imprensa alternativa, cujas abordagens constituíam um contradiscurso ao da mídia hegemônica.

A década de 1980, um segundo momento da luta LGBTI, foi marcada pelo início da epidemia da aids e por uma maior mobilização dessa parcela da população pela conquista de direitos básicos. Naquele momento, o movimento LGBTI não estava mais com o mesmo vigor que na década anterior e teve, no combate à aids, um ponto de rearticulação. Muitos homossexuais foram vitimados pela doença e receberam a culpa por sua manifestação; à contaminação era atribuída aquilo que chamavam de prática sodomita. A epidemia da aids foi decisiva para o deslocamento e o reposicionamento da militância LGBTI no final do século XX.

Segundo Green et al (2018), foi por volta da década de 1970 que as primeiras infecções por HIV ocorreram no Brasil. No entanto, é no início da década seguinte que a imprensa brasileira começou a publicar artigos sobre uma nova doença, ainda pouco conhecida, chegando a nomeá-la como “a praga gay”. Nessas abordagens, sensacionalistas e envoltas de controvérsias, os homens gays e hemofílicos formavam o grupo com maior potencial de risco, o que causava pânico e confusão entre os mais vulneráveis à infecção.

A desarticulação dos movimentos LGBTI, o fechamento do jornal *Lampião da Esquina* em 1981, bem como a descontinuidade dos grupos *Somos-Rio* e *Auê*, tornaram o cenário do ativismo LGBTI mais enfraquecido e sem condições de responder a essa nova crise.

A associação da doença aos homossexuais chegou a fazer com que grupos em defesa dos direitos LGBTI se afastassem do ativismo em torno do HIV, a exemplo de Mascarenhas, fundador do grupo Triângulo Rosa, em 1985. Em contrapartida, outros grupos de ativismo e organizações não governamentais passaram a articular políticas, realizar pesquisas e compartilhar informações sobre a doença. Ainda de acordo com Green et al (2018), entre os principais nomes dessas organizações estavam Herbert de Souza, o Betinho, e seu médico, Walter Almeida.

Essas mobilizações ocorreram à margem e em resposta à indiferença dos governos. Entre os grupos que se formaram nesse contexto, destacamos o *Pela Vidda*, fundado por Herbert Daniel, que buscava respostas para as manifestações preconceituosas em torno da aids, além de mobilizar as pessoas para a realização de protestos públicos, entre outras ações.

A mobilização era importante, pois, em 1989, cinco mil brasileiros foram diagnosticados com aids, sendo 4.419 homens e 581 mulheres. Desses casos, 79% eram homens que tinham relações sexuais com outros homens (GREEN et al, 2018).

Um ponto de virada nesse cenário foi a Conferência de Montreal, a primeira assembleia internacional de especialistas em aids, que contribuiu para a troca de experiências, ideias e pesquisas a respeito da doença. Essa conferência incentivou as atividades dos ativistas brasileiros, como Herbert Daniel.

Em meio ao processo de redemocratização do país, foram alcançados avanços significativos em relação aos direitos da diversidade sexual e de gênero no Brasil. Desde então, o embate com setores conservadores tem sido o principal entrave no Legislativo (e agora no Executivo) para a garantia de direitos da população LGBTI. Nesse cenário, o Poder Judiciário teve papel preponderante, sobretudo a partir da segunda década no século XXI.

Como nos lembra Feitosa (2018), do final do governo FHC (1995-2003) ao início do governo Lula (2003-2010), assistimos uma reconfiguração nos setores do Estado, que acabou por aproximar o Executivo da militância LGBTI. O trânsito de ativistas na estrutura do Estado oportunizou a construção de novas políticas públicas para a população LGBTI.

Em 2004, por exemplo, nasce o *Programa Brasil sem Homofobia* no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República que, em parceria com o movimento LGBTI, põe em ação um pacote de ações afirmativas, como a criação de centros de referência para propiciar o trabalho de ONG voltadas para a população LGBTI. Em 2008, ocorre a 1ª Conferência Nacional GLBT, em Brasília, com a presença do então presidente Lula<sup>25</sup>. Além disso, surgiram núcleos de pesquisa e promoção da cidadania LGBTI, foi criado o Plano Nacional LGBT, além de coordenadorias e conselhos, que oxigenaram o diálogo do Executivo com os movimentos sociais organizados e associações da sociedade civil.

A partir de então, a população LGBTI passou a ser reconhecida como sujeito de direito em algumas questões que ainda lhe eram negadas. Entre outros direitos, Vecchiatti (2018) cita o reconhecimento da família homoafetiva, a identidade de gênero das pessoas trans e a luta pelo direito de não ser discriminado nas Forças Armadas.

---

<sup>25</sup> Foi na mencionada Conferência que a sigla passou de GLBT para LGBT, pelas razões que anteriormente indicamos. Nas primeiras décadas do século XXI, assistimos, no Brasil, uma maior adesão dos movimentos à sigla LGBTI, principalmente atendendo às reivindicações políticas de incorporar novas identidades e expressões de gênero nesse termo guarda-chuva. Desse modo, como observam Carvalho e Azevedo (2019), tais modificações também indicam a ampliação das reivindicações dos direitos de outras pessoas, considerando as especificidades das vivências, experiências e necessidades políticas por elas demandadas.

Há pouco mais de cinco anos, em 14 de maio de 2013, o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi regulamentado no Brasil, a partir da publicação da Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça, que obriga todos os cartórios do país a oficializarem o registro dessa união. Essa determinação foi resultado do reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, em 05 de maio de 2011, da possibilidade de união entre duas pessoas do mesmo sexo para formação de entidade familiar.

Tal reconhecimento, bastante comemorado pela militância LGBTI e pela parte progressista da sociedade, foi visto com desconfiança institucional, haja vista o processo de judicialização dessa e de outras questões que competem ao poder Legislativo; nesse sentido, o poder Judiciário tem cumprido (ou sobreposto) suas sentenças.

A adoção por casais homossexuais foi outra recente conquista do movimento LGBTI. Quando a união homoafetiva ainda não era reconhecida como entidade familiar, o Estado lhes negava o direito à adoção, a partir de diversas alegações. Após a equiparação de direitos entre as uniões homoafetivas e heteroafetivas, houve um deslocamento no entendimento jurídico, uma vez que extinguíram-se as controvérsias em torno da constituição do casamento.

Em recente decisão, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que negava a adoção de uma criança por um casal de lésbicas.

Em 2009, o Conselho Nacional de Justiça mudou a certidão de nascimento para o termo filiação, em vez de “pai” e “mãe”, oportunizando casais LGBTI registrarem as crianças e garantindo seus direitos como cidadãos.

Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu enquadrar a homofobia no crime de racismo, considerando a inércia do Legislativo em tratar sobre o tema. Com a decisão, a pena de racismo será aplicada até que o Congresso Nacional aprove uma lei específica sobre o tema. O julgamento atendeu uma ação movida pelo então PPS (hoje Partido Cidadania) e pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT). Entretanto, não serão criminalizados os discursos dos templos religiosos que se posicionarem contra as relações homossexuais, exceto se incitarem ou induzirem a discriminação e o preconceito.

Assistimos, no Brasil, um avanço de direitos LGBTI no âmbito do poder Judiciário, mesmo com um Legislativo conservador e que, em certa medida, reflete uma sociedade ainda muito tradicional. Infelizmente, o Brasil figura como um dos países mais violentos do mundo para a população LGBTI. Um forte viés ideológico, baseado no conservadorismo cristão e na

defesa da família nuclear heteronormativa, exclui as relações entre pessoas de mesmo gênero das possíveis garantias do Estado.

### **3 DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICA, POLÍTICA DA INIMIZADE E CORPOS NÃO PRANTEÁVEIS**

Ao discutir os modos de enfrentamento da LGBTIfobia tendo como recorte temporal e temático o processo eleitoral, é importante problematizar como esse fenômeno se inscreve num complexo cenário político, no qual a discussão sobre o que vem a ser política, qual o sentido da política, bem como aquilo que a colocaria em risco, torna-se elemento-chave para melhor compreendê-lo.

Antes de refletirmos sobre como a LGBTIfobia operou nas eleições de 2018 e identificarmos os imaginários que forneceram as regras desse jogo político, propomos refletir, neste capítulo, sobre a política, entendendo-a a partir da tradição greco-judaica e judaico-cristã, no contexto Ocidental. Também oferecemos elementos para observar diferentes nuances da política nas experiências dos campos de concentração e nas democracias modernas, ressaltando sua relação com as guerras, bem como seus reflexos nas lutas sociais.

Partiremos das reflexões de Arendt (2018) sobre o conceito e o sentido da política e sua relação com o preconceito. A autora faz uma abordagem profunda sobre a questão da política, sobretudo no pós-guerra, entendendo que seu fundamento se encontra na pluralidade dos homens, na necessidade do diverso, no reconhecimento da diversidade. Nos termos de Arendt (2018), a política se estabelece no intraespaço, no entre-os-homens e em relação aos demais. Como veremos adiante, o trabalho da política é a liberdade. A política, então, é entendida como ação em comum implicada na condição plural do homem.

Destacaremos, então, o que consideramos quase sintomático no cenário eleitoral de 2018 e que diz respeito à política da inimizade discutida por Mbembe (2018). Em vários momentos da campanha, as pessoas LGBTI foram apontadas como inimigas da família e do Estado brasileiro. Tal situação pode ser analisada à luz das reflexões do autor no que diz respeito à política de ódio, neste caso específico, contra pessoas LGBTI, o que ficou claramente evidenciado no contexto eleitoral.

Mbembe (2003) considera a política como o trabalho da morte e a expressão da soberania como o direito de matar. Em seus estudos, examina as trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade passaram a ser a base normativa que sustenta essa lógica de negação e extermínio. Ele recorre à formulação foucaultiana de biopoder, que, nos seus termos, opera na divisão entre aquele que deve viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2003, p. 17).



Para o filósofo camaronês, as noções de soberania e poder passaram a ser orientadas por esse princípio. Portanto, a soberania consiste no poder de separar um conjunto de pessoas que estão sempre no limiar entre a vida e a morte, cujas vidas seriam supérfluas, sem nenhum valor. Nessa lógica, inserem-se, por exemplo, as políticas de extermínio étnico que, em alguns casos, emergiram no pós-guerra, sobretudo no contexto africano, com algumas ditaduras.

De acordo com Mbembe (2003), “esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) de racismo” (MBEMBE, 2003, p. 17). Atualmente, as obras de Mbembe são base para o debate sobre racismo e política de morte, sobretudo diante do genocídio da população negra e periférica nos grandes centros urbanos do país. Mas ela serve, também, para embasar a discussão sobre a LGBTIfobia.

A essa noção de política como o trabalho da morte, podemos acrescentar a discussão sobre a condição precária da vida, na qual o ser estaria entregue aos outros, às normas e às organizações sociais e políticas, que vão estabelecer o seu grau de precariedade. Nesses termos, convocamos Butler (2018) e suas reflexões sobre as vidas passíveis de luto. Essa autora considera o luto um elemento político central, que diz das condições de humanidade e alteridade, bem como dos enquadramentos interpretativos que vão estabelecer o grau de vulnerabilidade dos corpos.

A discussão que propomos a partir desses três autores está menos relacionada às suas filiações e/ou correntes teóricas e mais ao diálogo que eles nos permitem estabelecer acerca do sentido da política. Acionaremos esses conceitos para buscar compreender o processo eleitoral brasileiro de 2018, sobretudo no que ele fomentou de preconceitos contra pessoas LGBTI.

Em suma, este capítulo busca oferecer elementos para a compreensão do risco de se pensar a política fora do reconhecimento da diversidade, o que traz a possibilidade de ela negar a própria condição humana.

### **3.1 A discussão sobre política em Hannah Arendt**

Hannah Arendt é uma filósofa judia, cuja produção intelectual se dá no contexto pós-guerra, profundamente marcada pelas sequelas do nazismo. Parte de sua obra se debruça sobre a questão da política, retomando sua origem na Grécia antiga para problematizar e abrir suas

definições frente aos campos de concentração e o extermínio de populações marginalizadas pelo ideal alemão.

Nos termos de Arendt (2018), a política está baseada na pluralidade dos homens e trata da convivência entre diferentes, uma vez que os homens se organizam politicamente em torno de questões em comum a partir dessas diferenças. Portanto, é na política que o homem se realiza, mas apenas no que diz respeito aos direitos iguais que são garantidos por aqueles diferentes.

Ao refletir sobre o surgimento da política, a autora problematiza duas concepções filosóficas. A primeira é a de que há uma essência política nos homens, o *zoon politikon*. A autora nega essa premissa; para ela, o homem é a-político e a política surge no intra-espço e se estabelece em relação. Outro ponto de discordância é a concepção monoteísta de Deus, na qual o homem foi criado à sua imagem e solidão. Estando a política impossibilitada dentro desse mito da criação, para Arendt (2018), a solução ocidental foi substituir a política pela História. Ou seja, a ideia de uma história mundial acaba por reduzir a vida a um indivíduo-homem, que então é chamado de Humanidade. Há também uma redução na ideia da pluralidade que, só no final, se afirmará vigorosamente na política.

Arendt (2018) afirma, ainda, que é apenas no âmbito particular do conceito de *intra* que existe a liberdade. A criação do homem por Deus está contida na pluralidade, na diversidade absoluta de todos os homens entre si, que é maior do que a diversidade relativa dos povos e nações. Nesses termos, a política organiza as diversidades absolutas, segundo a igualdade relativa em contrapartida das diferenças relativas.

Para essa autora, a liberdade se dá na interação com o outro, ou com os outros “eus”, em um espaço público que possibilita a ação. A liberdade só existe quando a condição plural do homem é respeitada, e o indivíduo só é livre enquanto age. Ao agir, o homem revela quem ele é, sua identidade e a imagem que carrega sobre si. A nossa constituição como sujeito, bem como a constituição da comunidade política em que estamos inseridos, é, antes de tudo, uma atividade plural.

Em sua reflexão sobre os preconceitos, incluindo aqueles contra a política, Arendt (2018) afirma que eles desempenham um papel importante no cotidiano e, com isso, na política. Não há como viver sem eles, pois isso exigiria um conhecimento e um estado de alerta sobre-humano. Nesse sentido, a política acaba tendo que lidar com a dispersão e o esclarecimento de preconceitos. Para a autora, as estruturas sociais acabam por se basear em preconceitos que estabelecem quais homens serão incluídos e/ou excluídos dos demais.

Os preconceitos contra a política estão ancorados no passado, ocultam uma parte dele e vêm sendo arrastados de modo cego, sem serem postos em questão. Por exemplo, a política interna é tão antiga quanto a democracia, regime que alega representar o povo na história recente, embora o povo não acredite nisso. Quanto à política externa, seu surgimento se refere à primeira década da expansão imperialista, quando o domínio europeu alcançou todo o mundo, por interesses econômicos e expansionistas de alguns países europeus.

Ainda segundo Arendt (2018), os preconceitos indicam uma situação onde a sociedade não consegue mais mover-se politicamente. Nesse sentido, os preconceitos contra a política se antecipam e confundem aquilo que seria o fim da política com a política em si, apresentando “aquilo que seria uma catástrofe como inerente à própria natureza humana da política e sendo, por conseguinte, inevitável” (ARENDR, 2018, p. 25-26).

Por trás desse preconceito contra a política, certamente podemos destacar a possibilidade de o planeta ser destruído pela política e a violência que lhe está à disposição, sobretudo desde o surgimento da bomba atômica. Ligado a esse medo, Arendt (2018) afirma que ainda existe a esperança de a humanidade eliminar a política ao invés de a si mesma, por meio de um governo mundial em que o Estado elimine os conflitos políticos e estabeleça um regime regido por tropas policiais no lugar dos exércitos. Essa ideia está fortemente ligada à relação desenfreada entre dominadores e dominados.

Partindo do reconhecimento de Arendt (2018) da relação entre política e violência, Carvalho e Fonseca (2019) observam que esse duplo vai do preconceito como ato político à política da promoção do preconceito. Eles lembram que, nos termos de Arendt (2018), o que mais ameaça a política é, precisamente, a violência.

Se entendemos “política” como a atuação dos homens, essa esperança talvez seja um tanto menos utópica. Carvalho e Fonseca (2019) observam que, para superar a tentação de negar a política, a autora privilegia a crença na capacidade humana, apesar de toda a violência utilizada como estratégia de domínio político. Para eles, a filosofia política arendtiana insiste em manter a esperança em nossa capacidade de resolver as divergências e alcançar o respeito pela diversidade.

Com efeito, a partir da sua afirmativa de que o sentido da política é a liberdade, Arendt (2018) se pergunta se, nas condições modernas, política e liberdade seriam compatíveis ou se a liberdade começa onde a política se encerra. Esse questionamento sobre o sentido da política passa pelas experiências políticas da nossa época. Assim, a experiência da politização total

nas formas totalitárias do Estado deixa um caráter duvidoso sobre a coisa política, ou seja, a coisa política pode ameaçar a própria possibilidade da vida, até de toda a humanidade.

Segundo a autora, tanto na acepção grega como na aristotélica, a coisa política é, antes de tudo, um objetivo, e não um meio. No sentido grego, a coisa política aparece centrada nessa ideia de liberdade, entendida como a condição de não ser dominado e a possibilidade de circulação em um espaço que é produzido por muitos em uma relação entre iguais. Essa atividade na *polis* era diferente do que entendemos hoje como igualdade, porque a vinculamos ao conceito de justiça e não de liberdade, como era para os gregos. Nesse sentido, na Grécia, não significava que a lei era igual para todos, mas que todos podiam exercer o direito à atividade política.

A partir de então, o corpo político grego passou a aceitar a concepção de política como um meio para atingir objetivos mais elevados, a despeito da liberdade dentro da política. No entanto, a liberdade da política se tornou uma questão da maioria e não mais de uma minoria. Tal transformação na sociedade cristã realizou-se a partir do pensamento e na ação de Agostinho, muito influenciado pelo pensamento romano. De modo preponderante, a reinterpretação da coisa política no Ocidente, por Agostinho, foi decisiva não só para a tradição das teorias e do imaginário, mas também “para os marcos nos quais acontecia então a verdadeira história política” (ARENDDT, 2018, p. 70).

No mundo moderno, assistimos a libertação dos homens para o desenvolvimento das forças produtivas, bem como para a produção de mercadorias, que se tornaram necessárias para uma vida realizada. O Estado passou a ser visto como uma função da sociedade para a liberdade social. Sendo assim, a restrição e o controle ocorrem em nome da liberdade, seja da sociedade ou do indivíduo, estabelecendo limites mais amplos, possibilitando a liberdade de agir e atuar politicamente.

A relação entre política e liberdade não se modificou, mas o conteúdo e a extensão da liberdade modificaram-se de modo decisivo. O crescimento dos meios públicos da força, muito além de ameaçar a liberdade, coloca em perigo a vida da humanidade. Para Arendt (2018), o espaço público-político passa a ser um lugar de força que, quando se liga ao poder (que só é possível entre muitos), desenvolve-se de modo automático e com aumento vertiginoso. A crise, portanto, se situa na ameaça que o âmbito político parece impor àquilo que parecia justificado, ou seja, do sentido da política, passamos a questionar se tem a política ainda algum sentido.

As eleições presidenciais de 2018, no Brasil, ilustram bem essa discussão sobre o sentido da política, pois o preconceito contra a política foi a principal estratégia discursiva que levou o candidato Bolsonaro a vencer nas urnas. Na esteira da Operação Lava Jato, o país assistia um cenário de corrupção generalizada envolvendo agentes do Legislativo e do Executivo. Entre outros fatos, o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff foi sustentado por acusações de corrupção envolvendo não só o seu partido, mas toda a classe política. No entanto, embora houvesse indícios de que quase todos os partidos estavam envolvidos em corrupção, a estratégia da oposição e das forças econômicas que atuavam no Brasil foi direcionar a crítica primordialmente ao PT. As pesquisas eleitorais apontavam para a reeleição do ex-presidente Lula, mesmo acusado de diversos crimes de corrupção em processos controversos, que dividiam a opinião de diversos constitucionalistas do país.

Por outro lado, mesmo com um histórico incipiente de 28 anos na vida pública, o candidato Jair Bolsonaro (PSL) venceu as eleições com a promessa de renovação da política atual, de oposição “a tudo que está aí”, principalmente a corrupção. As polêmicas tematizadas nesta dissertação (o “Kit-Gay” e a “Ideologia de Gênero”) são elementos que compuseram a imagem de renovação do sistema político que o candidato Bolsonaro representaria, uma vez que elas baseavam-se em acusações de que o Estado estaria promovendo a “Ideologia de Gênero” e distribuindo um suposto kit-gay nas escolas.

### **3.2 A política da inimizade pela perspectiva mbembiana**

Para Mbembe (2017), o que mais ameaça a ideia do político tal como o conhecemos - como fundamento da democracia - é a imbricação entre capital, tecnologias digitais, natureza, a guerra e as novas relações de poder que ela desenvolve. A partir desse ideal, a comunidade é entendida como política na medida em que se dispõe a colocar em jogo suas origens, consciente da contingência de seus fundamentos e de sua violência latente. Nesse sentido, ela também é democrática, porque garante estar permanentemente em abertura, com os cidadãos possuindo o controle de seus poderes, buscando garantir o exercício da verdade, da razão, da justiça e do bem-comum.

Para legitimar a ordem democrática, Mbembe (2017) afirma que a sociedade contemporânea não chega a invocar seus mitos de origem. Embora as forças democráticas tenham capacidade para (re)inventarem sua forma ou conceito, elas não o fazem longe da dissimulação e de suas origens na violência. Nesse aspecto, a força das formas substituiu a

violência dos corpos; regulam-se os comportamentos, as condutas, a desordem e a violência a partir de rituais socialmente aceitos.

A ideia de que a vida é fundamentalmente pacífica na democracia, policiada e, até certo ponto, desprovida de violência não convence o filósofo camaronês. Embora ele reitere que as democracias nascem das diversas tentativas de controlar a violência individual, por outro lado, afirma que a brutalidade das democracias sempre esteve abafada. As democracias modernas, desde sempre, conviveram com e toleraram certa violência política, bem como formas de brutalidade integradas na cultura e vigiadas por uma série de instituições.

O autor traz como exemplo a democracia de escravos que, regida pela desigualdade, caracterizou a sociedade americana durante muito tempo. Nesse contexto, o preconceito de raça aparece explicitamente na lei, permitindo manter uma distância quase intransponível entre a comunidade de semelhantes e aqueles que seriam os “Outros”. Sendo assim, tal democracia era, sobretudo, uma comunidade de separação.

No entanto, a partir da década de 1950, o confronto militar começou a se transformar e, com ele, toda uma lógica de poder, sobretudo a partir do aprimoramento da técnica dos armamentos e a velocidade dos projéteis. Essas mudanças vieram acompanhadas de um processo verdadeiramente desumano, no qual as democracias passaram a investir na produção em massa de produtos para a guerra, além de serviços de destruição em grandes proporções. Ainda segundo Mbembe (2017), as conquistas coloniais foram locais de experimentação de um pensamento da força e da técnica que, entre outras coisas, abriu caminho para os campos de concentração e as ideologias genocidas da atualidade. O autor esclarece:

Como ascendente da democracia, o mundo colonial não era a antítese da ordem democrática. Sempre foi o seu duplo ou, até, a sua face noturna. Não há democracia sem o seu duplo – a colônia, pouco importa o seu nome ou a estrutura. Esta não é exterior à democracia nem está necessariamente situada fora de portas. A democracia contém em si a colônia, tal como a colônia contém a democracia, muitas vezes mascarada (MBEMBE, 2017, p. 49).

Mbembe (2017) afirma que a ordem política democrática na metrópole se ancora em um duplo: o vazio fundador e o vazio de conservação, que estão imbricados. Ela precisa desse duplo para fazer valer esse contraste entre si e o seu avesso, bem como alimentar recursos mitológicos para esconder o seu interior.

O autor aponta que as lógicas mitológicas que fazem funcionar as democracias modernas realizam-se a partir da exteriorização da violência em outros lugares (ou não-lugares), nos quais o campo e a prisão tornaram-se figuras emblemáticas. A violência se

manifesta em estado latente na metrópole, embora ela esteja particularmente mais visível nas colônias. Esconder essa violência latente seria uma das funções da democracia, a fim de atenuar a consciência de sua presença e evitar quaisquer questionamentos sobre os seus fundamentos, âmagos e mitologias.

Mbembe (2017) também faz uma reflexão sobre a herança filosófica greco-judaica, que coloca o futuro do mundo e o destino do ser em relação à catástrofe como categoria política e teológica. Nessa narrativa, o ser precisa passar por um processo de purificação e a extinção da humanidade seria apenas o começo de uma outra história. Ele sugere que, para uma parcela significativa da humanidade, esse fim já aconteceu, ou seja, para alguns, a questão passa a ser como lidar com a perda, com a separação.

Na visão do autor, impera no pós-colonialismo uma forma particular de poder, expressa por meio da linguagem religiosa, que liga dominantes e dominados num mesmo desejo. Essa época se caracterizaria por fortes “ligações narcísicas” (MBEMBE, 2017, p. 54), cuja fixação imaginária está no considerado estrangeiro, que pode ser o refugiado, o negro, o judeu etc. e passa a ter funções decisivas. Passamos a nos ver sempre constituídos em oposição ao “Outro”.

Outra característica desse contexto é a generalização de uma sensação de angústia e medo, que ocorre em um cenário de transformações, a começar pelos regimes de credo ou pelas histórias que uns contam aos outros, não necessariamente baseadas na verdade. Basta que se acredite naquilo para que ocorra, o que desloca a ideia da verdade para além de algo que efetivamente ocorreu.

Segundo Mbembe (2017), a luta política nas democracias consiste, cada vez mais, em saber quem desenvolve as medidas mais repressivas perante a ameaça do inimigo. Essa generalização do medo encontra alicerce na ideia de que o fim do mundo se aproxima e, com ele, o fim do homem. O fim do homem abriria espaço para uma história do mundo sem os homens, ou depois do homem, na sua ausência.

O autor afirma que muitas pessoas marcadas pelo cristianismo ainda acreditam que o fim do mundo se dará ao soar a trombeta do sétimo anjo, consumando o mistério de Deus. Portanto, o fim seria o início de um novo regime de historicidade, em que finitude e revelação seriam reunidas a partir de uma força libertadora. Essa ideia é central nas violências políticas da nossa época, caracterizada por sua raiz tecnoteológica.

As lutas políticas do presente têm sido reguladas pela força e, nesse cenário, a circulação de armas passou a ser o elemento central da dinâmica de insegurança, de proteção

e acesso à propriedade. Nessas novas formas de apropriação da violência, surgiu uma nova configuração político-cultural que permite a morte de qualquer pessoa por outra, sem considerar os pretextos. Essa configuração institui e normaliza a ideia de que algumas vidas só podem ser exercidas à custa de outras.

Mbembe (2017) relaciona os estudos de Michel Foucault sobre o biopoder e a biopolítica com as noções de soberania e estado de exceção, partindo da ideia de que a modernidade sempre esteve implicada nos conceitos de soberania e, portanto, da biopolítica. Mbembe (2017) se preocupa com “aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2017, p. 111).

Nessas modalidades contemporâneas de administrar o terror, a soberania se estabelece pelo poder de fabricar uma massa de pessoas que viverão à margem, sempre em contato com a morte. Fabricam-se vidas supérfluas, sem valor, baseadas na estratégia dos pequenos massacres cotidianos (MBEMBE, 2017, p. 65), com o racismo podendo ser visto como motor desse princípio necropolítico. Longe de ser um tempo racional, para Mbembe (2017), vive-se um tempo de emergência dos dispositivos paranóicos, da violência histórica e até mesmo da possibilidade de aniquilação daqueles que a democracia tem transformado em inimigos do Estado.

Esta época, portanto, é caracterizada por ser eminentemente política, privilegiando a separação, os movimentos de ódio, a hostilidade e a luta contra o inimigo, estando fortemente relacionada às forças do capital, da tecnologia e do militarismo. O desejo do inimigo é alimentado por muros de separação, dispositivos securitários, trincheiras, demarcações, que agora estão em todos os lugares; passamos a admitir que entre nós e eles não há nada em comum. Recorrendo a Carl Schmitt, Mbembe (2017) aponta que esse inimigo sugere um antagonismo supremo, ou seja, configura-se como aquele que se pode matar, uma vez que ele nega o nosso ser de modo existencial.

Além de discriminar o amigo do inimigo, também é preciso identificar quem efetivamente é esse inimigo. Ele está em todos os lados, não tem nome, rosto ou lugar. Ele também está entre nós, em nós, e ameaça aniquilar o nosso modo de vida. Por estabelecer o campo do inimigo, o Estado pode garantir a alguns o poder de matar ou de ferir. A política seria, portanto, uma forma específica de reagrupamento, cujo combate é iminente, decisivo e obscuro.



Manejando com os conceitos de necropolítica e necropoder, Mbembe (2017) discute como, no mundo contemporâneo, as armas criaram "mundos de morte" e um grande número de populações submetidas à condição de "mortos vivos". Esta época, diz o autor, "privilegia a separação, os movimentos de ódio, de hostilidade e, sobretudo, a luta contra o inimigo" (MBEMBE, 2013, p. 72).

Segundo Mbembe (2017), o racismo é a força de engrenagem do princípio necropolítico. Ainda que o autor mobilize o termo necropolítica para tratar de questões acerca do racismo, é oportuno aproximar essa terminologia (que diz de uma política de segregação e aniquilação dos corpos racializados) daquilo que Foucault entende como racismo.

Mbembe (2017) sinaliza que o racismo faz parte da subjetividade econômica do nosso tempo. Nesse sentido, tornou-se um produto de consumo; reivindica-se o direito de rir à custa daquele que pretendemos estigmatizar. Um dos imaginários característicos da soberania, seja na pré ou pós-modernidade, é a percepção do Outro como uma ameaça à minha vida; sua eliminação pode fortalecê-la e mantê-la em segurança.

No espírito contemporâneo, as últimas palavras da política estariam no ódio ao inimigo, na necessidade de neutralizá-lo, de evitar o contágio. Estaríamos diante do triunfo da moralidade de massas. Junto ao crescimento vertiginoso do raciocínio algorítmico, crucial na economia contemporânea, aumentam também os raciocínios de matriz mítico-religiosa. A crença não se configura mais como o oposto da razão, mas ambas servem de suporte e estão em relação. Nessa lógica mítico-religiosa, tanto o divino como o mercado, a política e o capital são entendidos de modo imanente, visceral. Desse modo, o terror e a catástrofe são elementos que entrecruzam os caminhos da fé. Além das formações terroristas que Mbembe (2017) aponta, as democracias liberais não hesitam em recorrer a tais complexos mitológicos; pelo contrário, elas dependem dessa divisão para a sua sobrevivência.

Para Mbembe (2017), sem inimigos, as democracias liberais não se sustentam. Na verdade, pouco importa se esses inimigos existem de verdade; é preciso apenas criá-los, encontrá-los e buscar extingui-los. A guerra contra inimigos existenciais passa a ser entendida em termos metafísicos, envolvendo a totalidade do ser. Não há nenhum acordo possível com esse inimigo e sua figura aparece, então, como caricaturas e/ou estereótipos. Essas figuras funcionam, numa dimensão ontológica, como uma ameaça desses "Outros" que pesa sobre nós. Nas democracias liberais, essa imaginação alimentada pelo ódio se articula em meio à criação de obsessões sobre a verdadeira identidade desse inimigo ao qual eu me oponho.

Sendo mais específico, podemos aproximar o cenário eleitoral brasileiro de 2018 das discussões aqui apresentadas para a compreensão dos modos de disputas que foram centrais no debate presidencial, sobretudo a partir das polêmicas sobre as quais nos debruçaremos de modo mais específico no próximo capítulo.

O que nos interessa apontar agora é como a política da inimizade foi um elemento-chave para a construção das polêmicas em torno do “Ki--Gay” e da “Ideologia de Gênero”. Ela aparece também quando é atribuída à população LGBTI a condição de inimigo do Estado, dos valores cristãos, da moral, dos costumes, tensionando e colocando parte da sociedade em oposição às pautas defendidas pela militância política. Por exemplo, o casamento entre pessoas do mesmo gênero, a adoção por casais homoafetivos e a criminalização da LGBTIfobia são historicamente considerados como um atentado à família, à liberdade religiosa e até mesmo ao Estado norteado por valores cristãos. Apesar de hoje se configurarem como conquistas do movimento LGBTI, essa associação foi fortemente reiterada no contexto eleitoral de 2018.

### **3.3 A possibilidade do luto como um elemento político**

Em suas reflexões sobre as guerras contemporâneas, sobretudo durante o governo Bush, Butler (2018) debruça-se sobre a perspectiva dos enquadramentos epistemológicos por meio dos quais não conseguimos apreender a vida dos outros como perdidas ou lesadas. Tais molduras se constituem, elas mesmas, em operações de poder.

Ela afirma que o “ser” está em relação a outros, a normas, organizações sociais e políticas que historicamente contribuem para maximizar ou minimizar a precariedade dos corpos. Para Butler (2018, p. 16), “o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente”, sendo a concepção de precariedade ligada à noção política de “condição precária”.

A autora destaca que ter a vida negligenciada até a morte sublinha não apenas a finitude da vida, mas também sua precariedade, sobretudo porque requer várias condições sociais e econômicas para que essa vida se constitua plenamente.

Ainda segundo a filósofa americana, a precariedade coincide com o próprio nascimento e a possibilidade de enlutar uma vida é o pressuposto para que ela importe. Sem luto, diz a autora, “há uma vida que nunca terá sido vivida, que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida” (BUTLER, 2018, p. 32).

A vida não é reconhecida fora dos enquadramentos nos quais é apresentada; eles estruturam a maneira como identificamos e conhecemos a vida, além de se constituírem como condições que dão suporte para essas vidas. Essa distribuição das condições de ser passível de luto está intrinsecamente relacionada a formas de racismo, bem como disposições afetivas, como o horror, a culpa, a perda e a indiferença.

A partir da precariedade, podemos sugerir que não há vida sem a necessidade de abrigo, alimento, de inserção em redes de sociabilidades ou mesmo que transcenda a questão da mortalidade. Na perspectiva de Butler (2018), precariedade e condição precária são conceitos que se entrecruzam. Embora as vidas sejam precárias por definição, a condição precária tende a designar as condições políticas nas quais determinadas populações ficam, de modo diferenciado, expostas às violações, à violência e à morte.

Também se caracteriza como condição precária aquelas induzidas politicamente e expostas à violência do próprio Estado, contra o qual precisam ser protegidas, quando, na verdade, precisariam recorrer a ele em busca de proteção. Ou seja, em alguns casos, depender do Estado-Nação para a própria proteção pode, ao mesmo tempo, significar se expor a uma violência potencial que esse mesmo Estado pode executar. Segundo a autora, embora saibamos que nem toda violência advém do Estado, são raros os casos em que o Estado contemporâneo não tenha nenhuma relação com essa forma política (BUTLER, 2018, p. 47).

A autora sinaliza como os termos da política nacional sofreram algumas perturbações, além de serem empregados para propósitos mais amplos da guerra. Segundo ela, a guerra estruturou e promoveu fissuras no tema dos movimentos sociais. As políticas sexuais progressistas acabaram por fazer frente à reivindicação de direitos a imigrantes e mudanças culturais no interior da sociedade americana, o que demanda a necessidade de reformulação dos enquadramentos a partir dos quais se deve pensar a política, sobretudo as novas formas de violência estatal.

Nesses termos, o pensamento de Butler (2018) é fundamental para a política compreender a precariedade de sua condição compartilhada e, também, a condição precária como condição politicamente induzida que, a partir de um ponto de vista racial e nacional, expõe determinadas populações a uma maior violência.

Tal condição compartilhada de precariedade significa que o corpo se constitui social e interdependente. Essa condição pode conduzir a uma exploração da população-alvo, cujas vidas podem ser descartadas, consideradas não passíveis de luto; elas podem ser perdidas ou sacrificadas, já que ameaçariam a vida como a conhecemos. Quando perdidas, essas vidas não

são objeto de lamentação, sendo a sua aniquilação necessária para proteger a vida dos “outros”.

Para Butler (2018, p. 54), nem todo mundo conta como sujeito e essa questão é parte do problema da vida política contemporânea. Nesse aspecto, é preciso uma ampliação da crítica em relação à política de violência do Estado, seja em relação a guerras ou a outras formas de exclusão, em que determinadas populações estão privadas de recursos necessários para diminuir sua precariedade.

Butler (2018) afirma que o sujeito se constitui mediante normas que produzem e deslocam uma ontologia historicamente contingente e é a partir dessas normas que conseguimos discernir e nomear o “ser” do sujeito. Reforça, ainda, que, se alguém se situa fora do enquadramento fornecido pela norma, efetivamente não é tido como uma vida válida, passível de luto. O enquadramento se constitui como uma maneira de organizar e apresentar uma ação e, nesse sentido, também leva a uma conclusão interpretativa acerca dessa ação. A autora questiona que, do ponto de vista normativo, deveria existir uma maneira de reconhecer a precariedade de maneira mais inclusiva e igualitária.

Essa distribuição desigual do luto é uma questão política de extrema importância. A sobrevivência de uma pessoa depende da sua relação com o “Outro”. Desse modo, a sociabilidade pode se apresentar como promessa ou como ameaça.

Há corpos que valem menos e esses atravessamentos ocorrem em vários níveis. A dissonância dos corpos, de certa forma, ajuda a organizar, unificar o poder hegemônico e a violência torna-se um instrumento coercitivo para corrigir aqueles que fogem à regra, até para “servir de exemplo”. Suas vidas valem menos, poderão ser descartadas, correrão risco, uma vez que esses corpos são socialmente mais vulneráveis. Ser dissonante é perder importância e valor, é abrir mão do “natural”, dos valores em torno da norma.

O que se coloca, então, nesse lugar, é a valia dos corpos envolvidos nesses processos. Em determinados momentos, certos corpos não inspiram cuidado. A relação entre os corpos é um abrir-se ao outro, abrir-se ao cuidado, uma vez que o corpo existe coletivamente; o corpo existe em sua produção coletiva. No momento em que se torna dissonante da norma, perde peso de importância, perde o seu valor.

Do mesmo modo, a possibilidade do luto é regulada por determinados enquadramentos interpretativos, na medida em que nossas reações em relação a vidas humanas perdidas vão depender de uma série de circunstâncias. Nossas sensações são condicionadas pela maneira como interpretamos o mundo que nos cerca.

Segundo a autora, são os enquadramentos visuais e discursivos que irão estabelecer a nossa capacidade de agir de modo crítico em relação a esses enquadramentos estabelecidos pela norma diferencial do humano, ou seja, há enquadramentos que podem influenciar a nossa capacidade de resposta.

Ao refletir sobre os enquadramentos em torno das fotografias de guerra, Butler (2018) afirma que os soldados americanos exploram fortemente a questão da homossexualidade, entre outras proibições islâmicas, no sentido de destruir o tecido cultural que pretende interferir na integridade das pessoas. Nas guerras do Golfo, a morte de iraquianos era representada como sodomia, equiparando a homossexualidade com a destruição das pessoas. Nesse sentido, tanto a homofobia dos militares americanos como o tabu islâmico contra os atos sexuais atuam em acordo. Os atos homossexuais são equiparados à sua própria destruição como sujeito.

A norma produz um paradoxo: um humano que não é humano, apagando o humano como uma alteridade conhecida. Nesses termos, se existe o humano, também existe o inumano e, assim, se admite que a condição de humanidade é uma prerrogativa mutável (BUTLER, 2018, p. 117). Aqui se apresenta o caráter restritivo da norma, segundo o qual determinados humanos podem não ser qualificados como tal, principalmente aqueles que não encarnam a norma que vai determinar quem deve ou não ser qualificado como humano.

Um dos pressupostos da luta pelas pessoas arbitrariamente consideradas não dignas de luto a partir das dinâmicas das relações de gênero está precisamente na ampliação do conceito de homofobia. Por isso, nesta dissertação, estamos adotando as lógicas da LGBTIfobia, em consonância com reivindicações de uma diversidade de sujeitos que batalham pelos direitos humanos da “sopa de letrinhas”. Certamente, ainda persiste o problema do radical “fobia” que, ao remeter à dimensão de pavor psicológico, corre o risco de reduzir a complexidade do fenômeno que busca abarcar. Por isso, a necessidade de afirmarmos, a despeito de qualquer dimensão de doença psíquica ou social, a radicalidade política do conceito de LGBTIfobia, posto que estamos diante de uma lógica cujo horror transcende fronteiras classificatórias e considera a vida dos LGBTI como não dignas de luto.

### **3.4 Nuances sobre a política no enfrentamento da LGBTIfobia**

A LGBTIfobia está sedimentada na violência e na naturalização de normas de gênero, sexo e sexualidade. Ela estabelece hierarquias sexuais, assim como outras formas de violência

e inferiorização, se alimentando dessa lógica de desumanizar o outro e torná-lo inexoravelmente diferente (BORRILLO, 2015).

Nesse aspecto, Carvalho e Fonseca (2019) sinalizam diversos pontos de contato que podemos observar entre o pensamento de Arendt e Mbembe, justamente ao indicarem as condições de morte daqueles que são socialmente indignos, principalmente a partir da necropolítica e outras formas de violência.

Nesses termos, os autores afirmam que, com base em Mbembe e Arendt, não se pode reduzir a política ao exercício da democracia. Os dois pensadores nos permitem pensar a política como parte fundamental da vida democrática, uma estratégia de aperfeiçoamento das democracias. Carvalho e Fonseca (2019) ainda nos lembram que, em todos os períodos históricos nos quais a política se desdobrou por meio da violência, as consequências foram desastrosas, a exemplo do nazismo, a princípio inserido no jogo normal dos regimes democráticos.

Voltando essas reflexões para o tema desta dissertação, afirmamos que ser gay é tudo aquilo que um homem não pode e não deve ser, pelo menos na perspectiva do que se espera de um homem nesta sociedade. Existe uma vigilância de gênero que opera no sentido de corrigir aqueles que fogem à norma. Por exemplo, não é raro um homem gay ouvir "vira homem", no sentido de que deve corrigir um comportamento que não é esperado pelos ideais hegemônicos de masculinidade. Além disso, associar um homem a quaisquer características socialmente estabelecidas para o feminino, ou seja, o oposto do masculino, pressupõe uma inferiorização, uma adjetivação pejorativa.

Portanto, abrir mão da heterossexualidade compulsória<sup>26</sup> significa perder as garantias e os privilégios por ela oferecidos. Como se vê em Borrillo (2015), os ataques homofóbicos - neste caso, LGBTIfóbicos - não podem ser dissociados de um ideal de defesa das ordens de gênero da sociedade patriarcal; é nesse lugar que a produção de fobias, a vulnerabilidade dos corpos e o sexismo caminham juntos.

Mbembe (2017) afirma que a tragédia do Outro tem a ver com a instabilidade que ser esse Outro representa, ou seja, o Outro é aquele que precisa provar que é um ser humano e que é semelhante a mim. O Outro vive na expectativa do repúdio, convencido da vergonha que sua vida representa, com medo de mostrar-se como realmente é. Assim, o desejo de ser um homem entre os demais é impossibilitado pela condição de ser Outro, por sua diferença decretada.

---

<sup>26</sup> Termo usado pela escritora francesa Monique Wittig em seus questionamentos sobre a heterossexualidade como elemento fundador da sociedade.

Nesse sentido, a necropolítica LGBTIfóbica pode ser entendida como a possibilidade de extermínio de corpos LGBTI, presente nesta sociedade ainda tão marcada pelo preconceito sexual e de gênero e que condena tal parcela da população a permanecer à margem do espaço social e político.

O holocausto de gays e lésbicas promovido pelo Estado nazista é um exemplo claro de política de extermínio de corpos LGBTI a partir de enquadramentos interpretativos, bem como de fundamentos necropolíticos. Os homossexuais foram fortemente perseguidos e assassinados pelo regime alemão e recebiam uma identificação específica nos campos de concentração: eram marcados com um triângulo rosa.

Segundo o relatório do grupo gay da Bahia, relativo ao ano de 2018, um homossexual foi morto a cada 20 horas no Brasil, totalizando 440 mortes entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Esses dados representam certa estabilidade em relação aos dados apurados no ano anterior, em 2017, quando morreram 445 pessoas por motivações LGBTIfóbicas. Isso leva o Brasil para o topo da lista, sendo o país que mais mata LGBTI em todo o mundo.

Essa política de morte encontra eco na realidade da população LGBTI em diferentes países. Dados da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (Ilga) apontam que nada menos que 68 países no mundo ainda tratam a homossexualidade como prática ilegal, sendo que Irã, Mauritânia, Sudão, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Iêmen, bem como parte da Nigéria e Somália, a consideram crime passível de pena capital.

Ainda no sentido de entender essa política de morte, sobretudo em escala planetária, recorreremos às observações de Mbembe (2017), para quem o conceito de razão tornou-se um dos elementos mais importantes no projeto da modernidade. Baseado na distinção entre razão e desrazão, o autor define a primeira como a verdade do sujeito e a política como seu exercício na esfera pública.

Ele afirma que a expressão da soberania diz respeito à produção de normas gerais de um corpo composto por homens e mulheres livres e iguais, dotados de autocompreensão, autorrepresentação e consciência de si. Nesse sentido, a política é definida, ambigualmente, como projeto de autonomia e consenso na coletividade, que se dá por meio da comunicação e do reconhecimento.

Soberania, portanto, é definida como um duplo de autoinstituição e autolimitação, sendo o seu exercício a capacidade da sociedade para a autocriação, por intermédio de recursos e instituições cobertas de significados sociais específicos e imaginários.

Para Mbembe (2017), nessa economia imaginária, o negro não é um homem, mas um objeto. Tal como Mbembe afirma em relação aos negros, as discussões sobre a LGBTIfobia que fizemos até aqui permitem afirmar que o sujeito LGBTI, certamente, também ocupa esse lugar, sendo um objeto que provoca medo e desgosto; se os matam, é justamente pelo que eles são.

Nos marcos do enquadramento interpretativo proposto por Butler (2018), em que os homossexuais carregam consigo a condição de ser o Outro, aquele que escapou à norma, aquele que é o que não se deve ser, apontamos a experiência da política higienista brasileira de repressão policial durante o período da ditadura militar, tal como descrita por Ocanha (2018). Destacamos os “rondões” do delegado José Wilson Richetti que, em maio de 1980, assumiu a delegacia seccional Centro, responsável por todas as delegacias da região central de São Paulo, promovendo uma verdadeira caça aos homossexuais.

Na guerra contra a violência e o tráfico de drogas, em um dia, foram apreendidas, segundo o jornal *Folha de São Paulo* (citado pelo autor), 127 pessoas, entre homossexuais, travestis, prostitutas e um indivíduo com posse ilegal de armas. Em 27 de maio, por meio da *Operação Limpeza*, o delegado Richetti prendeu diversos outros homossexuais e travestis, conforme publicado também na *Folha*, criando uma suposta relação dos crimes de banditagem com a população LGBTI como justificativa para tais violações.

Em 09 de junho daquele ano, diversos movimentos de homossexuais realizaram uma expressiva manifestação contra as arbitrariedades do delegado, contrariando o já instituído AI-5, que proibia as manifestações populares desde 1968. Trevisan (2018) mostra que, embora não existisse lei contra a homossexualidade no Brasil, os representantes da ordem, baseados em uma política higienista pautada na homofobia, humilhavam homossexuais em espaços públicos ou privados, enquadrando-os nos crimes de vadiagem, atentado ao pudor ou consumo de drogas.

Tanto na experiência nazista como no contexto brasileiro, homossexuais foram perseguidos pelo Estado, com o aval das diversas outras instituições que defendem as normas hegemônicas sociais. No livro *Holocausto Brasileiro*, Arbex (2013), confirma que muitos homossexuais foram encaminhados à colônia psiquiátrica da cidade de Barbacena, no interior do Estado de Minas Gerais. Desses, cerca de 70% não possuíam transtornos mentais e, ainda



assim, foram submetidos a diversas violações, quando não executados entre os mais de 60 mil mortos contabilizados, entre opositores políticos, prostitutas, homossexuais, que não se enquadravam nos ideais normativos da sociedade da época.

Esse entrecruzamento de valia dos corpos, de uma necropolítica LGBTIfóbica, bem como a impossibilidade da política que esses mecanismos de exclusão podem desempenhar na sociedade, tornam-se elementos centrais a partir dos quais propomos um diálogo possível entre Arendt, Mbembe e Butler.

Na esteira dessa reflexão, convocamos Eribon (2008), para quem a caricatura homófoba se inscreve no horizonte da injúria, permitindo, a partir de esquemas mentais, rir a propósito dos homossexuais, dos sujeitos LGBTI. Essa discussão também aparece na reflexão sobre o racismo que Mbembe (2017) relaciona com as políticas da inimizade. Tal como ocorre com a questão da raça, a caricatura LGBTIfóbica oferece um “retrato de grupo” imediatamente reconhecível por todos. A figura do homossexual afeminado, por exemplo, é um verdadeiro gancho para humoristas ridicularizarem a homossexualidade.

No entanto, é preciso ir além do humor para entender a violência desse gesto, seja numa dimensão subjetiva, seja no nível simbólico. Rir da homossexualidade é uma prática socialmente naturalizada, constantemente mobilizada para a construção da masculinidade. A imagem homófoba também oferece um enquadramento acerca dos homossexuais: deles se pode rir, ao mesmo tempo em que se deve corrigi-los; o escárnio é, exatamente, o sintoma mais visível da negação.

Recentemente, no Brasil, os movimentos LGBTI tiveram avanços significativos em relação aos seus direitos, a partir das decisões do Judiciário, embora a política de morte contra essa população encontre, no contexto desta sociedade machista, terreno fértil para as manifestações de ódio e políticas de extermínio.

As recentes conquistas do movimento LGBTI, como a equiparação da homofobia ao crime de racismo, encampada pelo Supremo Tribunal Federal, tensionou ainda mais a arena política e social, sobretudo diante de um governo claramente LGBTIfóbico. O mesmo mal-estar entre os poderes federativos ocorreu em 2011, quando o Supremo regulamentou o casamento civil e, posteriormente, a adoção de crianças por casais LGBTI.

Tais avanços ocorreram a contragosto do Legislativo e, em alguns casos, do Executivo, o que aponta justamente para a omissão do Estado em relação a direitos básicos até então negados às pessoas LGBTI. No entanto, ainda há risco de perseguição pelo próprio

Estado, após a vitória de um projeto político conservador e fundamentalista como o que temos hoje no Brasil.

Para exemplificar essa política de violência LGBTIfóbica na era bolsonarista, podemos citar a agressão do aposentado Adel Abdo, de 89 anos, que deu três tiros em um vizinho por ele ser gay. O crime ocorreu no centro de São Paulo e testemunhas afirmam que, após atirar, o autor teria proferido insultos homofóbicos contra a vítima, como “viado tem que morrer” e “não quero ver gay no meu prédio”.<sup>27</sup> Importante ressaltar que o porte de armas também foi uma das promessas de campanha de Jair Bolsonaro, que estimulou o discurso armamentista e a violência LGBTIfóbica em suas declarações. O então candidato chegou a afirmar, entre outras coisas, que não conseguiria amar um filho homossexual, preferindo que ele morresse em um acidente do que aparecer com outro homem.<sup>28</sup>

Outro caso que gerou repercussão na imprensa foi a agressão sofrida por Karol Eller, 33 anos, mulher lésbica, que apoiou o candidato Bolsonaro na campanha eleitoral e negou a LGBTIfobia na sociedade brasileira. Segundo ela, existe muito vitimismo por pessoas LGBTI e a Parada do Orgulho Gay é uma “chacota”. Durante a campanha, a *youtuber* se aproximou de Bolsonaro, ajudando no esforço de desvincular a imagem do candidato de um comportamento LGBTIfóbico. Em um evento recente, a *youtuber* alegou ter sido vítima de LGBTIfobia, haja vista a recente decisão do Supremo de equiparar a homofobia ao crime de racismo. Em seu depoimento, Karol afirma ter sido provocada pelo agressor, que usou pronomes no masculino e associou o seu corpo às características desse gênero. Por outro lado, o acusado afirma que a briga teria começado quando Eller lhe deu um soco por ciúmes da namorada. Apesar da série de controvérsias nos depoimentos coletados pela polícia, é inevitável perceber a efetividade das motivações LGBTIfóbicas dessa agressão, incluindo as relações de poder que atravessam os papéis sociais de gênero e sexualidade. Tanto Eller quanto o agressor compactuam com os mesmos discursos e comportamentos sexistas e LGBTIfóbicos, agindo a partir da lógica da política da inimizade.

Para citar um último exemplo da LGBTIfobia latente na sociedade bolsonarista, no dia 24 de dezembro de 2019, um dia antes da noite de Natal, a produtora do canal Porta dos Fundos, localizada na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, foi alvo de um atentado terrorista, com coquetéis molotov. O ato foi reivindicado por um grupo que se define como

---

<sup>27</sup> Aposentado de 89 anos dá três tiros em vizinho por ele ser gay em SP. Jornal O Tempo. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/aposentado-de-89-anos-da-tres-tiros-em-vizinho-por-ele-ser-gay-em-sp-1.2277890>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

<sup>28</sup> Veja 11 frases polêmicas de Bolsonaro. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/veja-11-frases-polemicas-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

“Comando de Insurgência Popular Nacionalista da Grande Família Integralista Brasileira”, um movimento de extrema-direita de inspiração fascista. O ataque teve motivações LGBTifóbicas, uma vez que produtora tornou-se alvo de ataques virtuais após estrear um especial de Natal para a plataforma de vídeos *on demand*, da Netflix, no qual retrata um Jesus gay. Grupos de cristãos protestaram, alegando que a narrativa ofende a sua fé ao retratar um Cristo homossexual, algo inconcebível na perspectiva de fundamentalistas. Embora o crime tenha alcançado expressiva repercussão na imprensa nacional, o Estado não se pronunciou sobre o assunto.

#### 4 A LGBTIFOBIA NAS ELEIÇÕES DE 2018

Seria pouco explicativo e redutor estabelecer uma linha cronológica dos eventos que culminaram na legitimação de um governo LGBTIfóbico no Brasil, nas primeiras décadas do século XXI. Como vimos, historicizar a LGBTIfobia, inclusive no Brasil, é ter que lidar com diversos regimes de historicidade que contribuíram para alimentar o imaginário social que fundamenta a heterossexualidade compulsória, a binaridade de gênero, a família monogâmica, os valores cristãos, entre outras crenças historicamente construídas.

No entanto, na tentativa de estabelecer um marco temporal para contextualizar as análises que propusemos, a decisão do STF de reconhecer a união estável entre duas pessoas do mesmo gênero é um evento a partir do qual é possível abordar alguns acontecimentos que tensionaram a arena política brasileira em relação aos direitos LGBTI, sobretudo no pleito presidencial de 2018.

Bem antes da recente decisão do STF de equiparar a LGBTIfobia ao crime de racismo, vários projetos de lei nesse sentido tramitaram nas casas do Legislativo. Tais projetos foram obstruídos e desarticulados durante muitos anos por pressão das bancadas religiosas, com destaque para evangélicos e católicos fundamentalistas. Muitas igrejas neopentecostais e outros segmentos conservadores do cristianismo não abrem mão de proferir, em suas práticas e templos religiosos, a condenação da homossexualidade, daquilo que consideram como sodomia e a subversão da moralidade.

Nessa retórica religiosa e política, também dão ênfase ao aspecto natural da heterossexualidade e na sua exclusividade para a constituição de um casamento e/ou de uma família. Nesse sentido, os discursos LGBTIfóbicos constituem os modos de abordar as relações sexuais e de gênero em grande parte das doutrinas cristãs, embora seja possível encontrar movimentos de enfrentamento e/ou resistência, como a Teologia da Libertação.

É importante ressaltar a expressiva participação de neopentecostais e fundamentalistas cristãos no Legislativo brasileiro. Há alguns anos, atua na Câmara e no Senado uma bancada evangélica que leva esse nome por integrar parlamentares alinhados aos discursos conservadores defendidos por essas instituições religiosas. Tais parlamentares se organizam para fazer lobby frente a pautas consideradas de costumes, como as discussões sobre os direitos da população LGBTI. Tendo em vista que posicionamentos LGBTIfóbicos têm se tornado cada vez mais uma estratégia eficiente de circulação e viralização de polêmicas nos ambientes midiáticos, muitos desses parlamentares, a exemplo do então deputado Jair Bolsonaro, mobilizam essa chave para se promover publicamente. Nessa empreitada, contam

com o apoio de parlamentares católicos e de outras bancadas conservadoras, como a da bala (que defende que “bandido bom é bandido morto”) e a do boi (defensores do agronegócio), formando o triunvirato que se denomina como “bancada BBB“ (bala, bíblia e boi).

#### **4.1 A abordagem da LGBTIfobia nos planos de governo dos presidencialistas**

Diante de um debate eleitoral claramente tensionado entre políticas de direitos LGBTI e o seu repúdio por grupos conservadores, o silenciamento de alguns planos de governo sobre a questão da diversidade sexual foi interpretada por setores progressistas como violenta, conivente e oportunista. Nesse cenário, podemos dizer da ausência de tais propostas nos programas dos candidatos Henrique Meirelles (PMDB) e Álvaro Dias (Podemos).

Os programas dos candidatos Geraldo Alckmin (PSDB), Marina Silva (Rede), Fernando Haddad (PT), Ciro Gomes (PDT) e Vera Lúcia (PSTU) incluíam algumas diretrizes nesse sentido, alguns com mais ênfase do que os outros. Muitos desses candidatos receberam críticas por apresentarem programas de governo aquém das (ou mesmo contrários às) demandas políticas reivindicadas por esse grupo.

Candidatos como Jair Bolsonaro (PSL), Cabo Daciolo (Patriota), José Maria Eymael (PSDC) e João Amoêdo (Novo) colocaram-se como conservadores nos costumes e em defesa da família tradicional, heterossexual e cristã. Isso quis dizer posicionarem-se frontalmente contra as recentes conquistas de direitos da população LGBTI no Brasil, como o casamento homoafetivo e a adoção de crianças por casais homossexuais.

Ao todo, foram 13 candidatos, com seus respectivos planos de governo oficializados no TSE.<sup>29</sup> Das 13 candidaturas, no mínimo 2 se posicionaram claramente contrários à temática LGBTI e ao combate à LGBTIfobia: a de Cabo Daciolo e a de Jair Bolsonaro. O primeiro apontava a “exclusividade do conceito de família em seus moldes naturais” e a “necessidade de protegê-la da destruição provocada pela “Ideologia de Gênero”, da tese do aborto e da pedofilia”. Na mesma linha, o candidato Jair Bolsonaro propunha uma educação “sem doutrinação e sexualização precoce”, enfatizando a necessidade de “expurgar da Educação a ideologia de Paulo Freire”. Os discursos de ambos os candidatos se alinharam diretamente à discussão do programa “Escola sem Partido”, em discussão no Legislativo e na sociedade brasileira.

Nos planos de governo dos candidatos Álvaro Dias, José Maria Eymael, Henrique

---

<sup>29</sup> Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>>. Acesso em: 01 set. 2018.

Meirelles e João Amoêdo, não havia nenhuma menção à LGBTIfobia, sequer sobre a população LGBTI. De forma muito genérica, Álvaro Dias falava em uma “rede de proteção social” que se propunha a “crescer sem deixar ninguém para trás”. Eymael, por sua vez, falava em resgatar os valores éticos da família no sentido de orientar as ações do governo a partir do fundamento de que “a Terra é a pátria dos Homens”. Além do machismo manifestado na linguagem, observa-se que o conceito tradicional de família é essencialmente heteronormativo, o que implica a exclusão de outros arranjos familiares, como o de casais LGBTI.

João Amoêdo propôs “construir uma sociedade que valorize o progresso e não o vitimismo”, fala em “discutir mais ideias e menos pessoas”, num movimento que não aborda as condições de vulnerabilidade de alguns corpos, como o de pessoas negras e LGBTI. Meirelles apresentava um plano conciso que também não passa pelo debate da LGBTIfobia, do racismo e das pessoas com deficiência, por exemplo, mas afirmava que “uma cultura de paz e confiança exige resgatar do terror da violência todas as populações vulneráveis”. Por fim, a candidatura de Geraldo Alckmin abordava a temática LGBTI de forma pontual, quando afirmava que iria “estabelecer um pacto nacional para a redução de violência contra idosos, mulheres e LGBTI e incentivar a criação de redes não-governamentais de apoio ao atendimento de vítimas de violência racial e contra tráfico sexual e de crianças”.

A ausência de temas relacionados à LGBTIfobia nesses planos de governo certamente permite compreender o perfil e o viés ideológico dos candidatos, bem como apontam para um contexto político-social que caracteriza a sociedade brasileira no embate travado nas eleições presidenciais de 2018.

Timidamente, o candidato João Goulart propunha a qualificação do atendimento à pessoa LGBTI no serviço público e o combate a todas as formas de preconceito. Por outro lado, as candidaturas de Marina Silva, Ciro Gomes, Fernando Haddad, Guilherme Boulos e Vera Lúcia apresentavam diretrizes que podem ser vistas como positivas para as demandas do público LGBTI, sobretudo em relação ao enfrentamento da LGBTIfobia.

Fernando Haddad abordava temas como a promoção do direito à vida, ao emprego e à “cidadania LGBTI”; propunha a superação da violência por meio da criação de uma rede de enfrentamento, além da nacionalização do Programa *Transcidadania* (implementado quando ele era prefeito de São Paulo), que visava incluir pessoas trans nos serviços municipais e fornecer bolsas para a qualificação de cidadãos mais vulneráveis. Não obstante, o candidato não discute como se darão essas ações.

A candidata Marina Silva propunha o combate à discriminação e ao *bullying* nas escolas por meio de políticas dentro do Plano Nacional de Educação; a criação de condições para garantir e ampliar a oferta de tratamentos e serviços de saúde integral adequados às necessidades da população LGBTI; a superação da desigualdade, o respeito ao exercício pleno da cidadania por essa população, garantindo o acesso ao mercado de trabalho e estimulando o empreendedorismo. O plano de governo do Rede Sustentabilidade ainda mencionava políticas de prevenção e combate à violência, priorizando ações específicas para frear o alto índice de homicídios; falava em acatar as demandas dos direitos ao casamento civil regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça; defendia tratamento igual para casais homoafetivos em casos de adoção.

Assim como Marina, a candidata Vera Lúcia também falava em criminalização da LGBTIfobia; garantia de atendimento médico às demandas do SUS; acrescentava a regulamentação do nome social; opunha-se ao "Escola Sem Partido", defendendo uma educação que ensine o respeito e a diversidade.

O candidato Guilherme Boulos acionou a sigla LGBTI mais de 60 vezes no seu plano de governo, que tem mais de 200 páginas. Ele falava sobre especificidades da questão LGBTI em educação, emprego, moradia, segurança e saúde e garante a cidadania LGBTI como política de Estado. Além da aprovação de legislação que vise o casamento igualitário, o candidato falava em defesa do Estado laico; em uma política nacional de adoção que inclui pessoas LGBTI; alteração da licença maternidade para licença parental, alargando o entendimento para casais independente de gênero ou orientação sexual; realização do processo transexualizador pelo SUS, principalmente para pessoas em situação de vulnerabilidade. Boulos defendia um projeto de educação para as diferenças, derrotando o "Escola sem partido"; um plano de assistência social e de assistência ao trabalho; conscientização dos direitos LGBTI para profissionais de segurança pública; defesa de um projeto de lei que criminalize a LGBTIfobia; garantia dos direitos LGBTI privados de liberdade, como espaço específico em penitenciárias; no campo da saúde, propõe a criação de política de cuidado à população LGBTI e prevenção ao suicídio. O projeto do PSOL mencionava, ainda, questões da identidade de gênero, apresentando um amplo e complexo panorama de fatores relacionados às demandas da população LGBTI que precisam ser levados em consideração, bem como ações que condizem com a promoção de direitos humanos LGBTI.

O candidato Ciro Gomes (PDT) apresentou um plano com 14 propostas para a

população LGBTI. Propunha a criação de um Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBTI e a Secretaria Nacional de Políticas Públicas. Prometeu garantir amparo à seguridade de trabalho, emprego e renda, ações afirmativas de combate à discriminação institucional em empresas e no ambiente de trabalho. O projeto do PDT propunha, ainda, a implementação efetiva do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTI, assim como o respeito ao Termo de Compromisso com a Aliança Nacional LGBTI. Sugeriu a criação de meios para coibir crimes LGBTIfóbicos, equiparandos-os ao crime de racismo, injúria e feminicídio.

Apontava para a realização de investimentos em universidades públicas federais, ampliação de programas e ações afirmativas, bem como assistência estudantil e políticas de permanência. Ainda na Educação, o programa do PDT incluía o combate ao preconceito, entre eles por orientação sexual e/ou identidade de gênero, no Plano Nacional de Educação, motivo da polêmica do "Kit-Gay" que recaiu sobre o candidato Fernando Haddad.

Além disso, propunha um plano de ações para diminuir a discriminação nas escolas e a evasão escolar. O projeto previa a articulação e o apoio à aprovação do Estatuto das Famílias e do Estatuto da Diversidade, bem como ampliação do tratamento e serviços de saúde para o atendimento especial da população LGBTI no SUS, como o acolhimento de pessoas com mais de 60 anos.

Ciro propunha considerar algumas vulnerabilidades da população LGBTI, como situação de refúgio, convivente com hiv/aids, negros e negras, em situação de rua, entre outras políticas públicas para atendimento de suas necessidades. Por fim, apontava para o fomento e a aprovação de projetos de lei em tramitação que visam ao casamento civil igualitário, assim como a Lei de Identidade de Gênero em consonância com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) de número 4277 e 4275, recentemente votadas pelo STF.

Embora a agenda do governo do PT tenha sido bastante criticada por grupos defensores dos direitos LGBTI, principalmente durante a gestão de Dilma Rousseff, esse partido foi o que, no segundo turno, apresentou um plano de governo que mais atendia aos interesses daqueles que lutam pelos direitos da população LGBTI.

Por outro lado, o projeto conservador liderado pelo candidato Jair Bolsonaro, com fortes ligações com os evangélicos e com grupos conservadores do catolicismo, apresentou um plano de governo que, claramente, se colocava contra as recentes conquistas de direitos da comunidade LGBT, como o não reconhecimento legal da família homoafetiva e contrário à criminalização da LGBTIfobia.



#### 4.2 O contexto político-eleitoral brasileiro: a influência religiosa e o conservadorismo

O contexto das eleições de 2018 foi marcado pela influência religiosa no debate político. Parlamentares ligados a instituições religiosas e/ou aqueles que se aproximavam desse segmento para fins eleitorais, agarraram-se fortemente à defesa de uma pauta moralista e conservadora. Nesse sentido, o acionamento de discursos e/ou comportamentos LGBTIfóbicos tornaram-se estratégia de visibilidade, entre outras razões, por sua repercussão em diversas mídias.

A condenação da homossexualidade foi frequentemente mobilizada nas doutrinas e cultos dessas igrejas midiáticas. Nas programações das TV abertas não era difícil encontrar conteúdos religiosos com foco na condenação da homossexualidade. Entre outros exemplos, destacam-se os programas dos pastores Silas Malafaia, R. R. Soares e Marco Feliciano que, majoritariamente, apoiaram a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da república.

No Brasil e em outros países do mundo, tais discursos têm sido acionados por doutrinas religiosas para fazer frente às políticas em prol dos direitos da população LGBTI, como o casamento entre pessoas de mesmo gênero e a criminalização da LGBTIfobia. A grande maioria das instituições religiosas atua na linha de frente pela condenação das relações entre pessoas do mesmo gênero, bem como se posicionam contra os movimentos que consideram a homossexualidade como um aspecto não patológico da vida.

O Brasil (e a América Latina) registra forte ascensão neopentecostal, não só em número de fiéis, como também em representação política, econômica e social. Segundo dados levantados pelo Pew Research Center (*fact tank* especializado em pesquisas sobre temas sociais) e divulgados pelo jornal *El País*, 20% dos latino-americanos são evangélicos, sendo que há seis décadas o continente não chegava a registrar 3% de fiéis dessa religião. No censo de 2010, os evangélicos representavam 22% dos brasileiros, com tendências de crescimento, segundo analistas.

A bancada evangélica atua no Legislativo desde 2010, desdobrando-se na Câmara e no Senado. Nas eleições de 2018, os evangélicos passaram a ocupar 84 cadeiras na Câmara (eram 75 em 2014) e 7 no Senado (eram 3 em 2014). Entre as pautas de interesse da bancada evangélica, está a criminalização da LGBTIfobia (recentemente equiparada ao crime de racismo pelo STF) que, segundo a igreja, pode interferir no exercício da liberdade religiosa; a regulamentação do casamento civil entre pessoas do mesmo gênero, que esbarra na tradição cristã de valorização da família nuclear heterossexual; além do debate de gênero e sexualidade

nas escolas.

No campo econômico, as igrejas neopentecostais também se destacam. Para citar apenas um exemplo, a Rede Record, que hoje briga com o SBT pelo segundo lugar na audiência nacional, é uma emissora ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, propriedade do bispo Edir Macedo. Além de um império construído no Brasil, o IURD possui filiais em diversos outros países do mundo.

O PRB, Partido Republicano Brasileiro, é um braço desse conglomerado na política nacional e tem projetos ambiciosos nas principais cidades brasileiras. O atual prefeito do Rio de Janeiro é o bispo Marcelo Crivella, ligado à Igreja Universal. Em São Paulo, o apresentador Celso Russomano (PRB), ligado a Edir Macedo e à Igreja Universal, já foi cabeça de chapa para a Prefeitura e para o governo do Estado. É importante destacar o interesse da Igreja Universal em conseguir eleger governadores e prefeitos de capitais no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Por motivações religiosas, líderes de igrejas neopentecostais, que muitas vezes também são parlamentares, impõem uma agenda conservadora ao país, baseada em suas crenças, mas também em seus interesses políticos e econômicos. Exemplo disso é a existência da bancada evangélica, que se mistura com a bancada do “boi” (ruralista) e com a da “bala” (que trabalha para facilitar o porte de armas no país). Muitos parlamentares dessas bancadas também estão na linha de frente contra as políticas em prol da população LGBTI no Brasil, como a bancada evangélica da Câmara e do Senado, que se posiciona contrária à criminalização da LGBTIfobia, bem como ao casamento entre pessoas do mesmo gênero.

Desde o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, há uma tentativa de calar as manifestações artísticas e culturais que retratam a diversidade sexual e de gênero. Essas tentativas de censura foram fortemente alimentadas por movimentos financiados por partidos de (extrema) direita, como o Movimento Brasil Livre. Esses grupos foram responsáveis, por exemplo, pela disseminação de notícias falsas durante o período eleitoral, a exemplo do "Kit-Gay" e da mamadeira erótica. Além disso, também houve ataque à pesquisadora americana Judith Butler em sua última visita ao Brasil, numa demonstração de radicalismo inflado por esses grupos conservadores em suas diversas tentativas de intimidação daqueles que se posicionam contrários à sua referência de moralidade.

Nesse contexto, também assistimos tentativas de censura da arte de Pedro Moraleida, ex-aluno de Belas Artes da UFMG, em uma exposição no Palácio das Artes. Na mesma época, o deputado estadual João Leite (PSDB-MG) tentou proibir a apresentação de uma peça

de teatro que fazia uma releitura do Evangelho de Cristo, abordando alteridade e flagelação do corpo trans na sociedade moderna.

Essa posição reacionária e conservadora contrasta com movimentos progressistas, o que impulsionou e desdobrou uma verdadeira guerra ideológica, discursiva e textual que alcançou os debates cotidianos e as produções midiáticas e jornalísticas, sobretudo nas mídias sociais de plataformas como o *YouTube*.

É impossível falar dos atravessamentos da LGBTIfobia no cenário eleitoral sem observar a associação que esses discursos faziam com uma suposta ameaça comunista para o país, tal como ocorreu no golpe de 1964. Nesses grupos, há uma clara aderência aos discursos morais, conservadores e cristãos, associados aos ideais imperialistas e à ideologia democrática norte-americana (diga-se, de passagem, sempre disposta a desestabilizar outras democracias para defender seus interesses econômicos).

No entanto, apesar dessa ampla agenda da direita, as polêmicas que se destacaram no debate eleitoral de 2018 foram aquelas de cunho LGBTIfóbico, como a “Ideologia de Gênero” e o “Kit-Gay”. Assim, selecionamos essas duas temáticas para realizar um movimento analítico no sentido de entender os modos de enfrentamento a essas ações LGBTIfóbicas, uma vez que elas foram bastante utilizadas como estratégia política, sendo determinantes para o resultado do pleito presidencial.

### 4.3 O “Kit-Gay”

Os imaginários homofóbicos historicamente construídos e compartilhados pela sociedade patriarcal e fomentados e disseminados por diversas instituições contribuíram para a proliferação de notícias falsas e/ou distorcidas durante a campanha para a presidência da república, que tiveram a LGBTIfobia como chave operatória.

Uma das principais discussões se deu em torno do pejorativamente nomeado "Kit-Gay", um material pedagógico direcionado às escolas e professores da rede pública para auxiliar no enfrentamento à homofobia no ambiente escolar, em meio às discussões sobre *bullying*. O material foi desenvolvido por ONG especializadas e em conformidade com as diretrizes do governo; tratava-se de um guia para orientar professores, além de peças impressas e audiovisuais, com o objetivo de debater a diversidade sexual no ambiente escolar.

Quando a polêmica emergiu em 2011, Fernando Haddad - que, em 2018, liderou a chapa do Partido dos Trabalhadores - ocupava o cargo de ministro da Educação. Naquela época, ele foi criticado por parte da militância LGBTI pela sua ausência nesse debate, que se

desdobrou efetivamente no Congresso Nacional.

Diversos especialistas em educação, além de entidades da sociedade civil, apontaram o material como adequado e em conformidade com a idade e a etapa de aprendizado das crianças. Esse material também foi apreciado por grupos que defendem os direitos da comunidade LGBTI e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), que se mostrou favorável à sua distribuição.<sup>30</sup> No entanto, por pressão de grupos conservadores, a distribuição foi vetada pela então presidenta Dilma.

Arquivada, a polêmica sobre esse projeto foi retomada durante o período eleitoral com o objetivo de desgastar a candidatura de Fernando Haddad à presidência. Entretanto, a natureza e os objetivos desse material educativo ganharam contornos controversos e, muitas vezes, falsos. As narrativas que emergiram sobre o suposto "Kit-Gay" levavam à compreensão de que se tratava de um kit distribuído para crianças da rede pública, com o objetivo de ensiná-las sobre a prática da homossexualidade e, conseqüentemente, doutriná-las homoafetivamente. Ou seja, as escolas estariam ensinando alunos e alunas a serem gays, lésbicas, transexuais, entre outras práticas "imorais".

Essas narrativas foram compartilhadas em diferentes mídias sociais, como WhatsApp, Facebook e Twitter, dificultando o entendimento do eleitor em relação ao assunto. Muitas pessoas acreditaram na existência de um "Kit-Gay" nas escolas, embora nem mesmo o material elaborado para combater a homofobia tenha sido distribuído.

Em entrevista concedida ao Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, na noite de 28 de agosto de 2018, durante o período eleitoral, o então candidato Jair Bolsonaro apresentou o livro *Aparelho Sexual e Cia*, do suíço Philippe Chappuis e da francesa Hélène Bruller, como parte de um suposto "Kit-Gay" que teria sido entregue às escolas públicas brasileiras durante o governo do PT. Essa afirmação foi feita após o candidato ter sido questionado pela jornalista Renata Vasconcellos sobre suas manifestações tidas como homofóbicas.

O discurso do candidato, direcionado à família cristã brasileira, girava em torno da ideia de que havia uma proposta pedagógica que, além de promover a sexualização precoce das crianças, objetivava educá-las para serem adultos homossexuais. No entanto, nenhuma escola (e, claro, nenhum aluno) recebeu esse material. Posteriormente, essa informação foi corrigida na imprensa e assumida como incorreta. O TSE proibiu a circulação dessa informação na campanha de Bolsonaro, uma vez que foi comprovada que não era verdade. O

---

<sup>30</sup> Unesco aprova a distribuição de kits contra a homofobia nas escolas. G1. Disponível em: < <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/02/unesco-aprova-distribuicao-de-kit-contra-homofobia-nas-escolas.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

candidato Jair Bolsonaro e seu filho Eduardo Bolsonaro foram alvos dessa decisão.

Entretanto, uma reportagem publicada no jornal *El País*<sup>31</sup> citou uma pesquisa, feita a pedido da *Pública* para o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (USP), sobre as 10 publicações mais compartilhadas que mencionaram o "Kit-Gay" no *Facebook*, entre 15 de setembro a 15 de outubro de 2018. Nesse grupo de pesquisa, era desenvolvido o *Projeto Monitor do Debate Político no Meio Digital*. O perfil oficial de Jair Bolsonaro liderou as publicações mais compartilhadas entre aquelas que se referiam ao candidato Fernando Haddad como o “pai do Kit-Gay”. Uma dessas publicações, feita no dia 10 de outubro de 2018, alcançou mais de 115 mil compartilhamentos.

A *Pública*<sup>32</sup> obteve esses dados a partir do monitoramento da *CrowdTangle*, uma plataforma que possibilita a extração de dados do *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*. Foram pesquisados conteúdos que diziam respeito ao engajamento nessas redes sociais com menção ao "Kit-Gay", na semana anterior e posterior ao primeiro turno das eleições. As três redes sociais com maior engajamento foram as de Jair Bolsonaro, seu filho Carlos Bolsonaro (PSL-RJ) e o pastor Silas Malafaia, da igreja Vitória em Cristo, ligada à Assembleia de Deus.

Portanto, a circulação e a reiteração da polêmica do "Kit-Gay" no debate público foram evidentes e a aderência do eleitor a esse discurso levanta questões que podem apontar para diferentes dimensões históricas e teóricas da LGBTIfobia.

#### 4.4 A “Ideologia de Gênero”

Outra questão que também foi tematizada durante o período eleitoral e que é um desdobramento da discussão sobre o "Kit-Gay" refere-se à disseminação de uma suposta “Ideologia de Gênero”, um projeto político que, entre outras coisas, objetiva a desconstrução (e destruição) da família e dos vínculos que nela se organizam.

Miskolci (2018), em seu esforço de sistematizar a genealogia da cruzada contra a "Ideologia de Gênero", afirma que há evidências documentais de que, há cerca de vinte anos, forjou-se uma forte reação contra o uso do conceito de gênero, quando ele se configurava em acordos internacionais sobre os direitos humanos. Segundo o autor, a maioria dos

---

<sup>31</sup> Inflada por bolsonaristas, busca no Google por falso ‘kit gay’ bateu recorde antes de punição do TSE. *El País*. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/17/politica/1539803187\\_851518.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/17/politica/1539803187_851518.html)>. Acesso em: 18 out. 2018.

<sup>32</sup> Agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos fundada em 2011 por repórter mulheres com base na defesa dos direitos humanos e na apuração sistemática dos fatos.

pesquisadores concorda que foi a partir da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing, em 1995, que o termo "Ideologia de Gênero" foi cunhado por intelectuais laicos, em acordo com lideranças religiosas católicas. Tal definição aparece como reação ao pensamento feminista e seus interesses políticos.

Em 1997, o então cardeal Joseph Ratzinger, Papa Emérito Bento XVI, dizia que o conceito de gênero, tal como vinha sendo abordado, contradizia as premissas católicas ao introduzir uma nova definição do humano. Mas foi um ano depois, na Conferência Episcopal da Igreja Católica, no Peru, que essa ideia se disseminou consideravelmente, apontando para os perigos e alcances da "Ideologia de Gênero". De acordo com Junqueira (2018),

[...] nos últimos anos, estudiosos e estudiosas de diversas partes do mundo têm observado uma marcante e incisiva presença de um ativismo religioso – não raro, acompanhado por grupos laicos ou não nitidamente confessionais – que encontraram em um neologismo ou, mais precisamente, no sintagma neológico “ideologia de gênero” (ou “teoria do gênero” e outras variações), um artefato retórico e persuasivo em torno do qual reorganizar seu discurso e desencadear novas estratégias de mobilização política e intervenção na arena pública (p. 451).

Ainda segundo esse autor, setores conservadores interessados em uma política moralista e regressiva orientam-se a fim de conter ou anular os significativos avanços que se teve no campo do gênero, sexo e sexualidade. Temem ter de abrir mão de pontos doutrinários, dogmáticos e princípios religiosos que para eles são inegociáveis, como a binaridade de gênero e complementaridade dos sexos. Esses grupos conservadores se articulam a partir de diversos setores sociais e políticos, o que inclui a hierarquia religiosa, movimentos eclesiais, entre outras redes de associação, como pró-vida e pró-família; partidos políticos; dirigentes de estados e municípios; profissionais cristãos, entre outros.

Trata-se, portanto, da interseção de setores ultraconservadores da Santa Sé com outros movimentos religiosos, que se engajam nessa retórica antigênero, mobilizando o sintagma “Ideologia de Gênero” que, segundo Junqueira (2018), adquiriu centralidade, contribuindo “para catalisar estratégias de poder que investem na mobilização da ordem moral e no revigoramento de visões do mundo tradicionalistas” (p. 452). Ainda segundo o autor, esse projeto tem por objetivo manter as instituições religiosas como bastiões da autoridade moral.

Entre as premissas que constituem as bases dessas mobilizações está o enfrentamento ao discurso das “feministas radicais”, de ativistas LGBTI, de políticos de esquerda, entre outros. Sob esse aspecto, o conceito de gênero desloca a questão da sexualidade, especialmente as homossexualidades, para o âmbito dos direitos humanos.

O pânico moral em torno da “Ideologia de Gênero” se desenvolve efetivamente a partir do reconhecimento da união entre pessoas do mesmo gênero na Argentina e no Brasil. A partir de então, na visão ideológica e conservadora desses grupos de direita e de extrema-direita, começa a se configurar um receio de que o Estado passe a difundir a “Ideologia de Gênero”, inclusive nas escolas.

Miskolci (2018) sinaliza que a “Ideologia de Gênero” acaba por delimitar um campo discursivo de ação, em que se planifica e se confunde as questões de gênero com uma ameaça comunista imbuída no pensamento feminista. Observa-se o estabelecimento de um enquadramento da política em torno de uma ameaça à ordem hegemônica social, que incide sobre a relação entre homem e mulher e a extensão de direitos aos homossexuais.

Para esses grupos, qualquer tentativa de discutir gênero, sexo e sexualidade, principalmente na infância, é vista como subversão. Para eles, o Estado e, conseqüentemente, a escola não podem usurpar dos pais o protagonismo na educação dos filhos, doutrinando-os conforme a suposta “Ideologia de Gênero”, segundo as crenças e os valores de um sistema enganoso e manipulador.

A nosso ver, esse imaginário se faz presente no cotidiano, manifestado nos ataques à liberdade docente e na defesa de uma escola sem gênero e sem ideologia. Em meio a essa batalha moral, líderes e/ou instituições religiosas acionam um conjunto de textos que deturpam o entendimento do conceito de “Ideologia de Gênero”.

No site da Rede Canção Nova, um expressivo canal de comunicação católico do Brasil, há um link denominado “formação”,<sup>33</sup> no qual é possível encontrar textos que prometem “esclarecer” o leitor sobre esses assuntos. A empresa é ligada à renovação carismática católica<sup>34</sup> e se figura entre as maiores desse segmento, operando em todo país como canal aberto. Com forte tendência conservadora, o site aborda a “Ideologia de Gênero” longe de qualquer compromisso com a discussão acadêmica sobre a temática.

Segundo informa o site, o precursor da “Ideologia de Gênero” é o escritor americano Lewis Henry Morgan (1818-1881). Em artigo publicado pelo padre Rafael Solano,<sup>35</sup> a

---

<sup>33</sup> Nesse espaço, pretende-se debater diversos assuntos de interesse da Igreja, como catequese, liturgia, dogma, doutrina, como também relacionamento, amizade, entre outros. Também há um tópico específico sobre “homossexualidade” e outro sobre “Ideologia de Gênero”, o que demonstra a importância dessas pautas para essas instituições.

<sup>34</sup> Movimento católico conservador que objetiva se aproximar das atividades das primeiras comunidades cristãs.

<sup>35</sup> Além de sacerdote da arquidiocese de Londrina (PR), Solano é mestre e doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e pós-doutorado em Teologia Moral e Familiar pelo Pontifício Instituto João Paulo II de Roma, Universidade Lateranense de Roma. Disponível em: <<https://formacao>.

intenção de Morgan era desconstruir o conceito de família na sociedade, demonstrando que o Estado, a “Ideologia de Gênero”, a crise da identidade sexual e a religião teriam interferido de modo problemático na configuração da família e que os vínculos consanguíneos não existiriam.

Ainda segundo Solano, essas ideias se estenderam pelos meios universitários nos séculos XIX e XX, tendo como maiores expoentes os filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels. Tal abordagem soa bastante controversa, uma vez que o conceito de gênero sequer existia naquele contexto. Além disso, o autor afirma, sem apresentar argumentos, que outros escritores contribuíram para a disseminação dessa ideologia, como Robert Stoller (professor e psiquiatra norte-americano), Elizabeth Clarke e Simone de Beauvoir, acusando-os de disseminar o feminismo ocidental.

O artigo sugere, ainda, que, atualmente, os defensores da “Ideologia de Gênero” pretendem implantar um sistema pedagógico e educativo que não permita às pessoas se reconhecerem a partir de sua própria natureza biológica, podendo descobrir, com o passar do tempo, se vai ser homem ou mulher. Segundo o autor, essa suposta decisão teria como consequência o aniquilamento da pessoa, bem como da sua identidade.

Antes de tudo, a discussão sobre “Ideologia de Gênero” tal como é promovida por esses porta-vozes de segmentos religiosos não encontra respaldo teórico que credibilize tais argumentos. O que vemos é um conjunto de textos que se movimentam no sentido de construir um imaginário sobre o perigo que a tal ideologia pode trazer para as tradições religiosas e sociais quando questiona a diferença sexual e a vinculação biológica entre sexo e gênero.

A luta contra a “Ideologia de Gênero” é, na verdade, uma ofensiva contra os estudos de gênero e sexualidade, uma vez que eles colocam em questão os determinismos, problematizam a binaridade, relativizam o fator biológico como inquestionável para a identificação de gênero e a heterossexualidade como a única e natural condição da sexualidade humana.

Por meio da expressão “Ideologia de Gênero”, grupos conservadores se opõem à abordagem de gênero e sexualidade nas escolas, como se tais reflexões pudessem ir contra os valores tradicionais da família cristã. Há certo temor de que desvincular gênero de sexo biológico pode induzir as crianças a se tornarem homossexuais ou transsexuais, eliminando as



fronteiras de gênero.

Na conferência de imprensa realizada em 2 de outubro de 2016, em um voo realizado entre Baku a Roma, disse o papa Francisco:

Contava-me um pai francês que, à mesa, estavam a falar com os filhos – ele católico, a esposa católica, os filhos católicos, descomprometidos mas católicos – e perguntou ao filho de dez anos: “E você, o que quer ser quando crescer?” – “Menina”, respondeu ele. E então o pai deu-se conta de que, nos livros escolares, se ensinava a teoria de gênero. Ora isto é contra as coisas naturais. Uma coisa é que a pessoa tenha esta tendência, esta opção, e há também aqueles que mudam de sexo; e outra coisa é ministrar o ensino nas escolas nesta linha, para mudar a mentalidade. A isto chamo-lhe “colonizações ideológicas” (Papa Francisco).<sup>36</sup>

Essa polêmica, que também mobiliza a LGBTIfobia como chave operatória, é utilizada para justificar o Projeto Escola Sem Partido, que nasceu com o objetivo de impedir o avanço do que chamam de “Ideologia de Gênero” nas escolas, influenciando as diretrizes da formação infantil. Esse movimento se diz contrário à suposta doutrinação ideológica nas escolas brasileiras e faz diversas acusações: estaríamos diante de um marxismo cultural impregnado em todas as instituições brasileiras, sobretudo pela influência de Paulo Freire (o que pode justificar o malabarismo do padre Solano em evocar Marx e Engel para a suposta trajetória da difusão da “Ideologia de Gênero” na academia) e, mais recentemente, da filósofa norte-americana Judith Butler. Esse imaginário se reflete no ataque sofrido pela escritora em sua recente visita ao Brasil, quando conservadores a hostilizaram no desembarque do aeroporto.

Assim, a “Ideologia de Gênero” e o “Kit-Gay” foram temas constantes na polêmica que se desdobrou no período eleitoral, principalmente porque o Ministério da Educação inseriu no Plano Nacional de Educação questões sobre o combate à discriminação e a promoção da diversidade de gênero. Para os que reiteram essa narrativa da “Ideologia de Gênero”, a distribuição desse material nas escolas ilustra o plano de doutrinação dos “ideólogos do gênero”.

Atualmente, existem diversos projetos de lei nos âmbitos municipal, estadual e federal para limitar a atuação de professores em sala de aula. A ideia é que os professores não compartilhem suas crenças e não estimulem os estudantes segundo as suas convicções

---

<sup>36</sup> 14 vezes em que o papa Francisco falou contra a Ideologia de Gênero e o casamento gay. Sempre Família. Disponível em: <<https://www.semprefamilia.com.br/13-vezes-em-que-o-papa-francisco-falou-contra-a-ideologia-de-genero-e-o-casamento-gay/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

políticas e/ou ideológicas. O projeto é fortemente criticado, principalmente por colocar a atuação do professor no limite da criminalização, além de ferir o direito de cátedra.

As primeiras críticas do então deputado Jair Bolsonaro à distribuição de material educativo sobre sexualidade e novas perspectivas de gênero nas escolas eram contundentes, como sua aversão ao suposto "Kit-Gay". Segundo o parlamentar, tais ações poderiam tornar as crianças mais vulneráveis à pedofilia, assim como expô-las precocemente a certa sexualização. Outra afirmação do então deputado era que o "Kit-Gay", ao invés de acabar com a homofobia, iria ter efeitos exatamente contrários, incentivando a homofobia desde a infância.

Esse imaginário tem forte aderência social, haja vista as diversas formas de manifestação da homofobia elencadas no capítulo dedicado à LGBTIfobia. Podemos perceber um conjunto de imaginários sobre a abordagem da sexualidade na educação infantil, que passa pelas crenças e pelos valores sociais compartilhados na nossa cultura.

O próximo capítulo trata de questões metodológicas as quais iremos mobilizar no sentido de compreender como ocorre a operação desse imaginário nos modos de enfrentamento da LGBTIfobia que o canal propõe no *YouTube*.

## 5 METODOLOGIA

A materialidade desta pesquisa diz respeito a dois vídeos publicados pelo Canal das Bee durante o período eleitoral e que foram intitulados como “Kit-Gay” e “Ideologia de Gênero”. Conforme apontado, essas duas temáticas tiveram a LGBTIfobia como chave operatória. Embora os vídeos sejam intitulados como os temas, eles foram categorizados na *playlist* “Recebidos da Semana”, que tem por objetivo discutir as notícias que foram destaque na semana anterior. Geralmente, cada vídeo dessa categoria aborda diferentes assuntos, nem sempre relacionados entre si, inclusive no próprio vídeo.

O recorte nesses vídeos teve o objetivo de compreender como é feita a abordagem dessas temáticas pelo canal, como a relação com a LGBTIfobia foi abordada e o que é possível enxergar a partir das textualidades que ali emergem. Reitera-se o objetivo de entender como a LGBTIfobia engendra um modo de funcionamento específico para a produção de conteúdos nesse canal, sobretudo no período do pleito eleitoral, e como se dá o enfrentamento dela a partir dos vídeos publicados.

Desse modo, as diferentes manifestações de enfrentamento à LGBTIfobia puderam ser analisadas a partir do conjunto de textos acionados. Esses vídeos têm uma dimensão processual, estão situados historicamente e culturalmente inseridos. Foram abordados como textualidade, da qual o inacabado é parte constitutiva e sua emergência se desdobra em um processo comunicacional. Também foi preciso considerar as diferentes interseccionalidades que atravessam as diversas formas de lidar com a LGBTIfobia e de enfrentá-la.

A propósito dos vídeos publicados no Canal das Bee, a reflexão sobre eles será feita a partir das discussões sobre o imaginário socio-histórico, desenvolvidas por Castoriadis (2000).

### 5.1 Questões técnicas

Foram realizadas anotações sobre as imagens, os sons e os elementos visuais que aparecem no vídeo, como texto, símbolo, caracteres, entre outros. Foram observadas as falas dos apresentadores (e da Cecília, a produtora), o que eles disseram e como disseram, no sentido de perceber qualquer elemento que pudesse contribuir para a construção de sentido daquele vídeo em relação à LGBTIfobia e o seu enfrentamento.

Como esses vídeos foram postados no *YouTube*, foi feito o *download* em sites alternativos para seu arquivamento. O corpo dos vídeos foi inserido na timeline do Adobe

Premiere, como se estivessem em edição, para facilitar sua “leitura”. O movimento metodológico é, justamente, (re)construir o processo produtivo de criação e edição de um conteúdo audiovisual, uma espécie de mapeamento material dos vídeos nos moldes da sua prática de produção.

Além desse olhar detalhado sobre os vídeos, também foram feitas anotações sobre suas estratégias de nomeação/titulação, as imagens de capa, as *tags* utilizadas, a descrição dos vídeos e as *hashtags* acionadas. Todos esses elementos contribuem para uma análise mais criteriosa do modo de funcionamento do canal, já que o objetivo aqui é entender como a LGBTIfobia engendra um modo de funcionamento específico nos vídeos analisados.

## 5.2 Questões teórico-metodológicas

Diante do fenômeno de interesse, que diz respeito aos modos de enfrentamento da LGBTIfobia no *YouTube*, tendo como recorte dois vídeos publicados pelo Canal das Bee no período das eleições presidenciais de 2018, era necessária uma metodologia que ajudasse a entender como a LGBTIfobia engendra a produção audiovisual desse canal com objetivos políticos.

Uma abordagem em torno da “imagem” ou uma análise centrada no discurso poderiam deixar de fora elementos importantes da relação dos internautas com os vídeos, como elementos sonoros, gestuais, orais, textuais, simbólicos etc.

Aceita a premissa de que qualquer situação comunicativa se apresenta materialmente em forma de “texto”, Leal (2018) contribui ao entender as textualidades como o processo de emergência de algo tomado como texto, que está integrado às condições comunicativas, sendo perpassado, articulado e inscrito por suas propriedades constitutivas. Ao ilustrar o conceito de textualidades, o autor aponta sete princípios que a constituem, tal como elaborados na *Linguística Textual*: coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade. Além disso, reitera que o texto é uma ocorrência comunicativa e uma atividade humana crucial.

Para Costa Val (*apud* LEAL, 2018), textos são artefatos e, cada vez que alguém interpreta um artefato como texto, é porque conseguiu aplicar a ele os princípios de textualização. Como processo, a textualidade faz dos textos artefatos instáveis, “amalgamas provisórias de relações em curso” (LEAL, 2018, p. 22).

É característica das textualidades a desestabilização das relações temporais e de sentido, que deveriam definir os contornos dos textos. O texto é sempre uma emergência, num

dado processo comunicativo. O texto não é um dado e possui um caráter mediador. A qualidade de todos os seus elementos deve ser considerada e Leal (2018) nos chama a atenção para o fato de que os signos que compõem um texto no processo de textualização também podem emergir como tal. Portanto, dependendo da situação comunicativa, o som pode ser um signo, bem como uma imagem, um gesto etc.

Leal (2018) ainda afirma que todo o texto é “híbrido”, “intertextual”, “dialógico”, “impuro”, “heterogêneo” e nem sempre polifônico. Para o autor, as metáforas da rede apelam para o caráter multidimensional, multiforme, impreciso, inconcluso e diverso da textualidade e dos processos comunicacionais.

O texto e as práticas midiáticas, conforme aponta Carvalho (2017), inscrevem-se em ecossistemas culturais mais amplos e, nesse sentido, o autor propõe abordá-los como textualidades. Ou seja, a abordagem do texto se dá além de seu caráter semiótico, considerando-o como um conjunto heterogêneo de signos vinculados a uma determinada ação comunicativa. Sob essa ótica, “texto” também se refere aos modos de apreender os fenômenos sociais e os acontecimentos. Assim, textualidade pode ser vista como uma via de duplo sentido, se referindo tanto ao texto propriamente dito como aos modos de investigá-lo.

Nessa direção, a proposta é olhar os textos que se constituem no Canal das Bee, especificamente a partir de publicações de enfrentamento à LGBTIfobia e no âmbito do debate eleitoral, observando-os a partir da noção de textualidades, relacionando os elementos que os compõem.

Para a análise das polêmicas “Ideologia de Gênero” e “Kit-Gay”, que usamos como fio condutor nas discussões sobre o enfrentamento da LGBTIfobia, bem como suas relações com o contexto eleitoral de 2018, propomos um diálogo sobre a questão da política. Conforme apresentamos no capítulo 3, essa discussão passa pelos trabalhos de Arednt (2018), para quem o fundamento da política é a diversidade, além da discussão de Mbembe (2017) sobre a política da inimizade e a perspectiva de Butler (2018) sobre os corpos não pranteáveis.

Outra operação teórica proposta se dará a partir de Castoriadis (2000), que discute a dimensão do imaginário e seu potencial criativo e transformador. Adiante, abordaremos o entendimento desse autor, que será mobilizado como gesto metodológico para a apreensão do fenômeno analisado.

### **5.3 O imaginário socio-histórico**

Em diálogo com essa chave de leitura, introduzimos a discussão de imaginário socio-

histórico proposta por Castoriadis (2000), para quem é preciso resgatar do imaginário sua potência criativa, e não apenas produtiva. Ele entende que qualquer indivíduo apresenta um núcleo psíquico que não se reduz às forças socio-históricas e cuja relação fornece sentidos a partir do movimento do magma das significações imaginárias sociais.

Para o autor, no imaginário socio-histórico opera uma dimensão e uma proposição de ação que aponta para a abertura de sentidos. Nesses termos, o imaginário consiste na capacidade humana de agir sobre o mundo, sempre aberto às possibilidades de ação. O imaginário, portanto, consiste na própria possibilidade de existência em uma sociedade.

Castoriadis (2000) entende o imaginário não como algo dado. Para ele, há um vínculo do imaginário com o magma, que o faz estar sempre em movimento, um conjunto em constante transformação. Assim, o imaginário de uma sociedade não é percebido por ela que dele compartilha, portanto ela não se esgota numa dimensão de repertório. Diz o autor:

Mas assim como a sociedade não pode ser pensada dentro de nenhum dos esquemas tradicionais de coexistência, a história não pode ser pensada dentro de nenhum dos esquemas tradicionais da sucessão. Porque o que se dá em e pela história não é sequência determinada do determinado, mas emergência da alteridade radical, criação imanente, novidade não trivial. É isso que manifestam tanto a existência de uma história *in toto*, como o aparecimento de novas sociedades, (de novos tipos de sociedades) e a autotransformação incessante de cada sociedade. E é somente a partir desta alteridade radical ou criação, que podemos pensar verdadeiramente a temporalidade e o tempo, cuja efetividade excelente e eminente encontramos na história. Porque ou bem o tempo não é nada, estranha ilusão psicológica que mascara a intemporalidade essencial de uma relação de ordem; ou bem o tempo é isso mesmo, a manifestação de que algo diferente daquilo que é, se faz ser, e se faz ser como novo ou outro e não simplesmente como consequência ou exemplar diferente do mesmo (CASTORIADIS, 2000, p. 220).

O autor traz duas distinções sobre a questão do imaginário, sendo que essa potência criativa diz respeito ao que ele chama de imaginário radical. Nesse sentido, é a partir do indivíduo que a sociedade se cria e se altera. A partir dessa potência de transformação que o autor atribui à imaginação radical, ele entende a instituição da sociedade como imaginária. Castoriadis (2000) chama de imaginário vivido aquilo que efetivamente é criado na história. Os esforços do autor apontam para algo estrutural que fundamenta o nosso pensamento, talvez por sua proximidade à corrente estruturalista, embora se oponha a uma concepção puramente estruturalista em relação à linguagem e à história.

As significações imaginárias são responsáveis pela criação do mundo para os indivíduos e, da proposição de sentidos deles, advêm as questões do espaço e do tempo.

Castoriadis (2000) aponta para continuidades, embora implicadas em um novo aberto pelo imaginário. Cabe à imaginação a possibilidade de escape, uma forma de subverter essas estruturas ao longo do tempo, ou seja, é a psiquê que tem condições de rebeldia face à sociedade e suas instituições.

Com Castoriadis (2000), entendemos esse potencial criador dos indivíduos autônomos que, ao viver neste mundo, estão produzindo imagens, uma vez que a criação dessas imagens é inerente à nossa experiência. Opera aqui uma dimensão ontológica:

A lógica-ontológica herdada está solidamente ancorada na própria instituição da vida social-histórica; ela se enraíza nas necessidades inelimináveis desta instituição, ela é, em certo sentido, elaboração e aborescência dessas necessidades. Seu núcleo é a lógica identitária ou conjuntista, e esta lógica que impera soberanamente e inevitavelmente em duas instituições sem as quais não há vida social; a instituição do *legein*, componente inalienável da linguagem e do representar social, a instituição do *teukhein*, componente ineliminável do fazer social. O fato de que uma vida social tenha podido existir mostra que esta lógica identitária ou conjuntista tem apoio no que existe - não somente no mundo natural no qual a sociedade surge, mas na própria sociedade, que não pode representar e se representar, dizer e se dizer, fazer e se fazer, sem colocar em ação também esta lógica identitária ou conjuntista, que só pode instituir e se instituir instituindo também o *legein* e o *teukhein* (CASTORIADIS, 2000, p. 210).

Ao falar de uma instituição imaginária na sociedade, o autor aponta que há ali uma dimensão de experiência socializada, que opera além do individual. Ele critica o que chama de lógica conjuntista identitária, afirmando que, embora não seja possível pensar fora dela, é preciso colocá-la em questão. Embora haja um aspecto identitário, ele também excede a identidade. A propósito desse aspecto identitário, os preconceitos também partem dessa lógica identitária, ou seja, eles também se fazem presentes nessa instituição imaginária da sociedade.

Para Castoriadis (2000), os sujeitos e as instituições parecem operar como conjuntos em interseção. Ele rejeita a ideia de pureza desses elementos em relação à sociedade, entendendo-os como se estivessem intrinsecamente relacionados. Esse autor utiliza a metáfora dos magmas para falar sobre essas relações impuras, numa crítica ao caráter essencialista do ser. Nesse sentido, rompe com a lógica estruturalista, entendendo que o funcionamento das coisas pressupõe algo para além da estrutura. Sendo assim, os imaginários são como magma, em que há uma dimensão herdada, mas seu caráter instável também é capaz de produzir problemas. A ideia do magma, portanto, sugere uma fluidez dessa estrutura.

Quando se estabelecem as bases geradoras de preconceitos e exclusões, as instituições imaginárias parecem operar em um lugar no qual o diferente não pode ser aceito, sugerindo

que a instituição social dos imaginários engendre operações para além do funcionamento social.

Quanto à política, Castoriadis (2000) a entende como uma atividade coletiva, que surge quando as instituições são postas em questão. Sendo assim, a política é a responsável pela criação de novas significações. E é aí que a imaginação aparece, quando nos propomos a criar novos sentidos, quando convocamos a imaginação em seu potencial de propor novas formas políticas.

Por outro lado, o próprio gesto de pesquisa em torno da LGBTIfobia e seus modos de enfrentamento, bem como as teorias mobilizadas e as ferramentas de análise utilizadas para compreendê-la, oferecem subsídios para imaginar esse fenômeno. Para Castoriadis (2000), é a linguagem que molda o mundo, e ele só existe imaginariamente.

Nas textualidades que emergem dos vídeos selecionados, há uma dimensão do agir na linguagem envolta em processos que apontam para essa ação propositiva do imaginário. Nesse sentido, importa-nos que, a partir dessa ação, abrem-se novas possibilidades de sentido. Pensar nos modos de enfrentamento da LGBTIfobia nas duas primeiras décadas do século XXI é, antes de tudo, compreendê-lo em seu contexto, nas relações que estão dadas numa determinada realidade histórica. Por outro lado, ele também se institui pela produção de algo novo, sendo a produção desse agir o elemento que mais nos interessa.

A partir das textualidades que emergem nessa trama que envolve a publicação de vídeos no *YouTube* - entre outras coisas, como forma de ativismo -, buscamos compreender qual é a trama textual traçada/tecida quando o Canal das Bee se propõe a enfrentar a LGBTIfobia. Pretendemos observar como esse fenômeno comunicacional se insere numa perspectiva histórica de enfrentamento à LGBTIfobia e como essas dimensões estão configuradas e podem ser apreendidas no Canal das Bee, a partir da trama textual composta pelas dinâmicas de produção de conteúdo (por e para LGBTI), circulação e comentários e, de algum modo, nessa cultura de *youtubers*. Pretende-se olhar para esses lugares específicos de defesa/luta política contra a LGBTIfobia para refletir se as maneiras de enfrentamento indicam um regime próprio de funcionamento desse canal.



## 6 MATERIALIDADES

### 6.1 O *YouTube*

O *YouTube* é uma plataforma de vídeos da Google, adquirida em 2013, sendo o segundo *site* mais acessado do mundo e a segunda maior rede social (REIS, ZANETTI E FRIZZERA, 2019). É uma plataforma que transcende a ideia de um repositório de vídeos, pois é também um espaço que fomenta a produção e a reverberação de conteúdos audiovisuais, com uma diversidade de participantes: canais de TV, empresas, anunciantes, instituições, profissionais e amadores.

Quando deixou de ser apenas um repositório de vídeos, o *YouTube* passou a ser considerado uma plataforma, se tornando um ambiente complexo, onde se reúnem diversos tipos de produtores, como *youtubers*, *vloggers*, institucionais e corporativos, vinculados ou não a grandes empresas da mídia. O conteúdo de muitos canais versa sobre o dia a dia das pessoas, expressando recortes do cotidiano não contemplados por programas televisivos, radiofônicos, revistas e jornais impressos.

Para Reis, Zanetti e Frizzera (2019), a *internet* opera um potencial de visibilidade de narrativas do cotidiano, feitas por sujeitos amadores e/ou profissionais. Esse é o quadro de consumo do campo audiovisual que se desdobra nesse ambiente online, no qual se articulam nichos de mercado tradicionais e conteúdos para essas novas mídias, reconfigurando o consumo do audiovisual a partir de 2013.

Em diversas produções que circulam no *YouTube*, as fronteiras entre o público e o privado, o comercial, o entretenimento e a informação já se encontram embaçadas. No caso do Canal das Bee, observa-se um misto de ativismo político, militância, enfrentamento da LGBTIfobia, humor e lógicas comerciais.

Pesquisa realizada pelo Instituto Provokers com a Box1824 sobre os hábitos dos brasileiros que assistem vídeos da *web* aponta que, entre 2014 e 2018, o consumo de vídeos online cresceu 135%, frente a 13% de aumento do consumo de TV. Desses consumidores, 80% procuram por conteúdos que não são exibidos pelas TV tradicionais. A pesquisa ainda atribui ao *YouTube* a preferência dos brasileiros por assistir vídeos na *internet*. A Plataforma é o segundo maior destino para o consumo de audiovisual no Brasil, ficando apenas três pontos percentuais atrás da TV Globo.

É interessante destacar que as TV tradicionais, inclusive as brasileiras, perceberam o potencial do consumo online e fizeram algumas apostas no *YouTube*. O SBT, vice-líder de

audiência entre as emissoras abertas do país, já exibe todo o seu conteúdo gratuitamente pela plataforma. Outras, como a TV Record, cobram pelo acesso ao conteúdo oferecido pelo site. Durante a campanha eleitoral, assistimos pelo *YouTube*, em parceria com a TV Bandeirantes, o primeiro debate eleitoral por vídeo *streaming*. Foi a maior audiência de *streaming* ao vivo até então no país.

A dinâmica da Plataforma, com sua operação algorítmica, oportuniza a criação de uma rede de produtores, usuários e consumidores que possuem interesses comuns, possibilitando a abertura promissora para mercados segmentados. No que diz respeito à temática LGBTI, é possível encontrar diversos canais, vídeos, vídeos, vídeos, filmes, músicas, imagens, entre tantos outros produtos e produções direcionadas a esse público, algo difícil de encontrar num passado recente e nas mídias tradicionais.

Nesse ambiente de publicações audiovisuais, marcado pela diversidade de produtores e de públicos, encontramos um meio propício para refletir sobre complexas relações de poder e sobre imaginários socio-históricos relacionadas à LGBTIfobia. A pauta LGBTI pode vir a alcançar muita visibilidade nessa ambiência, podendo ser observada nas publicações e envolvimento do público no Canal das Bee, em outros canais similares ou mesmo em campanhas institucionais, como *#ProudToBe*, *#MeQueer*, que estimulam *youtubers* LGBTI a produzirem discursos sobre si nessa Plataforma, como forma de enfrentamento à LGBTIfobia.

Nessa Plataforma, há uma rede de canais que, assim como o Canal das Bee, se propõe ao enfrentamento à LGBTIfobia. Ao mesmo tempo em que informam, eles também criticam, comentam, abrem espaço para que as pessoas narrem suas experiências, compartilham diversas informações que consideram importantes e/ou que se aproximam do discurso da militância LGBTI.

Há uma dimensão de ação política no sentido de provocar a transformação social por meio do esclarecimento e das discussões levantadas. Para além desses objetivos, também é possível observar uma lógica comercial, não só pela demanda de seguidores, como também na articulação de patrocínio e merchandising, justificadas pelo fato de muitas pessoas utilizarem a Plataforma como instrumento de trabalho.

Entre os critérios para monetização, o *YouTube* leva em conta o número de visualizações e o tempo dedicado ao consumo dos vídeos. Essa política de monetização é balizar no modo de produção dos vídeos e tem bastante influência na forma como os conteúdos são criados, compartilhados e colocados em circulação. Pouco importa se você assiste um vídeo sobre uma receita de bolo ou com um conteúdo nazifascista, o que importa

nessa lógica comercial é o número de visualizações e demais dados que são usados pelo mercado publicitário.

Conforme aponta Reis, Zanetti e Frizzera (2019), esse fenômeno de consumo também fomentou a emergência de webcelebridades e influenciadores digitais, o que ultrapassa o campo do entretenimento e atinge consideravelmente a esfera pública. Exemplo disso é o brasileiro Felipe Neto, o segundo *youtuber* mais assistido no mundo em 2019<sup>37</sup> ao atingir a marca de 3,5 bilhões de visualizações no ano e quase 500 milhões de horas de conteúdo consumido. Foi dele a iniciativa de comprar todos os livros da bienal do Rio de 2019 que abordavam a temática LGBTI, após tentativa de censura por parte do prefeito Marcelo Crivella, pastor licenciado da Igreja Universal.

O consumo de vídeos no *YouTube*, como em outras plataformas de socialização, é calculado a partir da dinâmica dos algoritmos que, segundo Gillespie (2018), permitem selecionar informações consideradas interessantes para o usuário. Os algoritmos de recomendação mapeiam as preferências dos usuários e gerenciam os dados das suas interações, mostrando as tendências e controlando os fluxos de informação.

Gillespie (2018) problematiza como e onde a utilização do algoritmo nas práticas do conhecimento humano pode ter ramificações políticas, citando seis dimensões que possuem relevância pública em função do seu valor político: o trabalho dos algoritmos na preparação dos dados para estabelecer padrões de inclusão e exclusão; os ciclos de antecipação, que preveem as intenções dos usuários; como o sistema de relevância pode indicar escolhas políticas acerca de um conteúdo que seria mais apropriado e legítimo; a promessa de objetividade e garantia de imparcialidade; a reconfiguração dessa lógica pelo usuário e como os algoritmos podem se transformar em espaços de disputa política; na construção de públicos calculados, como é moldada a noção sobre si desse público, além das posições que podem trazer benefícios em relação a esse conhecimento.

O sistema de recomendação do *YouTube* seleciona, filtra e ranqueia informações importantes sobre a experiência do usuário. O algoritmo considera o histórico de atividades do usuário, como interações, vídeos assistidos, canais inscritos, histórico de buscas, entre outras variáveis, que geram centenas de possibilidades de relação com vídeos publicados na Plataforma. Não há uma lógica clara sobre a importância que o sistema define para os vídeos.

Gillespie (2018) alerta que não devemos conceber os algoritmos seduzidos por um

---

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/05/felipe-neto-e-o-segundo-youtuber-mais-assistido-no-mundo-em-2019.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

determinismo tecnológico simplista ou em função de suas técnicas abstratas, mas principalmente observar as escolhas humanas e institucionais que estão por trás desses mecanismos.

Na plataforma do *YouTube*, cada usuário tem uma lista otimizada de recomendações. Além desses dados, utilizados para personalizar a experiência de quem navega, são adicionados listas de vídeos, patrocinadores, anúncios, entre outros. Vídeos como *copyright* ou conteúdo impróprio violam as normas do site e podem ser excluídos, embora esse sistema de exclusão, conforme observa Gillespie (2018), seja motivo de muitas controvérsias. Há casos em que o *YouTube* foi acusado de desmonetizar vídeos com a temática LGBTI, bem como discriminar criadores com posições políticas à direita.<sup>38</sup>

Na medida em que são programados para assimilar modos de comportamento, os algoritmos podem não só replicar, mas também fomentar atitudes que reforçam o racismo, a misoginia e a LGBTIfobia, por exemplo. Algumas pesquisas já sinalizaram como o *YouTube* se tornou terreno fértil para a circulação de conteúdos da extrema-direita americana<sup>39</sup> e uma reportagem investigativa no jornal norte-americano *The New York Times* mostrou como o *YouTube* contribuiu para a radicalização da política no Brasil.<sup>40</sup> Nesse caso, por meio do sistema de recomendação, a plataforma pode passar a disponibilizar conteúdos cada vez mais extremistas, uma vez que o algoritmo pode sugerir conteúdos mais radicais, mesmo que o usuário tenha começado sua interação com conteúdos mais leves.

Portanto, a lógica algorítmica do *YouTube* influencia a experiência do usuário na plataforma, sobretudo em relação ao consumo de vídeos e, para o que interessa a este estudo, em relação ao estabelecimento de uma rede de produtores LGBTI. Por outro lado, essa mesma lógica de recomendação de vídeos auxilia a disseminação de ideias conservadoras, que influenciadores digitais com grande número de seguidores acabam por fazer circular.

## 6.2 O Canal das Bee

Este estudo propõe uma análise de dois vídeos publicados no Canal das Bee, que está

---

<sup>38</sup> Ver: TUNEL, Suzel. A parcialidade dos algoritmos. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/externo/2019/11/24/A-parcialidade-dos-algoritmos>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

<sup>39</sup> Ver: TUNEL, Suzel. A parcialidade dos algoritmos. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/externo/2019/11/24/A-parcialidade-dos-algoritmos>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

<sup>40</sup> How YouTube Radicalized Brazil. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/08/11/world/americas/youtube-brazil.html>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

hospedado no *YouTube* e é voltado para um público jovem, de classe média, urbano e que se identifica como LGBTI. No link “Sobre”, o canal se posiciona “contra o preconceito, contra a homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia e o machismo”.<sup>41</sup>

O canal foi criado em 20 de agosto de 2012, a partir de um trabalho de conclusão de curso defendido por Jéssica Tauane de Souza, na PUC-SP, no curso Comunicação e Multimeios. Foi um produto desenvolvido como requisito para conclusão de curso, apresentado por meio de um memorial intitulado "Canal das Bee: O *YouTube* como Plataforma para o ativismo LGBTI". A proposta inicial era produzir uma série de vídeos contra a homofobia e em defesa dos direitos LGBTI para esse canal. Para a formatação do projeto, um grupo de 40 pessoas se reuniu para discutir as temáticas e os conteúdos dos vídeos. Nessa fase de formatação, as reuniões realizadas na comunidade universitária foram divulgadas no *Facebook*, na página do grupo PUC - Purpurina, formado por alunos LGBTI daquela instituição.

Embora o canal tenha sido produzido com objetivos acadêmicos, é incontestável que essa construção (de certa forma, coletiva) tinha interesse por um ativismo que transcendesse a academia, o produto, o canal e o *YouTube* e que promovesse certa transformação social diante de um quadro de violência e hostilidade que se configurava em uma sociedade claramente machista e LGBTIfóbica.

O que seria apenas um trabalho acadêmico para a obtenção de título de graduação é, atualmente, um canal com mais de 368 mil inscritos, 32,5 milhões de visualizações e mais de 690 vídeos publicados. A logomarca do canal lembra uma abelha com o corpo branco e asas com as cores do arco-íris, como a bandeira LGBTI. Os hexágonos dispostos um ao lado do outro formam uma espécie de colmeia ou rede. A descrição do canal faz referência a uma proposta de criação coletiva em prol do social, “porque uma abelha só não produz nenhum mel”.

O Canal das Bee transcende o *YouTube* e possui ramificações em outras plataformas, como *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* cujos links estão disponíveis na apresentação.

Em junho de 2018, mês do orgulho LGBTI, o Huffpost indicou o Canal das Bee como um dos nove canais no *YouTube* que “vão expandir a sua mente” sobre a questão LGBTI. Em janeiro desse mesmo ano, o Canal das Bee aparecia como uma das cinco sugestões de canais LGBTI nessa Plataforma, segundo a Revista Glamour,<sup>42</sup> do grupo Globo. Essas indicações

---

<sup>41</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/CanalDasBee/about>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

<sup>42</sup> Disponível em: <<https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/Must-Share/noticia/2018/01/5-canais-com->

apontam para a visibilidade que o canal tem conquistado ao longo dos anos em relação à produção de conteúdos com essa temática.

Atualmente, o canal é apresentado por Fernanda e Herbert, já que a idealizadora Jéssica Tauane se afastou por questões pessoais. Fernanda se identifica como uma mulher lésbica e Herbert como um homem gay, os dois são brancos e estão na faixa dos 20/30 anos. Além de expressarem suas vivências de sexualidade e gênero e de utilizarem esse espaço para o enfrentamento à LGBTIfobia, os produtores e o público do canal falam sobre eles mesmos, sobre o que sabem a respeito da LGBTIfobia, trazem recortes de como essa questão é vivida por eles, como ela interfere no dia a dia, como eles reagem a ela. Além disso, o canal também produz conteúdos com diversas outras temáticas que, de alguma forma, atravessam a cultura, o entretenimento, o comportamento e o ativismo LGBTI.

Todas as terças e quintas um novo vídeo é publicado, com duração em torno de 15 a 20 minutos. Os vídeos são divididos em categorias (playlists), por exemplo, “Bee News” (antes chamado “Recebidos da Semana”), que discute os temas em destaque na semana anterior, “Comentando Comentários” e “Bee Viaja”. Há, ainda, outras publicações, cujas discussões fazem intersecção com as de sexualidade e/ou gênero, como machismo, racismo, misoginia, identidade, religiosidade, masculinidades.

O canal versa sobre diversos assuntos, repercutindo questões da política nacional que, de alguma forma, incide na questão LGBTI - como o assassinato da vereadora Marielle Franco, no contexto das eleições de 2018 - ou da política internacional - como o massacre LGBT em Orlando, nos Estados Unidos. Também há vários vídeos de entretenimento, curiosidades e comportamento, alguns abordando questões para homens gays, outros voltados para lésbicas, transexuais e intersexuais, entre outras discussões relacionadas às outras expressões de gênero e/ou sexualidade. Foram produzidos alguns vídeos e/ou séries temáticos, como “Semana da Mulher”, sobre as paradas LGBTI, de eventos e/ou viagens etc.

O canal também se engaja em campanhas que circulam pelo *YouTube* e que tenham como objeto o enfrentamento à LGBTIfobia. A *hashtag* #ProudToBe, também usada como #OrgulhodeSer, foi uma campanha produzida pelo *YouTube* para estimular criadores de conteúdo a produzirem narrativas sobre suas experiências e/ou vivências de sexualidade e gênero.

O Canal das Bee mobiliza vários recursos para a produção e divulgação de seus produtos. Os vídeos estão publicados com uma imagem de “capa”, que ilustra cada uma das

publicações. Essas “capas” são coloridas, coerentes com a categoria na qual o vídeo foi listado e trazem elementos de texto que podem coincidir ou não com o título do vídeo. Por exemplo, no vídeo “Ideologia de Gênero”, a imagem de capa leva o texto *booktuber*. No vídeo, Fernanda cita uma polêmica envolvendo um jornalista e um *booktuber*, o que justifica a inserção, embora essa polêmica nada tenha a ver com “Ideologia de Gênero”. Além dessas imagens de “capa”, os títulos também são usados para se referir à temática dos vídeos, além das *tags* ou palavras-chave. Alguns vídeos estão em mais de uma categoria e/ou *playlist*.

Desde o princípio, o canal se propõe ao enfrentamento à LGBTIfobia e a certo ativismo, buscando contribuir social e politicamente para esse fim. Sendo assim, a escolha do canal não se respalda em nenhuma outra razão além de sua visibilidade na Plataforma e sua proposta de ativismo político, com criadores que se posicionam contra a LGBTIfobia.

### **6.3 Visualidades e comentários nos vídeos “Ideologia de Gênero” e “Kit-Gay”**

Os dois vídeos selecionados para a análise são nomeados “Kit-Gay” e “Ideologia de Gênero”, duas temáticas que tiveram a LGBTIfobia como operador, sobretudo durante o pleito presidencial de 2018. A escolha desses dois vídeos diante de centenas de outros publicados pelo canal, deu-se sobretudo pelo recorte temporal (o período estabelecido pelo TSE para a propaganda eleitoral das candidaturas), somado às temáticas pelas quais os vídeos se debruçam (que tiveram a LGBTIfobia como operador).

Ou seja, ao circunscrever os vídeos que foram publicados pelo canal durante o calendário eleitoral, os dois selecionados para a análise são àqueles que se propuseram debater sobre essas temáticas. A escolha do calendário do TSE como um filtro temporal ocorreu por acreditarmos que neste período os candidatos passam a dialogar diretamente com a população a partir do rádio, da televisão, da internet, entre outras mídias; apresentando os seus projetos de governo.

É importante destacar que há outros vídeos no Canal das Bee que discutem “Ideologia de Gênero”, porém fora do contexto eleitoral. O primeiro vídeo foi postado em fevereiro de 2017 e é conduzido por Jéssica Tauane, com a presença do convidado Miguel Marques. Nele, é abordado um crime de ódio em Campo Grande (MS) por motivações LGBTIfóbicas e são comentados outros crimes com essas mesmas características, além de questões sobre masculinidade, sobre as construções sociais de gênero e algumas dimensões sobre a LGBTIfobia (seguramente, de forma bem mais consistente do que no vídeo analisado).

Outro vídeo que aborda a “Ideologia de Gênero” foi publicado em 14 de maio de 2019

e, nele, Fernanda indica um trecho do programa de Gregório Duvivier na HBO Brasil para que as pessoas compartilhem com aqueles que acreditam nessa polêmica. Segundo ela, por ele ser homem, cis e branco, pode ser que as pessoas escutem e compreendam melhor o que ele tem a dizer.

O vídeo intitulado “Ideologia de Gênero - Bee News 12 - Canal das Bee” foi publicado em 21 de agosto de 2018 e teve mais de 6,7 mil visualizações, 1,1 mil curtidas e 32 *dislikes*.<sup>43</sup>

Presente no título, a expressão “*Bee News*” indica a qual categoria o vídeo se vincula, de acordo com uma playlist homônima. Os vídeos categorizados nessa playlist discutem temas de interesse da população LGBTI que foram destaque ao longo da semana. A *hashtag* #BeeTodoDia é destacada e aparece em vários outros vídeos publicados pelo canal, inclusive o material sobre o “Kit-Gay”. No entanto, na experiência de navegação do pesquisador, ao clicar na *hashtag*, não foram encontrados conteúdos externos ao Canal das Bee.

A descrição do vídeo, inserida em uma ferramenta disponibilizada pela Plataforma, inclui a fonte de notícia das reportagens comentadas: a morte do ativista LGBTI Marcos Cruz Santana, 40 anos, em Ipororó/BA, cujo assassinato implicou na mutilação do órgão genital por motivações LGBTIfóbicas; o 29º Prêmio da Música Brasileira, que teve como vencedora a banda “As Bahias e a Cozinha Mineira”, cuja formação inclui mulheres transexuais; uma polêmica sobre *booktuber*; e, dando gancho para a abordagem da “Ideologia de Gênero”, uma manchete sobre um assédio sexual sofrido por uma aluna em sala de aula.<sup>44</sup>

Ainda na descrição dos vídeos analisados, eles se dirigem aos internautas desejando boas-vindas: “[...] seja bem *viado*, seja bem *sapatão*, seja bem BEESHA! Nós somos Fernanda e Herbert e esse é o Canal das Bee!”.<sup>45</sup> Claramente, há uma convocação para que as pessoas assumam sua sexualidade e reafirmem suas próprias condições, gesto político bastante reivindicado pela militância LGBTI.

À época da postagem, esse vídeo teve 71 comentários publicados.<sup>46</sup> Desses, houve quem parabenizasse a produção do canal, quem sugerisse pautas relacionadas à cultura e à visibilidade LGBTI, aqueles que compartilharam suas experiências em relação às temáticas abordadas, quem reiterasse a importância do debate proposto, aqueles que se identificavam com o discurso dos apresentadores, outros que criticavam, faziam sugestões e tentavam

---

<sup>43</sup> Acesso em: 14 dez. 2019.

<sup>44</sup> Caso ocorrido em um colégio particular no Rio de Janeiro envolvendo um professor e uma aluna. A denúncia de assédio viralizou no Twitter a partir da *hashtag* #AssedioÉHábitoNoPensi.

<sup>45</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=OEGs\\_ScJ6Nk](https://www.youtube.com/watch?v=OEGs_ScJ6Nk)>. Acesso em: 14 dez. 2019.

<sup>46</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=OEGs\\_ScJ6Nk](https://www.youtube.com/watch?v=OEGs_ScJ6Nk)>. Acesso em: 05 jul. 2019



interagir com eles. Houve, também, aqueles que se incomodaram com a pouca visibilidade do assassinato do ativista LGBTI na mídia, principalmente a partir de sua experiência individual e/ou regional. No entanto, os comentários demonstraram que o engajamento do público não contribuía muito para o debate acerca do assunto; as dimensões LGBTIfóbicas da “Ideologia de Gênero” não apareceram efetivamente, tampouco a questão eleitoral.

O outro vídeo analisado foi intitulado “Kit Gay - Recebidos da Semana”, está inserido nas mesmas categoria e playlist do anterior, teve mais de 9 mil visualizações, 1,4 mil curtidas e 121 *dislikes*.<sup>47</sup> Além do "Kit-Gay", foram comentados a ameaça à jornalista Míriam Leitão por eleitores do candidato Bolsonaro, o suposto apoio do portal R7 a esse candidato, de acordo com reportagem divulgada pelo *The Intercept*, além de algumas notícias falsas que circularam no contexto eleitoral. Os apresentadores propunham um engajamento da audiência pelos comentários, solicitando a postagem de uma bandeirinha da Alemanha, lembrando o nazismo. Além de um gesto claramente xenofóbico, que atribui aos alemães a culpa pela tragédia do nazismo, aqui eles sugeriam o imaginário sobre o futuro que a possível vitória de Bolsonaro era capaz de mobilizar.

Nos cerca de 290 comentários (alguns feitos pelo próprio canal), muitas pessoas se engajaram, postando a bandeira ou escrevendo a palavra “Alemanha”, e outras agradeceram pelos esclarecimentos que o vídeo lhes proporcionou. Houve quem compartilhasse do mesmo imaginário acionado pelos apresentadores sobre o futuro e houve quem discordasse deles, dizendo sobre os riscos à democracia.

O Canal das Bee postou um comentário, que está fixado no topo da página, com várias reportagens que reiteravam a perspectiva de extrema-direita do candidato Bolsonaro, bem como seu alinhamento com o autoritarismo e a proximidade com o discurso fascista.

No desdobramento dos comentários, ocorreu uma verdadeira batalha discursiva, com os internautas se posicionando a favor e contra as posições dos apresentadores, interagindo entre eles e prolongando determinados debates.

Nessa interação, algumas pessoas que se identificavam como LGBTI pareciam eleitoras de Bolsonaro. Vários comentários não concordavam com a afirmativa de que Haddad era o candidato da democracia e aproximavam o PT dos regimes de Venezuela e Cuba, considerados comunistas. Houve quem tentasse provar a existência do "Kit-Gay" e a participação de Haddad em sua elaboração. Um dos comentadores acusa o canal de promover o ódio contra os LGBTI, uma vez que, segundo ele, reduz o país “a esse discursinho da

---

<sup>47</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WBsPwUaah60>>. Acesso em: 05 jul. 2019

homofobia”. Ele “agradece” por todas as vezes que foi apontado na rua como “viado”, pois acredita que a culpa pela violência LGBTIfóbica é o discurso da militância. Nesse comentário, o internauta se identifica como gay e morador da periferia. Ele convida o canal a conhecer a realidade do país, sugerindo que os apresentadores são pessoas privilegiadas. Conforme abordamos no tópico anterior, é importante considerar como outros atravessamentos de poder, como classe e raça, são determinantes para que as pessoas se identifiquem ou não com o conteúdo do canal, que se sintam ou não representadas.

O mesmo comentarista, para sustentar seu argumento, afirma que os últimos anos governados pelo PT se caracterizaram por mais assassinatos contra gays, negros, pobres, mulheres etc., como apontado no próprio vídeo. Segundo ele, apoiar o PT é ser conivente com tais crimes e que ninguém no país está interessado nessa agenda gay, convidando os apresentadores do canal a saírem de suas caixinhas. Não houve resposta do canal para esse comentário. Mas, embora nessas argumentações apareçam muitas contradições e pouca fundamentação, elas ilustram a existência de LGBTI que discordam radicalmente dos discursos da militância e, nesse sentido, da proposta pelo canal.

Em outro comentário, os dados sobre a violência LGBTIfóbica aparecem associados às políticas do governo do PT, planejadas sem qualquer parâmetro metodológico e desconsiderando as nuances da LGBTIfobia. No entanto, esse comentário não aponta a invisibilidade à qual a violência LGBTIfóbica esteve historicamente submetida. Muitos outros comentários afirmaram sua discordância em relação ao “ativismo gay”, um termo recorrente na fala do candidato Bolsonaro. Nunca é demais destacar que, ao manejar esse termo, Bolsonaro buscava se afastar da imagem de LGBTIfóbico, direcionando sua crítica ao ativismo LGBTI e suas demandas políticas, e não àquelas pessoas que se não se identificam como heterossexuais.

Houve quem reiterasse a importância desse tipo de conteúdo produzido pelo canal, sugerindo que eles não larguem a “agenda LGBT”, pois assim garantiriam representatividade para essa população. Outro comentarista afirma que foi vítima de estupro por um homem que o considerava como pai e o chamava de tio. Segundo ele, foi por meio do canal que ele começou a aprender coisas sobre sexualidade, relacionamento abusivo e estupro. Com esse argumento, afirma que o Canal das Bee salvou a vida dele.

Um comentarista sinaliza a existência de um ideário da esquerda voltado para a desconstrução da família tradicional. Segundo ele, Foucault, teóricos da Escola de Frankfurt e tantos outros (chamados por ele de “idiotas úteis”) estariam empenhados em destruir tudo o

que está estabelecido. Essa base argumentativa encontra eco nos textos de Olavo de Carvalho, considerado o “guru” ideológico do agora presidente Bolsonaro, e se soma ao temor do fundamentalismo religioso de que a homossexualidade destrua a estrutura heteronormativa da família cristã.

Interessante observar como se desdobra o raciocínio desse comentador a respeito dos mesmos dados trazidos pelo vídeo, sendo importante frisar que ele não estava sozinho; outros comentadores seguiam essa mesma direção. Nesses comentários, aparecem interpretações e imaginários sobre o cenário político brasileiro que destoam da perspectiva do canal e que reiteram alguns preconceitos sobre a política e a política do preconceito. No entanto, esses comentários mostram um embaralhamento ou, até mesmo, uma incompreensão sobre as nuances da LGBTIfobia (apontadas no capítulo 2) e também em relação ao pensamento de filósofos e correntes teóricas, que foram reduzidos ao senso comum.

Ainda sobre os comentários, é possível afirmar que os planos de governo apareciam nos diálogos, principalmente nas questões sobre a defesa dos valores democráticos. O Canal das Bee participou de algumas interações, principalmente defendendo o plano de governo do candidato Haddad, reiterando que ele representava a democracia e, sobretudo, a agenda LGBTI. Eram apresentadas algumas ações de Haddad que atendiam demandas da militância, quando ele estava à frente da prefeitura de São Paulo.

Pelos comentários, é possível perceber a presença e a manifestação de ideias de pessoas que se identificavam como LGBTI, mas eram favoráveis ao candidato Bolsonaro e se opunham ao governo do PT. Também apareceram críticas ao discurso da militância LGBTI e a acusação de que o canal desconhecia a realidade de outras experiências de gênero, sexualidade, classe, raça etc.

Nos comentários do vídeo sobre o "Kit-Gay", também apareceram discursos xenofóbicos, de intolerância religiosa, entre outros. São discursos que apontam para diversos regimes de exclusão e preconceito, para imaginários fortemente ancorados em políticas exploratórias e coloniais, e que também dialogam como as políticas da inimizade discutidas por Mbembe (2017), abordadas no capítulo 3.

### *6.3.1 Observações sobre as características gerais dos vídeos*

Os dois vídeos publicados pelo Canal das Bee se inserem na categoria “Recebidos da Semana” e se propõem a debater as notícias em destaque relacionadas à temática LGBTI. Não há jornalismo no Canal das Bee, tampouco se pretende fazer isso. E essa despreensão está

explícita nas falas dos apresentadores no vídeo intitulado “Ideologia de Gênero”, durante a discussão sobre *booktuber*.

Fernanda parece ocupar certo protagonismo na condução das discussões; em muitos momentos, Herbert assume um papel mais humorístico, perceptível em sua linguagem corporal e postura diante das câmeras. A produtora Cecília está presente fora do campo de filmagem, mas é possível ouvi-la em alguns momentos, sobretudo em relação às questões técnicas e/ou de apoio aos apresentadores.

Os vídeos começam em preto e branco, indicando que se referem a gravações de “bastidores”, conversas aleatórias e/ou erros de gravação. Quando o vídeo ganha cor, Fernanda e Hebert se apresentam e também o canal e o estúdio onde os vídeos foram gravados. Esse *script* de apresentação se repete em quase todos os vídeos.

O cenário em *Chroma*, com o fundo composto por hexágonos, remete a uma espécie de rede e/ou colméia. “Bee”, em inglês, significa abelha; em português, refere-se, coloquialmente, a pessoas homossexuais. Por sua sonoridade remeter à primeira sílaba da palavra *bicha*, tal expressão tornou-se recorrente no meio homossexual, sobretudo masculino. No vídeo “Ideologia de Gênero”, o fundo é branco e os hexágonos, cinzas; no vídeo sobre o “Kit-Gay”, os hexágonos possuem tons laranja e um efeito de alternância de tonalidades que oferece uma sensação de movimento na imagem. O cenário parece remeter (com um pouco de esforço criativo) a uma colmeia, fazendo referência ao subtítulo do canal: “uma abelha sozinha não produz mel”.

Sobre a apresentação gráfica, há uma adequação à dinâmica do *YouTube*, limitada e padronizada a partir das ferramentas disponibilizadas pela Plataforma. Esse design organiza e distribui o conteúdo, embora o usuário tenha alguma flexibilidade nos limites do que a Plataforma tem a oferecer. Conforme dito, a logomarca de identificação do canal sugere uma abelha com asas das cores do arco-íris, remetendo à bandeira LGBTI.

O clima de descontração está presente durante todo o vídeo, sendo parte constitutiva dele. Todas as vezes que a gravação ganha um tom mais cômico ou se refere a erros dos apresentadores, o efeito em preto e branco é utilizado. Tal informalidade está presente em outros vídeos (e canais) que circulam no *YouTube*, embora com formatos diferentes.

Outros conteúdos do canal são divulgados ao longo dos vídeos, estratégia que implica não só a chamada para que as pessoas assistam as outras produções, mas que também se articula a um movimento comercial e mercadológico, com objetivo de engajar a sua audiência e conseguir mais visualizações.

No vídeo, há um conjunto de elementos estéticos que o enquadram como um produto da cultura LGBTI, não apenas no nível simbólico, mas na performance dos apresentadores, na linguagem - com o uso de expressões do vocabulário gay -, nas brincadeiras, na interação entre eles etc.

O uso de *hashtags* inseridas nos vídeos é recorrente e algumas se relacionam às campanhas que circulam no *YouTube*. A participação do canal em campanhas como a *#OrgulhodeSer* constitui uma estratégia de enfrentamento à LGBTIfobia por meio de relatos de afirmação sexual, embora não estivesse relacionada ou tenha sido mobilizada durante o período eleitoral. Essas *hashtags* também apontam para uma lógica de circulação dos vídeos, que objetiva, justamente, convergir os produtos com o tema de interesse.

O Canal das Bee, assim como outros canais no *YouTube*, promove nesta ambiência o enfrentamento à LGBTIfobia e a discussão do machismo, do sexismo e do feminismo, entre outras pautas. Essas duas primeiras décadas do século XXI foram marcadas por esse tipo de ativismo, que se desdobra nas plataformas de socialização, sobretudo no *YouTube*.

Como ferramenta narrativa do audiovisual, os vídeos adotam o enquadramento dos apresentadores, na maioria das vezes, em plano americano, em um fundo *chroma*, que raramente se modifica; as imagens não são manejadas para oferecer outro sentido ao espectador. Além do enquadramento dos apresentadores, em alguns momentos, aparecem *prints* de imagens retiradas da *internet*.

No fundo *chroma* também são projetados alguns *prints* de reportagens e/ou imagens que são comentadas pelos apresentadores. Essas imagens são mobilizadas para dar credibilidade às informações e apontar a fonte da informação. Nem sempre a origem da fonte desses *prints* aparece na tela, mas é indicada no texto oral.

Não há elementos visuais e/ou textuais que extrapolem o enquadramento em plano americano e com foco nos apresentadores, exceto alguns *prints* que pouco contribuem para a discussão da LGBTIfobia.

Outras características dos vídeos, que se relacionam às dinâmicas dos *youtubers*, é que eles são mais longos,<sup>48</sup> têm alguns efeitos de edição (como corte seco e o uso de zoom para quebrar a linearidade dos frames) e movimentação limitada de câmera, entre outras. Tudo isso contribui para a constituição de sua trama textual, que se adequa ao público com o qual dialoga, à plataforma na qual se hospedam, às relações comerciais que interessam, à

---

<sup>48</sup> Um dos critérios de monetização do YouTube funciona no sentido de estimular a produção e circulação de vídeos mais longos, o que faz com que as pessoas passem mais tempo assistindo ao conteúdo na Plataforma.

identificação dos interlocutores, com suas experiências e seus objetivos de enfrentamento à LGBTIfobia. Haja vista que um dos motivos de escolha desse canal como objeto empírico foi o fato de os vídeos serem produzidos por LGBTI que assim se identificam e que dialogam com esse público.

É impossível não considerar o atravessamento das questões comerciais no modo de funcionamento do canal, na escolha temática, na identificação dos vídeos etc. Ou seja, todo o conteúdo parece se adequar aos critérios comerciais e estar inserido na lógica algorítmica do *YouTube*, com vistas a potencializar sua circulação e audiência.

As definições temáticas partem dos produtores/apresentadores e da participação e/ou solicitação da audiência. Por exemplo, eles informam que várias pessoas pediram para que eles se posicionassem sobre o "Kit-Gay". Portanto, houve um movimento da audiência, que solicitou aos produtores abordar temas que lhes pareciam coerentes com a proposta de combater a LGBTIfobia e/ou relacionados à visibilidade dessas identidades e da cultura LGBTI.

Os títulos escolhidos para os vídeos - "Ideologia de Gênero" e "Kit-Gay" - sugerem que esses temas serão destacados e/ou evidenciados na narrativa. Paralelamente, a proposta da categoria na qual se inserem consiste em comentar as notícias que se destacaram ao longo da semana. Ou seja, comentam-se várias notícias, embora nem todas estejam relacionadas ao tema escolhido para o título. Aqui, apontamos um primeiro incômodo em relação aos vídeos: embora tenham recebido os títulos de "Kit-Gay" e "Ideologia de Gênero", pouco se discute sobre esses assuntos, considerando o tamanho dos vídeos (mais de 20 minutos cada um). Outra questão é que nem todas as notícias selecionadas dizem respeito ao tema escolhido para o título do vídeo.

A capa dos vídeos pode ou não indicar outros temas que serão discutidos, como a questão do *booktuber*, que nada tem a ver com "Ideologia de Gênero".

Há uma trama de elementos que compõem a apresentação do canal e dos seus vídeos. Além do título, existe a capa, as *hashtags*, a descrição dos vídeos, as palavras-chave, entre outras ferramentas estrategicamente planejadas. Por exemplo, o uso do título "Kit-Gay" e "Ideologia de Gênero" nos vídeos, bem como as *hashtags* homônimas, certamente foram escolhidos para atender a dinâmica algorítmica e o hábito de consumo no *YouTube*, facilitando sua circulação, conseguindo maior número de visualizações etc.

Durante a gravação dos vídeos, os apresentadores conversam informalmente sobre o seu planejamento, sobre as notícias que escolheram para debater, demonstrando, inclusive, um

desconhecimento sobre o que o outro escolheu. Parece claro que houve pouco planejamento na escolha dos temas e das abordagens.

Nem todas as fontes das informações são citadas. Outras plataformas de interação social, como o Twitter, são fontes recorrentes de informações; quando os apresentadores se referem aos tuítes, nem sempre os perfis estão visualmente identificados.

Nos vídeos, não há muita preocupação gramatical com o manejo do vocabulário, sendo utilizadas algumas gírias e, em alguns momentos, palavrões. Os apresentadores utilizam expressões como “veado” e “sapatão” que, como tratado no referencial teórico, foram ressignificadas pela comunidade LGBTI para subverter sua utilização cotidiana no sentido pejorativo e desqualificador. Além desses termos, os pronomes de tratamento conforme a designação de gênero são invertidos, como é usual no relacionamento entre LGBTI.

Como se vê em Borrillo (2015), Eribon (2008) e Carvalho (2012), esse movimento de ressignificação é parte das estratégias de resistência para neutralizar a violência simbólica e a injúria que recorrentemente acometem pessoas LGBTI. Também é um movimento de autoafirmação, muito reivindicado pela militância na tentativa de romper com os determinismos biológicos, sociais, de gênero, de linguagem etc. Como exemplo, podemos citar a gramática da língua portuguesa, que se fundamenta em uma rígida lógica binária de gênero, com predominância do masculino sobre o feminino.

Os apresentadores são muito expressivos em suas emoções e se afetam com o conteúdo das notícias, ficando mais ofegantes ou se comportando de modo mais incisivo diante de determinadas informações, sobretudo aquelas que envolvem posicionamentos políticos mais conservadores. Essa forma de linguagem que se desdobra no comportamento dos apresentadores diante das câmeras está carregada de sentido, sugerindo o forte viés identitário e político do canal.

## 7 MOVIMENTO ANALÍTICO

### 7.1 Circunscrevendo o alcance e os limites das análises em relação aos vídeos e aos fenômenos abordados

Antes de desdobrar quaisquer análises e/ou percepções sobre os vídeos selecionados para esta dissertação, é importante esclarecer que tais apontamentos estão circunscritos nos limites das materialidades analisadas. Nesse sentido, não é nosso intuito apresentar uma perspectiva analítica totalizante ou considerar que o todo está representado nas partes que compõem o *corpus*. Portanto, é imprescindível situar a análise nos limites do recorte temporal e temático proposto pela pesquisa, bem como em nosso movimento analítico de observar como a LGBTIfobia engendra um modo específico de funcionamento do Canal das Bee no período das eleições presidenciais de 2018, tendo como base os vídeos selecionados - "Kit-Gay" e "Ideologia de Gênero".

Diante da quantidade de vídeos, assuntos e abordagens nos vídeos publicados pelo canal, é possível encontrar essas e outras temáticas sobre a LGBTIfobia, debatidas em outros contextos e com outras abordagens. Sendo assim, é necessário reiterar que a análise proposta nesta dissertação surgiu das observações das textualidades apreendidas nas dinâmicas dos vídeos indicados. Conforme apontado, eles foram escolhidos por tratarem de temas que se destacaram no debate eleitoral e que tiveram a LGBTIfobia como chave operatória.

Como dito, os dois vídeos são apresentados por Fernanda e Herbert, sendo a primeira uma mulher *cis* lésbica e o segundo um homem *cis* gay. Ambos possuem a pele clara, são brancos, pertencentes à classe média paulistana e assumem publicamente sua orientação sexual. Eles estão vestidos dentro de um padrão heteronormativo, que pode dizer muito sobre a maneira como eles se colocam nos vídeos. Há um aspecto de "higienização" desses corpos que os expõem imersos aos padrões da cultura binária de gênero. As condições de enunciabilidade no Canal das Bee sugerem um recorte de classe, de raça, sexual e de gênero, que se torna importante quando se trata de representação, afetação e lugar de fala das minorias marginalizadas.

Nesses termos, é prudente refletir a quem o Canal das Bee se dirige, ou seja, quando se trata de representatividade da comunidade LGBTI (que é um dos objetivos do canal), apontar o lugar de fala daqueles que produzem seus conteúdos, bem como suas condições sociais e econômicas, é importante para estabelecer as fronteiras e o alcance dessa representatividade.

Para um segmento que anseia por mais espaço social e representação política, é



importante reforçar que a ausência, por exemplo, de corpos trans e de outras identidades que compõem a complexidade da população LGBTI ou, ainda, de pessoas negras e de outras etnias delimita o lugar de fala desses apresentadores que, certamente, não será o mesmo dessas outras experiências de sexualidade e de gênero, sobretudo aquelas atravessadas por questões econômicas, sociais, de classe etc.

Portanto, trata-se de um canal feito por pessoas brancas, de classe média, moradoras da capital paulista e com possibilidade de acesso à educação, segurança, saúde, entre outros direitos que podem ser negados a uma parcela expressiva da população LGBTI. Obviamente, isso não deslegitima o canal, tampouco sua proposta de enfrentamento à LGBTIfobia. No entanto, diz sobre suas condições de enunciação, sobre a LGBTIfobia que os toca e, assim, das imagens e imaginários dos quais compartilham, das demandas políticas nas quais se engajam, da LGBTIfobia à qual se referem, entre outras especificidades que vão estabelecer esse espaço de articulação.

Os vídeos serão analisados a partir da dimensão do imaginário socio-histórico e sua potência criativa, na perspectiva de Castoriadis (2000), com o objetivo de identificar como a LGBTIfobia opera e faz operar os imaginários em torno das diferenças sexuais e de gênero, sua dimensão ética e política, sobretudo nos vídeos selecionados do Canal das Bee. Ratificando, o recorte temporal e temático são as polêmicas em torno do "Kit-Gay" e da "Ideologia de Gênero" durante as eleições de 2018 a partir desses dois vídeos homônimos.

As questões políticas que foram discutidas no capítulo 3 também se constituem como ferramenta de análise, na medida em que contribuem para o esclarecimento da manifestação LGBTIfóbica no período eleitoral, bem como para o seu enfrentamento. Nesse sentido, buscamos compreender em que medida as discussões de Arendt (2018) sobre o sentido da política, a relação da política com os preconceitos e os preconceitos em relação à política nos fornecem elementos para pensar as dinâmicas políticas do enfrentamento à LGBTIfobia no período eleitoral e seu espraiamento pelo Estado, pelas questões sociais, culturais, políticas, religiosas, econômicas, etc.

Com Mbembe (2017), é possível refletir sobre a necessidade de superação da política da inimizade, evidente no contexto de polarização política, na constituição de dois lados opostos na sociedade brasileira e, sobretudo, no que diz respeito à necropolítica LGBTIfóbica, materializada em crimes de ódio e intolerância que emergem nesse cenário. Ainda podemos recorrer aos esforços da perspectiva mbembiana de analisar as nuances do racismo, aproximando sua leitura sobre os corpos racializados na sociedade contemporânea da

discussão sobre a política LGBTIfóbica que orientou o debate eleitoral.

Na medida em que discutimos sobre a hierarquização das relações de gênero e sexualidade no âmbito social, econômico e político, as reflexões de Butler (2018) sobre a precariedade dos corpos, sobretudo como elemento político na contemporaneidade, confirmam a consolidação de um imaginário e de uma política que desconsidera e/ou não reconhece a violência LGBTIfóbica em sua dimensão política e social, e diz sobre o grau de vulnerabilidade desses corpos no espaço político e social.

## **7.2 O preconceito contra a política no contexto das eleições de 2018**

O preconceito contra a política, discutido por Arendt (2018), foi característica do contexto eleitoral brasileiro em 2018. Dois anos antes, o Brasil vivia o seu segundo processo de impeachment na Presidência da República. Esse evento foi marcado por controvérsias, dividindo opiniões entre os principais juristas do país em relação à fragilidade e/ou consistência da materialidade das provas, à peça acusatória e à constitucionalidade do processo.

A principal retórica do impedimento da presidenta Dilma Rousseff foi fundamentada na prática conhecida como “pedaladas fiscais”, recorrente em gestões anteriores. Como pano de fundo, circulava, na imprensa hegemônica, diversos escândalos de corrupção, que vieram a público a partir das investigações da Operação Lava Jato. Além das controvérsias em relação ao processo legal, a operação Lava Jato também foi, mais recentemente, posta em suspeição por seus vínculos partidários e interesses políticos.<sup>49</sup>

As circunstâncias que levaram à abertura do processo de impeachment da ex-presidenta na Câmara dos Deputados, articulado pelo então presidente da Casa Eduardo Cunha (PMDB-RJ), também foram motivo de controvérsias. No entanto, o grande alvo da operação Lava Jato e das forças políticas que levaram o país ao impeachment da ex-presidenta Dilma foi, sem dúvida, o Partido dos Trabalhadores.

O PT governava o Brasil desde 2003, data da primeira eleição do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que governou o país até janeiro de 2011, quando ajudou a eleger a ex-presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher a governar o país.

Em junho de 2013, o Brasil foi cenário de uma das maiores manifestações populares de sua história, nas quais as novas mídias e as plataformas de socialização tiveram papel

---

<sup>49</sup> Ver: CARVALHO, Carlos Alberto de. Narrativas sobre o golpe no Brasil: acontecimento, jornalismo e disputas de sentido. E-COMPÓS (BRASÍLIA), v. 22, p. 1-23, 2019.

preponderante, a exemplo do *Facebook* e do *Twitter*.<sup>50</sup> Entre outras coisas, os movimentos populares mostravam-se descontentes com o aumento de tarifas do transporte público, com os altos investimentos destinados à construção de estádios de futebol para a realização da Copa do Mundo e cobravam maiores investimentos em educação, saúde e segurança pública, entre outras agendas.

Reeleita em 2014, vencendo o então senador Aécio Neves (PSDB-MG) por uma pequena margem de votos, Dilma teve sua vitória nas urnas contestada pela oposição. Sua gestão foi impedida em 2016, quando o então vice-presidente Michel Temer (PMDB-SP) assumiu a Presidência do país. Pouco antes desse processo, Temer publicou uma carta aberta ao povo brasileiro na qual apontava seu descontentamento com a presidenta, além de liderar a articulação de um projeto chamado “Ponte para o Futuro”, em que o PMDB, um dos principais partidos envolvido no escândalo da Lava Jato, apresentava um projeto liberal e privatizante, alinhado com forças econômicas do Brasil e do exterior.

Por causa do impeachment, o clima de ruptura institucional se espalhou pelo país, acirrando ainda mais a polarização política. Concomitantemente, notícias de novos escândalos de corrupção não cessaram, envolvendo tanto membros do Executivo quanto do Legislativo, principalmente o ex-presidente Michel Temer (que chegou a ser considerado por parte da imprensa como chefe de organização criminosa)<sup>51</sup>.

A extensão da operação Lava Jato transcende as fronteiras do país. Em função do envolvimento de multinacionais brasileiras em operação no exterior, ela reverberou em países latinos, como República Dominicana, Venezuela, Chile, Colômbia, Panamá, Peru, além de Estados Unidos, países da Europa e da África.

No âmbito da política interna, essa trama também teve outras ramificações. As pesquisas eleitorais sobre o cenário das eleições no Brasil em 2018 apontavam vitória do ex-presidente Lula, mesmo após os escândalos de corrupção. No entanto, o ex-presidente foi condenado em 2ª instância, em dois casos que tiveram fortes repercussões na imprensa: o recebimento de propina por meio da reforma de um sítio em Atibaia e a compra de um triplex no Guarujá. Depois de um processo bastante controverso, Lula foi preso em abril de 2018,

---

<sup>50</sup> Ver: ALZAMORA, G. C.; BRAGA, C. Las redes sociales, armas de protesta. Twitter y Facebook en las protestas de movimientos sociales en España y Brasil. In: Carme Ferré Pavia. (Org.). El uso de las redes sociales: ciudadanía, política y comunicación La investigación en España y Brasil. 1ed. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2014, v. , p. 16-29.

<sup>51</sup> GUIMARÃES, Arthur; SOARES, Paulo Renato e MARTINS, Marco Antônio. Temer é chefe de organização criminosa há 40 anos, diz Lava Jato no RJ. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/21/temer-e-chefe-de-organizacao-criminosa-ha-40-anos-diz-lava-jato-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

ficando detido durante um ano e sete meses.

Fora da corrida presidencial, Lula articulou a candidatura de Fernando Haddad (PT-SP) como cabeça de chapa, compondo com o PCdoB, encabeçado pela deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) concorrendo à vice-presidência. Haddad é doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e foi ministro da Educação durante o governo Lula. Após a consolidação dessa chapa, as polêmicas sobre o "Kit-Gay" e a "Ideologia de Gênero" passaram a assumir maior destaque no debate político brasileiro. O candidato Haddad também foi ex-prefeito de São Paulo e não conseguiu a reeleição em 2016, obtendo votação inexpressiva, em decorrência da onda antipetista que tomou conta do país por causa das denúncias e envolvimento em corrupção.

As condenações impostas ao ex-presidente Lula foram decisivas para a desidratação de sua imagem pública e essa realidade abriu caminho para a viabilidade da candidatura de Jair Bolsonaro, que procurava um partido para concorrer à presidência, uma vez que liderava a extrema-direita no Brasil e sua popularidade estava em ascensão. Em seu discurso, se posicionava contra a corrupção e a velha política, embora seu currículo registrasse 28 anos de vida pública com inexpressiva participação.

No entanto, Bolsonaro saiu ileso das denúncias de corrupção da Lava Jato, o mesmo não ocorrendo com outras lideranças e partidos que também disputaram as eleições de 2018. O PSDB, principal partido de oposição ao PT em 2014, teve sua imagem desgastada, com vários políticos envolvidos em corrupção, a exemplo do ex-presidenciável Aécio Neves. Esse descrédito generalizado na política, acentuado pelas operações da Lava Jato, foi determinante para a construção da liderança de Jair Bolsonaro no campo da oposição.

Também é importante frisar o impacto do atentado sofrido pelo candidato Bolsonaro durante um comício em Juiz de Fora/MG, quando foi atingido por uma facada. Esse acontecimento foi decisivo para sua imagem pública, retirando-o do debate eleitoral e, conseqüentemente, minimizando seu desgaste e evitando o enfrentamento com a oposição.

Valendo-se de um discurso reacionário e fundamentalista, apoiado por diversos segmentos religiosos e articuladores de um poderoso lobby político no Congresso, o candidato Bolsonaro se ateve veementemente à pauta moralista, de costumes e ao seu comportamento LGBTIfóbico, utilizando esses elementos como instrumento de campanha.

Nesse cenário, aparecem as polêmicas da "Ideologia de Gênero" e do "Kit-Gay", acionadas pelos candidatos, principalmente Bolsonaro, para desestabilizar a campanha do PT.

À frente da prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad desenvolveu políticas públicas

para a população LGBTI, a exemplo do Programa *Transcidadania*, que destinava auxílio financeiro para que travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade pudessem receber o mínimo de recursos para estudar e trabalhar. É sabido que pessoas transexuais estão mais expostas à evasão escolar, haja vista como a comunidade escolar pode ser hostil e violenta para esses sujeitos.

Como vimos, Fernando Haddad, Ciro Gomes, Guilherme Boulos, Vera Lúcia e Marina Silva foram os candidatos que mais se dispuseram, em seus planos de governo, a atender as reivindicações do movimento LGBTI. Mas é preciso lembrar que a candidata do Rede Sustentabilidade, Marina Silva, havia recuado em relação aos direitos LGBTI no seu projeto de governo em 2014, por causa da pressão de grupos conservadores, sobretudo evangélicos, que compunham sua base eleitoral. Esse recuo não foi esquecido por parte da população LGBTI no pleito de 2018, o que diminuiu a legitimidade de seu compromisso com essas demandas políticas.

Como principal candidato da esquerda brasileira, a despeito da popularidade do ex-presidente Lula, Haddad representava no imaginário social a manutenção de um sistema de corrupção que aparelhou o Estado brasileiro por meio de estatais e esquemas de propina em multinacionais. No entanto, por outro lado, representava também a continuidade de uma política progressista, que reconhecia a diversidade sexual em seu projeto político (embora muito mais timidamente do que fora preconizado pela oposição). É notório que o projeto político apresentado pelo candidato do PSOL, Guilherme Boulos, contemplava muito mais precisamente as reivindicações da militância LGBTI, aprofundando a discussão da LGBTIfobia e sua manifestação social. No entanto, devido ao tamanho do seu partido e o protagonismo do PT no campo da esquerda, o candidato Fernando Haddad teve seu nome mais envolvido nas polêmicas mencionadas.

O discurso da extrema-direita e do fundamentalismo religioso apontava para um cenário distópico em relação ao futuro do país. O envolvimento em casos de corrupção denunciados pela operação Lava Jato e os avanços nas políticas públicas em relação aos direitos LGBTI foram os elementos a partir dos quais se estabeleceram as frentes de batalha pela pauta moralista e LGBTIfóbica.

Esse conjunto de acontecimentos políticos que influenciaram decisivamente a política interna brasileira demonstra as diferentes manifestações do preconceito contra a política que se disseminou na sociedade brasileira e que emergem nesta dissertação na medida em que se observa sua relevância para o fenômeno analisado.

Para além do contexto eleitoral, mas entre as questões que reverberaram fortemente nas eleições de 2018, estavam as recentes conquistas do movimento LGBTI no âmbito do judiciário. Como vimos, nos últimos anos, o movimento LGBTI conquistou o reconhecimento das uniões homoafetivas como entidades familiares, a possibilidade de adoção de crianças por casais do mesmo gênero e também o reconhecimento da identidade de gênero em documentos e instituições oficiais.

Além disso, as pressões do movimento para a criminalização da LGBTIfobia, no entendimento de algumas instituições religiosas, soavam como um atentado à liberdade de culto, na medida em que essas doutrinas não abrem mão da LGBTIfobia como instrumento para a manutenção da família nuclear heteronormativa. Ou seja, embora esse processo tenha tramitado no Legislativo durante mais de uma década, por influência do lobby religioso, a proposta não avançou. Em 2019, numa demonstração de força do poder Judiciário e a contragosto do Congresso e do Executivo, o Supremo Tribunal Federal reconheceu o crime de homofobia como análogo ao de racismo.

Portanto, a influência do segmento religioso e do fundamentalismo cristão nas ações do Legislativo brasileiro contribui para a construção de um ambiente hostil aos LGBTI, que veem seus direitos básicos de cidadania e proteção da vida submetidos aos jogos de poder da política brasileira.

Nos vídeos analisados, o preconceito contra a política é ilustrado na trágica expectativa de futuro que os apresentadores reafirmam em caso de vitória de Bolsonaro. Nesse lugar, em que o triunfo da LGBTIfobia é iminente, a política desaparece e, com ela, a possibilidade de uma vida completa em sociedade.

A iminência de vitória de um projeto político que é visto como um atentado à sobrevivência de alguns - haja vista a naturalização de um discurso LGBTIfóbico em meio a um contexto de polarização política e a adoção de uma política da inimizade em que o LGBTI se configura como ameaça à normalidade - edifica as bases de um imaginário no qual a política e o Estado não são alternativa para o LGBTI.

A seguir, abordaremos a política do preconceito contra os LGBTI no Brasil, que se manifesta nessa trama política que utiliza a LGBTIfobia como ferramenta ideológica e estratégica.

### **7.3 A política do preconceito no Brasil**

A partir da leitura de Mbembe (2017) sobre as políticas da inimizade, é possível

observar como essas polêmicas que mobilizam a LGBTIfobia como chave operatória, colocam as pessoas LGBTI como verdadeiros inimigos do Estado e da ordem social. O pecado, o antinatural, a subversão, a pederastia, entre outras imagens relacionadas à prática ou aos sujeitos LGBTI, apontam para imaginários nos quais a LGBTIfobia está assentada. Ou seja, há um Outro que precisa ser combatido, uma idéia que precisa ser interrompida, um projeto de governo que precisa ser freado. Nesse bojo, as eleições presidenciais trazem para o debate o suposto perigo de uma doutrinação marxista, o avanço do comunismo na América Latina, a iminência de um Estado autoritário, a exemplo de Cuba e Venezuela, entre outras ameaças ao “cidadão de bem”.

Entre os inimigos do Estado certamente estão os LGBTI, mas esses atravessamentos de poder não vão se manifestar da mesma forma nas experiências individuais de cada sujeito. As questões de gênero, raça, classe, entre outras camadas de poder sobrepostas à LGBTIfobia, são elementos diferenciadores do preconceito que acomete a individualidade desses corpos, suas expressões e identidades. Nesses termos, é possível compreender o motivo pelo qual a LGBTIfobia que circulou durante as eleições não atingiu da mesma forma e/ou foi percebida do mesmo modo por todas as pessoas LGBTI; embora seja inegável que as eleições de 2018 foram marcadas pelas manifestações de preconceito contra a população LGBTI, como também contra pessoas negras, indígenas, mulheres, entre outras.<sup>52</sup> Observou-se certo negligenciamento da grande maioria das pessoas quanto ao comportamento machista e LGBTIfóbico dos candidatos, sublinhando que se tratava da reprodução de um comportamento tradicional, cultural; e que portanto seria justificável, porque são senhores com mais idade, e no caso de Bolsonaro, também um militar.

Em relação à LGBTIfobia e na esteira do acirramento da polarização política entre Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, houve um movimento no sentido de estabelecer uma oposição entre a sociedade heterossexual e as pessoas LGBTI (contra as quais a família tradicional necessitaria se proteger). Isso se observa nos movimentos dos candidatos em reiterar imaginários que associam LGBTIs à perversão sexual (a exemplo da mamadeira erótica), e corroborarem com a ideia de uma suposta doutrinação homossexual nas escolas encampada pelo governo do PT, onde essa “Ideologia de Gênero” atingiria seu ponto máximo impondo e normalizando um comportamento sexual dissonante, perverso, que irá corromper as crianças e as bases normativas da sociedade cristã.

---

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Joana. Gays, negros e indígenas já sentem nas ruas o medo de um governo Bolsonaro. El País Brasil. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/politica/1539891924\\_366363.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/politica/1539891924_366363.html)>. Acesso em: 29 dez. 2019.

Por outro lado, essas ações do fundamentalismo religioso contra as pautas LGBTI são percebidas pelo Canal das Bee como uma prática LGBTIfóbica, o que coloca esses conservadores também em posição de inimizade. Na perspectiva dos apresentadores, os adversários dos LGBTI são àqueles que estão dentro do Congresso (não é aquele fiel capturado por discursos religiosos) e que, por exemplo, impediram que o material sobre a homofobia fosse distribuído nas escolas. Uma vez que as instituições religiosas se opõem veementemente às políticas públicas e a conquista de direitos pela população LGBTI, sobretudo a partir de fundamentos religiosos tidos como “inegociáveis”, impõem-se uma relação de inimizade e a impossibilidade da política. Não obstante, a polarização característica das eleições de 2018 ressoou fortemente no Canal das Bee; e essa polarização também se inscreve na relação LGBTI *versus* Bolsonaro, tendo em vista que o candidato alinhou o seu discurso e seu projeto de governo aos ideais moralistas do fundamentalismo cristão.

A ofensiva conservadora que saiu vitoriosa no pleito de 2018 é uma das manifestações da política da inimizade que se estabeleceu entre a sociedade heterossexual brasileira e a população LGBTI. No contexto das eleições de 2018 foi possível observar uma ofensiva conservadora (e colonizadora), que insistia em rejeitar qualquer perspectiva que questionasse a binaridade de gênero. Marcada pelo fundamentalismo cristão, tal ofensiva buscava a manutenção do *status quo* e a defesa dos valores patriarcais e da tradição judaico-cristã, entendendo a homossexualidade como um aspecto patológico da vida.

Além do candidato Jair Bolsonaro (PSL), que se elegeu fortemente alinhado a esse discurso, as campanhas de Eymael (PSDC), cabo Daciolo (Patriota) e João Amoêdo (Novo) também tiveram forte influência de igrejas católicas e evangélicas do país. Outros candidatos, como Geraldo Alckmin (PSDB) e Marina Silva (Rede), também se alinharam a discursos e instituições religiosas em alguns momentos no debate eleitoral. O Brasil é um país de maioria católica, mas com forte expansão do segmento evangélico, sobretudo o neopentecostal, e esse segmento, embora heterogêneo, é representativo em números eleitorais e pode definir as disputas pelo poder.

No sentido de contribuir com a análise, é importante observar os dados de um estudo realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), que parecem coerentes com o contexto social e político que aqui discutimos no âmbito dos imaginários. Os brasileiros consideram os líderes religiosos mais confiáveis do que os cientistas; apenas 12% das pessoas que participaram da pesquisa consideram os acadêmicos como fontes confiáveis, 15% consideram os líderes religiosos e 4% dos entrevistados consideram os religiosos como fontes



não confiáveis.

O êxito do candidato Bolsonaro deu-se, principalmente, pelo apoio de segmentos mais conservadores, entre católicos e evangélicos, que se alinharam à política moralista defendida por seu programa de governo. Estimativas indicam que a quantidade de votos dos evangélicos em Bolsonaro foi muito superior ao número de votos desse segmento no candidato Haddad, podendo atingir 11,6 milhões de votos a mais, considerando todas as denominações.<sup>53</sup>

Se aqui no Brasil assistimos à ascensão do fundamentalismo cristão com a vitória de Bolsonaro, para além do cenário brasileiro observa-se um crescimento vertiginoso da influência religiosa (sobretudo, neopentecostal) nos Estados Unidos e na política latina, a exemplo de Venezuela, Colômbia e México. Esse crescimento se dá em meio a um cenário de desestabilização das democracias do cone sul, como ocorreu na Bolívia após a queda de Evo Morales. Ao assumir interinamente a presidência boliviana, a senadora de direita Jeanine Añez destacou em seu discurso que “Deus permitiu que a Bíblia voltasse a entrar no Palácio. Que Ele nos abençoe!”.<sup>54</sup> O apoio de católicos e evangélicos foi decisivo para a consolidação de um novo governo liberal, tendo esse segmento liderado as últimas eleições na Bolívia.

Na Costa Rica, o candidato e pastor Fabrício Alvarado foi alçado ao segundo turno após alinhar o seu discurso à família, aos princípios e aos valores conservadores. Ele foi veemente ao rechaçar o chamado da Corte Interamericana de Direitos Humanos por respeito aos direitos LGBTI, bem como demonstrou total discordância em relação ao que chamou de “Ideologia de Gênero” e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.<sup>55</sup>

Essas configurações geopolíticas alinhadas ao discurso do fundamentalismo religioso nos instigam a atravessar as fronteiras nacionais para tentar compreender a política da inimizade contra o LGBTI a partir de uma visada colonizadora e imperialista, que atinge outros contornos na contemporaneidade. O estrangeiro, o imigrante, o negro, o LGBTI, entre outras populações marginalizadas, constituem-se como o Outro, do qual a sociedade Ocidental precisa se proteger, seja num nível simbólico, cultural, epistemológico ou físico.

---

<sup>53</sup> A Bíblia volta ao Palácio: poder político cristão ganha força na Bolívia. Revista Exame. Por AFP, Agence France-Presse. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/mundo/a-biblia-volta-ao-palacio-poder-politico-cristao-ganha-forca-na-bolivia/>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

<sup>54</sup> A Bíblia volta ao Palácio: poder político cristão ganha força na Bolívia. Revista Exame. Por AFP, Agence France-Presse. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/mundo/a-biblia-volta-ao-palacio-poder-politico-cristao-ganha-forca-na-bolivia/>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

<sup>55</sup> Pastor evangélico lidera eleição na Costa Rica e vai ao segundo turno. O Globo. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/pastor-evangelico-lidera-eleicao-na-costa-rica-vai-ao-segundo-turno-22365294>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

#### 7.4 A necropolítica LGBTIfóbica

Os trabalhos de Mbembe (2017) sobre necropolítica também ajudam a perceber outras nuances da LGBTIfobia que atravessam os fenômenos analisados, permitindo pensar em termos de uma necropolítica LGBTIfóbica. Certamente, a violência e a iminência da morte movida pelo ódio contra homossexuais são alguns dos elementos LGBTIfóbicos que, de alguma forma, aparecem no contexto da sociedade e da política brasileira, bem como nas falas dos apresentadores dos vídeos analisados. No vídeo sobre a “Ideologia de Gênero”, por exemplo, Herbert comenta sobre o assassinato de Marcos Cruz Santana, 40 anos, ativista pelos direitos LGBTI do interior da Bahia. A vítima era o organizador da Parada do Orgulho LGBTI de Itororó, cidade onde morava, além de presidente da Associação dos Movimentos Parceiros e Amigos da Saúde e Direitos Humanos das Minorias Sociais.

Na narrativa do vídeo, Fernanda informa que os autores do crime seduziram a vítima antes de matá-lo e Herbert lembra que esse tipo de crime contra LGBTI é recorrente. A evidência de que esse crime ocorreu por motivações LGBTIfóbicas se deu pela mutilação do órgão sexual do ativista. Dados do Grupo Gay da Bahia são recuperados na narrativa do vídeo para reforçar que se trata de LGBTIfobia e que esses crimes não são raros no Brasil. Para os apresentadores, a recorrência de discursos LGBTIfóbicos na sociedade estimula um cenário profícuo para essa espiral de assassinatos contra pessoas LGBTI, bem como a crueldade que envolve esses crimes. Conforme apontado, abrir mão da heterossexualidade é abrir mão dos privilégios em torno dos quais essas relações de poder estão sobrepostas; o crime se justifica pela ousadia de enfrentar a heteronormatividade.

Certamente, esse gesto de violência se assenta em um imaginário socio-histórico que legitima uma estrutura machista, falocêntrica e heterossexista. A análise empreendida nesta dissertação tenta compreender em que medida essas textualidades podem ser reveladoras de um processo de construção dos imaginários socio-históricos e como esses imaginários se constroem na e pela linguagem.

A naturalização da violência contra a população LGBTI, recorrente nas eleições de 2018, pode ser percebida cotidianamente entre os brasileiros. Ela se manifesta no nível simbólico, social, político e, também, físico, como o crime do ativista de Itororó. Fugir às normas de gênero, sexo e sexualidade é uma atitude de oposição à norma social e a essa organização imaginária. Também é estar vulnerável à violência LGBTIfóbica e se colocar no limiar entre a vida e morte, podendo ser vítima fatal do ódio e do preconceito.

Buscamos compreender as motivações desse crime a partir da política de morte à qual

a população LGBTI está submetida. Nesse sentido, podemos afirmar que se trata de um crime por motivações LGBTIfóbicas, na medida em percebemos a presença de elementos caracterizadores de crime de ódio, neste caso, a mutilação do órgão genital, como apontado por Herbert em sua argumentação.

A necropolítica LGBTIfóbica, no contexto das eleições de 2018, se manifesta na violência LGBTIfóbica latente em nossa sociedade - que nos coloca no topo da lista de países que mais matam LGBTI no mundo - e também no não reconhecimento desse ambiente hostil em diversos planos de governo. Também pode ser percebida no discurso e no projeto político do presidenciável Jair Bolsonaro, que não apenas elabora uma ofensiva contra as políticas públicas em prol dos LGBTI, mas afirma preferir um filho morto a sabê-lo homossexual e naturaliza a violência LGBTIfóbica ou a planifica na mesma proporção da violência urbana à qual todo sujeito está submetido, desconsiderando todos os atravessamentos de poder que fazem com que o corpo LGBTI esteja mais vulnerável e suscetível à violência física.

### **7.5 A precariedade dos corpos e o luto como elemento político**

No diálogo com o que chamamos de necropolítica LGBTIfóbica, podemos convocar a discussão de Butler (2018) sobre a precariedade dos corpos, para entendemos como as vidas de pessoas LGBTI podem ser descartáveis, como elas adquirem menos peso e importância.

Essa precariedade como elemento político é uma das questões discutidas pela autora em sua reflexão sobre as vidas passíveis de luto. Butler se tornou uma figura emblemática para os setores mais conservadores do Brasil em sua ofensiva religiosa contra a “Ideologia de Gênero”, o que culminou em insultos durante sua recente visita ao país. Essa ocorrência foi bastante influenciada por grupos reacionários que se articularam nas plataformas de socialização, entre elas o *YouTube*.

Como vimos no capítulo 3, Butler (2018) aborda o luto como elemento político, observando que algumas vidas, na medida em que se situam fora das normas, podem não ser consideradas efetivamente uma vida. Certamente, esse é o caso das pessoas LGBTI, que fogem dos padrões normativos da heterossexualidade compulsória e rompem com a ideia de família baseada exclusivamente nessa concepção.

Segundo a autora, para que uma vida seja inteligível como uma vida, ela precisa se conformar a determinadas concepções do que é ser uma vida, para, então, se tornar reconhecível. Afirma, ainda, que a condição precária caracteriza as condições politicamente induzidas que, nessa lógica de maximização da precariedade, expõem um conjunto de

populações à violência arbitrária do Estado. Como consequência e diante dessa ofensiva, essas pessoas não têm a opção de recorrer ao Estado em busca de proteção, porque também precisam ser protegidas de ações e instituições estatais.

Nesse sentido, os discursos agressivos do então candidato Bolsonaro (hoje, presidente) em relação às pessoas LGBTI, além de negarem os direitos dessa população, apontam para a engrenagem LGBTIfóbica como um motivador desses crimes de ódio, contribuindo para construir um descontente horizonte de expectativas das pessoas LGBTI, sobretudo após a sua vitória.

Nos vídeos analisados, há o compartilhamento de um imaginário que relaciona a vitória de Bolsonaro ao risco da destruição da democracia e ao triunfo da LGBTIfobia. Recuperar-se um passado sombrio, principalmente o regime militar instaurado em 1964, ou aproxima-se a vitória do bolsonarismo à atual situação política da Venezuela ou mesmo à antiga Alemanha nazista.

A comparação da imagem de Bolsonaro à do ditador nazista apareceu em vários momentos durante as eleições, seja pela retórica do candidato, que demonstra desprezo pela democracia, ou por suas exaltações ao período militar brasileiro e latino, incluindo admiração pelo coronel Ustra<sup>56</sup> e pelo sanguinário ditador chileno Augusto Pinochet. Além disso, o candidato Bolsonaro também se destacou por acionar discursos racistas, xenofóbicos e LGBTIfóbicos. Obviamente, todo esse conjunto de textos teve expressiva contribuição para essa trágica expectativa de futuro, principalmente para militantes LGBTI, como é o caso dos apresentadores do Canal das Bee.

Essa violência LGBTIfóbica naturalizada está assentada em imaginários socio-históricos sobre as homossexualidades e são elementares para a afirmação de que a vitória do candidato representa o triunfo da LGBTIfobia.

No entanto, apesar do destaque a Bolsonaro, o projeto de governo do Partido Novo também apresentava elementos LGBTIfóbicos quando se colocava como conservador nos costumes e contrário à “Ideologia de Gênero”, reduzindo o debate à discussão de gênero nas escolas, além de sugerir certo vitimismo dos movimentos sociais. A LGBTIfobia também aparece no programa de governo do cabo Daciolo, quando ele afirma que pretende “proteger” a família cristã, ou seja, excluir outros arranjos familiares. Ela está presente também na pouca profundidade das nuances LGBTIfóbicas do programa de Alckmin e Goulart. Por fim,

---

<sup>56</sup>Torturador apontado pela Comissão Nacional da Verdade como precursor de vários crimes contra a humanidade durante o período militar brasileiro, sendo também apontado como torturador da ex-presidente Dilma Rousseff.

também aparece nas ausências nos programas de governo de Álvaro Dias e Henrique Meirelles, entre outros candidatos minoritários, que não reconhecem as especificidades da violência LGBTIfóbica na sociedade brasileira.

## **7.6 O enfrentamento da LGBTIfobia nos vídeos destacados**

O enfrentamento à LGBTIfobia é uma engrenagem para a produção dos vídeos no Canal das Bee, estando em sua descrição e sendo reiterada diversas vezes pelos apresentadores. O primeiro questionamento que fizemos ao olhar para esses vídeos foi tentar apreender o que se entende por LGBTIfobia a partir do recorte realizado.

Pelo que vimos até aqui, podemos afirmar, com base nos vídeos selecionados, que o Canal das Bee entende por LGBTIfobia a ofensiva conservadora com a qual a militância LGBTI está constantemente em conflito. O canal também vê como LGBTIfobia a violência verbal, simbólica, cultural e física contra essa população.

As polêmicas em torno do "Kit-Gay" e da "Ideologia de Gênero" também são consideradas pelos apresentadores como manifestações da LGBTIfobia, assim como a invisibilidade dos crimes de ódio contra LGBTI.

O enfrentamento da LGBTIfobia se dá pela produção dos vídeos que, entre outras coisas, objetivam uma transformação social. Alguns elementos de edição, o comportamento diante das câmeras e o uso de gírias da cultura LGBTI compõem táticas de enfrentamento no nível da linguagem, do reconhecimento, da identidade.

No vídeo "Kit-Gay", Herbert usa uma camisa e casaco pretos com a inscrição "#i'm gay". Nesse caso, o enfrentamento da LGBTIfobia se apresenta por meio da autoafirmação da condição homossexual, o assumir-se. Tal gesto pode representar uma libertação das condições de opressão que recaem sobre as homossexualidades, sobretudo subjetivamente. Também pode ser visto como uma estratégia de resistência frente às normas heterossexistas, o "sair do armário", que também aponta para as condições de enunciabilidade e de experiência desses produtores. Porém, essa atitude ética e política de "sair do armário" pode não corresponder com a realidade e a experiência de outros LGBTI em suas diferentes condições de existência.

Tanto o vídeo que trata sobre a "Ideologia de Gênero" como o vídeo sobre o "Kit-Gay" possuem objetivos claramente políticos, buscando transformar, por intermédio da mudança de voto, um futuro que, aos integrantes do canal, parece trágico. O único meio possível para evitar o triunfo da LGBTIfobia representado pela vitória de Bolsonaro é retirar-lhe votos.

No vídeo “Kit-Gay”, os apresentadores pedem que a audiência fique atenta aos conteúdos de outros canais que são a favor da democracia e contra o candidato Bolsonaro. A partir do vídeo, vimos que, no *YouTube*, se formou uma conversação em torno da *hashtag* #CriadorespelaDemocracia, com o objetivo de reunir vídeos que falavam sobre os riscos que a vitória do candidato Bolsonaro representaria às instituições democráticas.

A pauta LGBTI, num certo momento, se confunde com a rejeição ao candidato. Pelo menos aparentemente, não há o movimento de falar com o LGBTI que vota em Bolsonaro, por exemplo. Isso aparece modestamente nos comentários. No entanto, levantamento feito pelo Datafolha em 25 de outubro daquele ano sugere que 29% do eleitorado de Bolsonaro era formado por pessoas não heterossexuais.<sup>57</sup>

Algumas questões passaram à margem da discussão, o que não deslegitima a proposta de enfrentamento à LGBTIfobia, mas explicita algumas questões que o canal não deu conta de abordar, pelo menos nos limites da materialidade desta pesquisa.

A seguir, serão apresentadas algumas questões em relação às polêmicas que elencamos como fio condutor, que podem ser discutidas a partir dos vídeos selecionados para observar a manifestação da LGBTIfobia, bem como seus modos de enfrentamento.

### *7.6.1 A ausência da LGBTIfobia na abordagem sobre a “Ideologia de Gênero”*

Desde cedo, aprendemos na família, nas escolas e em diversas instituições sociais e imaginárias que a ordem social hegemônica é baseada no binarismo de gênero e na heterossexualidade compulsória. Essa educação generificada aparece até nos livros didáticos, que ensinam, implícita ou explicitamente, o que é ser um menino e quais são os modos de uma menina.

As polêmicas em relação à “Ideologia de Gênero”, conforme apontado nesta dissertação, transcendem a discussão sobre a educação de gênero e sexualidade nas escolas, se ancorando fortemente na LGBTIfobia, sobretudo no debate durante as eleições presidenciais. No período eleitoral, o termo “Ideologia de Gênero” vai aparecer sempre relacionado às políticas educacionais do país, principalmente as da educação infantil. Essa ideia vai aparecer recorrentemente nas falas dos candidatos, uma vez que, nas eleições, “Ideologia de Gênero” e “Kit-Gay” estiveram estreitamente relacionados a um imaginário social que os concebia como instrumento de uma doutrinação marxista que se iniciaria na escola.

---

<sup>57</sup> BULGARELLI, Lucas. Por que 29% dos LGBTs votam em Bolsonaro?. El País Brasil. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/27/opinion/1540592921\\_823943.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/27/opinion/1540592921_823943.html)>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Quanto à abordagem do canal, a discussão sobre a “Ideologia de Gênero” gira em torno do assédio sexual sofrido por uma aluna em sala de aula. Embora a LGBTIfobia seja um dos elementos centrais para a construção de um imaginário distópico sobre a “Ideologia de Gênero”, além de um motivador para a produção dos vídeos, ela não aparece nem superficialmente na abordagem do canal.

Como primeiro incômodo, questionamos porque tais correlações não foram problematizadas, tendo em vista que o interesse do canal é, sobretudo, combater a LGBTIfobia. Por que o contexto político (não apenas eleitoral) desapareceu na abordagem sobre a “Ideologia de Gênero”, ainda que a notícia pautada pelo vídeo se relacionasse com o assédio sexual sofrido por alunas no ambiente escolar?

Essas ausências apontam certa condição de enunciabilidade, ou seja, essas questões, de alguma forma, não fizeram problema para os próprios produtores no desdobramento de sua argumentação e de sua estratégia de luta.

Para compreender a “Ideologia de Gênero” no contexto do debate eleitoral é necessário fazer uma reflexão profunda acerca dos imaginários sociais, tal como proposto: como movimento metodológico. Conforme apontamos no capítulo 2 sobre a LGBTIfobia, opera em nossa sociedade um imaginário que, historicamente, condena a dissonância sexual e de gênero ao submundo da subversão, do antinatural e do pecado. A única ordem considerada natural é a heterossexualidade, bem como o binarismo de gênero com todos os papéis sociais que lhe são atribuídos.

Em outras palavras, a ordem hegemônica heterossexista não permite questionar a colonização epistemológica imposta pelo patriarcado, as relações de poder e os jogos de sentido que garantem privilégios de alguns em detrimento de outros. Questionar as normas de gênero e o machismo estrutural sobre o qual a violência LGBTIfóbica está assentada pode ser visto como um atentado à moral, aos costumes e, principalmente, às instituições imaginárias.

Refletir sobre as relações de gênero é, sem dúvida, lidar com as relações de poder que, historicamente, se estruturaram a partir delas e que reverberam nas relações de trabalho, na maternidade, no cuidado dos filhos (delegado às mulheres com o pretexto dos vínculos biológicos), nos trabalhos braçais, no provimento do lar como prerrogativa dos homens por sua pressuposta superioridade física.

Nesta sociedade machista, o homem é considerado o sujeito universal em oposição ao Outro, ao diferente, ao feminino. Os estudos de gênero e sexualidade foram determinantes para colocar o gênero em debate, discutindo o binarismo sexual e o determinismo biológico.

Nesse sentido, é urgente não associar gênero a uma marca biológica.

Com os desdobramentos dos movimentos feministas no final da década de 1970, muitos autores passaram a entender gênero em uma dimensão que vai além do sexo biológico, como uma construção social baseada nos sexos. Ou seja, o gênero não é algo dado biologicamente, mas construído socialmente.

Gênero, então, passa a ser visto como o resultado de uma tensão possível entre a experiência de vida e o que deveria ser o papel de gênero sob a perspectiva social. A ordem discursiva hegemônica desconsidera a dimensão construcionista do gênero, que ultrapassa a determinação natural ou biológica.

Os apresentadores dos vídeos analisados também não problematizam a relação da “Ideologia de Gênero” com as raízes históricas da LGBTIfobia, conforme apontado nesta dissertação. Tampouco refletem sobre o imaginário religioso no qual essa polêmica foi sendo construída e sua relação com as homossexualidades.

Essa tensão entre religiosos e militantes LGBTI gerou muitos episódios durante a campanha eleitoral de 2018, como as que destacamos no capítulo 2. Além daquelas, podemos citar a exposição *Queermuseum*, aberta em agosto de 2017, em Porto Alegre, com um acervo de 90 obras de 270 artistas nacionais que se identificavam com a temática LGBTI. A Mostra repercutiu por influência de grupos conservadores, como o Movimento Brasil Livre (MBL), que criticaram o conteúdo da exposição, acusando-a de promover a pedofilia, a zoofilia e a blasfêmia. Na discussão do *Queermuseum* como uma exposição sobre a arte *queer*, a relação da LGBTIfobia com a proibição sequer foi posta em debate. À época, o Canal das Bee convidou outra *youtuber*, a Vivi (que mantém um canal especializado em conteúdos sobre artes),<sup>58</sup> para fazer comentários sobre o *Queermuseum*. A discussão girou em torno da experiência da *youtuber* na exposição; as questões sobre a LGBTIfobia, motivo pelo qual a exposição foi censurada, não chegaram a ser problematizadas.

Na ocasião, Herbert afirmou que várias matérias compartilhadas por grupos reacionários focaram nas manifestações contra a Exposição, mas apresentadores e convidada não tocaram no conteúdo dela. Ora, se a polêmica se desdobrou exatamente em relação ao conteúdo da Exposição, por que os apresentadores não problematizaram a crítica que recai sobre o conteúdo das obras por causa dos padrões normativos de gênero e sexualidade nem suas interseções com a LGBTIfobia?

---

<sup>58</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/channel/UCxIruXzvzmLkaH-a-QGnnKQ>>. Acesso em: 23 dez. 2019.



Importante ressaltar que os vídeos não abordam as nuances dos projetos de governo dos presidenciáveis, a despeito da evidente relação com o processo eleitoral em curso. No vídeo que discute a “Ideologia de Gênero”, essa ausência talvez se justifique pela data da postagem, bem no início do período eleitoral, quando as polêmicas ainda não tinham alcançado maiores proporções. O fato é que a questão eleitoral sequer aparece na narrativa desse vídeo.

Embora receba o nome de “Ideologia de Gênero”, essa discussão só vai aparecer em relação a uma reportagem sobre um assédio cometido por um professor contra uma aluna de um colégio particular no Rio de Janeiro. A argumentação dos apresentadores não avança muito para a compreensão de que a suposta “Ideologia de Gênero” não deve ser reduzida ao ambiente escolar ou aos materiais pedagógicos, tampouco aborda sua dimensão LGBTIfóbica.

O projeto vencedor das eleições presidenciais de 2018 no Brasil mobilizou como estratégia eleitoral conceitos como “ideologia” e “doutrinação” para se posicionar contra o que nomearam de marxismo cultural, entendido como instrumento de doutrinação comunista.<sup>59</sup> O combate à “Ideologia de Gênero” aparece nos planos de governo de alguns candidatos, como cabo Daciolo e Jair Bolsonaro, mas se estende a declarações públicas dos presidenciáveis, como as de João Amoêdo e Álvaro Dias, ainda que de modo embaçado e reduzido às diretrizes educacionais e materiais pedagógicos.

Além de Bolsonaro, vários outros candidatos (de presidenciáveis a governadores, deputados e senadores) valeram-se dos imaginários sociais e LGBTIfóbicos acerca da “Ideologia de Gênero” como elemento importante em suas estratégias eleitorais. Outros presidenciáveis reiteraram sua postura contrária à “Ideologia de Gênero”, como cabo Daciolo, Geraldo Alckimin e João Amoedo, mantendo-se omissos quanto às suas controvérsias (quando não, cúmplices). Tais polêmicas desidrataram consideravelmente a imagem do candidato do PT, Fernando Haddad, principalmente por causa da vinculação dessas pautas à sua candidatura.

Quando Bolsonaro, Cabo Daciolo, José Maria Eymael, João Amoêdo, Álvaro Dias, entre outros presidenciáveis, posicionaram-se contra essa suposta “Ideologia de Gênero” sem se esforçarem em esclarecer as complexidades apontadas no capítulo 6, eles não só confirmaram que estamos diante de um inimigo a ser combatido, como contribuíram com essa cortina de fumaça que impede a compreensão acerca do tema.

---

<sup>59</sup> JIMÉNEZ, Carla. “Anti-marxista” indicado por Olavo de Carvalho será ministro da Educação. El País Brasil. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/politica/1542910509\\_576428.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/politica/1542910509_576428.html) >. Acesso em: 23 dez. 2019.

Por outro lado, os candidatos Boulos (PSOL), Fernando Haddad (PT), Marina Silva (Rede), Vera Lúcia (PSTU) e Ciro Gomes (PDT) foram mais cautelosos ao retratar essa temática, inclusive apoiando a educação de gênero nas escolas e, em alguns momentos, ainda que modestamente, questionando as estratégias políticas sobre essa questão.

### 7.6.2 O enfrentamento da LGBTIfobia na abordagem sobre o “Kit-Gay”

No vídeo sobre o “Kit-Gay”, a questão eleitoral já aparece com centralidade. Ele foi gravado logo após o resultado do primeiro turno e os apresentadores se mostram explicitamente como eleitores do candidato Fernando Haddad (PT).

Em um vídeo de 23 minutos, o assunto sobre o "Kit-Gay" ocupa, aproximadamente, 5 minutos. Na abordagem do canal em relação ao "Kit-Gay", Fernanda explica que, em 2003, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, nos desdobramentos das discussões sobre *bullying*, apontou a necessidade de discutir a homofobia nas escolas. Diante da demanda, várias ONG foram chamadas para desenvolver um material didático que falasse sobre homofobia.

Fernanda lembra que muitas pessoas pediram para eles se posicionarem sobre o assunto, mas que decidiram não falar sobre isso antes porque achavam que, quando algo é muito mentira, nem era preciso explicar. Segundo ela, escutamos nossos familiares dizendo que “entendem o movimento LGBTI, mas ensinar pessoas de 6 anos como fazer sexo é demais”.

Aqui, aparece uma dimensão do imaginário em torno das homossexualidades: sua suposta relação com a perversão e a pederastia. Historicamente, o homossexual sempre foi associado a um imaginário de promiscuidade, imagem reforçada na década de 1990, no auge da epidemia de aids, considerada uma doença que atingia especificamente essa população, supostamente em função do seu comportamento sexual. Vale lembrar que, durante muito tempo, a pederastia foi associada ao comportamento homossexual, o que remonta, ainda que de forma embaçada e deturpada, a aspectos da civilização grega.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> Foucault afirma que o amor homossexual que se atribui aos gregos nas relações pedagógicas, em que o mais velho auxilia o mais novo a tornar-se sujeito social, é um tanto quanto problemática. O autor afirma que, no limite, os gregos não aceitariam uma relação sexual homem-rapaz, uma vez que tendiam para dois objetivos diferentes e incompatíveis no interior do sistema, a saber: como objeto (lugar da mulher e do escravo) e como sujeito (que o rapaz é, em potencial). Desse modo, no lugar de tolerância, esse suposto amor homossexual foi onde se elaborou de modo mais visível o princípio da renúncia sexual na cultura grega. Ver mais em: FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e Verdade: curso no Collège de France (1980-1981)* / Michel Foucault; edição estabelecida por Frédéric Gros sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Rosimary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016. (Coleção obras de Michel Foucault).

Nesse sentido, percebemos que esses imaginários historicamente construídos fomentaram a disseminação de um pânico moral, em que a distribuição de um imaginário "Kit-Gay" poderia transformar as crianças em “viadas”. Existe kit de beleza, kit de viagem e, agora, um kit de “viadagem”; é como se esse material educativo pudesse transformar a sexualidade dos alunos, tornando-os homossexuais.

Recuperando a discussão sobre o imaginário socio-histórico de Castoriadis (2000), é válido retomar as noções de simbolismo e de jogos de sentidos que foram convocadas para confirmar a existência do "Kit-Gay" na dimensão social. Para o autor, o simbolismo pressupõe uma capacidade imaginária, possibilita ver alguma coisa diferente do que realmente é, ou algo que efetivamente não é.

Vimos que a apropriação do "Kit-Gay" como ferramenta política foi uma estratégia do candidato Jair Bolsonaro (PSL) para se colocar contrário às reivindicações da militância LGBTI. Em seus pronunciamentos, ele cita que sua tensão em relação à militância vem desde quando se debatia no Congresso a realização de um “Seminário Infantil Gay” que, entre outras coisas, estimularia, no âmbito da educação pública, a produção de um material que ensinaria masturbação precoce para os adolescentes e desconstruiria o binarismo de gênero, entre outras coisas. Os candidatos e seus estrategistas eleitorais mobilizaram esses imaginários para gerar dúvidas (oferecendo informações deturpadas) e pânico moral entre os eleitores mais conservadores.

Tratando-se da dimensão do imaginário religioso, Castoriadis (2000) afirma que toda religião está assentada em um imaginário. A sociedade, necessariamente, produz esse imaginário ou “ilusão” (nos termos de Freud) e necessita dele para o seu funcionamento. O autor nos lembra que o próprio Senhor é imaginário; a religião, como tal, deve instaurar ritos, cercar-se de sanções. Desse modo, seja como religião ou instituição, um imaginário secundário se prolifera em volta do imaginário central. O "Kit-Gay", justamente nos termos desse imaginário secundário, se caracteriza pelo simbolismo que constitui tal polêmica, materializando as significações que ela carrega.

Ainda em relação à abordagem do vídeo, os apresentadores afirmam que é falsa a informação de que o candidato Fernando Haddad teria distribuído o "Kit-Gay" nas escolas municipais de São Paulo, assim como as mamadeiras eróticas. Segundo os apresentadores, o material pedagógico desenvolvido à época (o suposto "Kit-Gay") foi elogiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela Organização das Nações Unidas (ONU). Concluem, então, que os conservadores impediram

que um conteúdo educativo sobre a homofobia fosse distribuído e que, hoje, tem “viado” e “sapatão” apanhando na rua em consequência dessa omissão.

Na esteira dessas notícias falsas sobre o PT, Fernanda comenta daquela que afirma que o partido estaria erotizando as crianças e estimulando a pedofilia. O rumor teria surgido quando Carlos Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, compartilhou uma publicação do escritor Olavo de Carvalho, na qual ele afirma que o candidato Fernando Haddad, em seu livro *Em Defesa do Socialismo*, apoia a legalização do incesto.

Depois de Carlos Bolsonaro, várias pessoas, de forma coordenada, compartilharam essa informação sem checar sua autenticidade. Fernanda diz que, no livro, Fernando Haddad defende o socialismo a partir do combate às desigualdades, da participação popular e do fortalecimento da sociedade civil. Ela afirma, ainda, que o livro não fala de sexualidade, mas que as pessoas que leem essas notícias falsas acabam acreditando sem se preocupar com as consequências.

Na abordagem do canal das Bee sobre o "Kit-Gay", algumas nuances da LGBTIfobia possíveis de serem observadas com um olhar mais atento, são pouco problematizadas. Nesse aspecto, além de abordar, como fizeram, as contribuições de Olavo de Carvalho e de Carlos Bolsonaro para a difusão dessa polêmica, que insinuava a implementação de um projeto de sexualização infantil por Fernando Haddad, talvez fosse mais preciso questionarem porque essas afirmativas são facilmente assimiladas pelos eleitores ao ponto de eles não checarem sua autenticidade.

## CONCLUSÃO

A iniciativa desta pesquisa parte da experiência do pesquisador na plataforma do *YouTube*, onde um conjunto de vídeos apontava o enfrentamento à LGBTIfobia como elemento de engrenagem de seu processo produtivo. É fácil verificar que o enfrentamento à LGBTIfobia se constituiu em diversas narrativas no *YouTube*, se apresentando em diferentes gêneros, formatos, categorias etc. Na tentativa de melhor compreender esse fenômeno, foi feito um recorte para tornar a pesquisa possível. A escolha do canal deu-se pelo fato de ele ter muitos inscritos, visualizações expressivas, ter sido gestado com a proposta de enfrentamento à LGBTIfobia.

Conforme pontuado, a LGBTIfobia foi uma chave operatória em polêmicas como o “Kit-Gay” e a “Ideologia de Gênero”, que reverberaram fortemente no debate eleitoral e foram determinantes para o resultado do pleito presidencial. Ao circunscrever a análise aos dois vídeos homônimos às temáticas, que buscavam abordá-las com vistas ao enfrentamento à LGBTIfobia, tornou-se possível a investigação desse fenômeno, a partir da emergência das textualidades que ali se configuram.

Assim, a intenção foi entender como a LGBTIfobia engendra um modo específico de funcionamento desses vídeos que, de alguma forma, buscam refletir e/ou debater questões em torno das polêmicas do “Kit-Gay” e da “Ideologia de Gênero”. Encontramos, nesse lugar, um caminho possível para desenvolver a análise, manejando a dimensão dos imaginários socio-históricos de Castoriadis (2000) como uma ferramenta metodológica que nos permitiu enxergar as condições de emergência e reverberação desse fenômeno.

O contexto desta pesquisa foi o acirramento do debate político nas eleições de 2018, quando se viu claramente uma polarização entre progressistas e conservadores. Nos vídeos analisados, há certa centralidade nas figuras dos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), que se enfrentaram no segundo turno. Essa polarização aparece com ênfase no vídeo sobre o “Kit-Gay”, principalmente porque ele foi produzido logo depois do resultado do primeiro turno.

Quanto ao vídeo “Ideologia de Gênero”, publicado bem no início do período eleitoral, a relação com o pleito presidencial não aparece. Conforme pontuado, o Canal das Bee não se propõe a discutir especificamente sobre as eleições, mas sim sobre a LGBTIfobia. Ou seja, ainda que a publicação não passasse pelas eleições e não tivesse nenhum compromisso de assim proceder, ela nos oferece elementos para apreender as dinâmicas de poder e as relações de sentido por trás da LGBTIfobia como fenômeno social e político.

Nessa direção, as reflexões sobre a política a partir de Arendt, Mbembe e Butler abrem possibilidades para analisarmos a emergência dessas relações e a trama textual que é tecida nesse novelo. Assim, os imaginários socio-históricos nos quais a LGBTIfobia está assentada contribuíram preponderantemente para a consolidação de um projeto político com o qual as pessoas LGBTI precisam negociar o tempo todo, nas dimensões simbólica, discursiva e epistemológica, além da possibilidade de sua própria existência. Nesse sentido, o capítulo 2 buscou fazer um percurso para compreender diferentes nuances e manifestações da LGBTIfobia, sobretudo no Brasil, bem como o seu enfrentamento.

Na análise da materialidade, o enfrentamento à LGBTIfobia aparece como uma ação política (ainda que entre fatores econômicos, mercadológicos etc.), que mobiliza o Canal das Bee para a produção de seu conteúdo. Pela perspectiva dos imaginários, a análise das textualidades que dali emergem sugere que esse gesto político se configura, em alguma medida, em relação às nuances históricas da LGBTIfobia e suas reverberações no presente, quando não se desdobra permeado por elas.

Nesses termos, a ausência de elementos argumentativos para o desdobramento dos textos acionados no enfrentamento à LGBTIfobia e a articulação com o processo eleitoral em curso ilustram alguns limites dessas abordagens, principalmente no vídeo sobre a “Ideologia de Gênero”. De modo preponderante, as questões acerca da LGBTIfobia foram negligenciadas, mas no próprio vídeo há referência a um crime com fortes elementos LGBTIfóbicos, apontados pelos apresentadores. Além disso, a narrativa do vídeo não dialoga diretamente com a polêmica da “Ideologia de Gênero”, ainda que tivesse elementos para fazê-lo. Se houve uma aproximação do crime LGBTIfóbico com a “Ideologia de Gênero”, ela se deu apenas na inclusão do tema no mesmo vídeo.

A LGBTIfobia, conforme discorremos no capítulo 2, aponta para diferentes relações de poder que atravessam de modo diferenciado as várias identidades e expressões de gênero e sexualidade que este termo pretende abarcar. O que observamos nos vídeos analisados, bem como no debate público que transcende o canal, essas nuances não aparecem de forma clara, objetiva e/ou sistematizada. Há um ofuscamento em relação as questões políticas e as dimensões de poder e opressão que Estado pode legitimar, sobretudo a partir da iminente vitória da extrema-direita e do fundamentalismo religioso no âmbito do Executivo.

O canal até faz um movimento no sentido de apontar que diferentes relações de poder e opressão atravessam de modo específico o cotidiano de diferentes identidades LGBTI, como afirmam em sua descrição na plataforma do *YouTube*. No entanto, sobre o conteúdo publicado

nos vídeos selecionados, podemos observar que a discussão não alcança as dimensões políticas e imaginárias que se sobressaem nessas polêmicas. Por exemplo, eles começam o vídeo sobre o “Kit-Gay” argumentando a obviedade de se tratar de uma notícia falsa, mas não chegam a problematizar algumas raízes históricas e culturais que fazem circular esses imaginários sobre as homossexualidades, sobretudo que estruturam tais operações LGBTIfóbicas.

As polêmicas que os vídeos se propõem a debater apontam para imaginários historicamente construídos e que, de certa forma, são estruturantes em nossa sociedade. A operação desses imaginários é capaz de invisibilizar as manifestações de poder que envolvem o campo do gênero, sexo e sexualidade. No entanto, o imaginário também oferece elementos para a superação da invisibilização das manifestações de poder, sendo a política uma das saídas para isso.

Tratando-se das dimensões políticas, elas aparecem fortemente no vídeo sobre o “Kit-Gay”, sobretudo nos imaginários sobre o futuro pós-Bolsonaro. Esse futuro aparece muito em relação a um passado, sombrio, como o regime militar do Brasil e o nazismo. Observamos um temor dos apresentadores em suas expectativas de futuro, quanto ao aumento da violência, principalmente contra LGBTI, bem como a desestabilização democrática e o triunfo da LGBTIfobia.

Nos termos de Arendt (2018), política é ação na diversidade, é preservação e respeito à pluralidade humana. A política trata da convivência entre os diferentes e é nesse ponto que ela tem o poder de deter a lógica da “política da inimizade” discutida por Mbembe (2017).

Arendt (2018) afirma que o espaço entre os homens não pode existir sem eles, pois seria, em si, uma contradição. Certamente, é no agir ou no fazer humano que reside a possibilidade da mudança, e isso diz respeito à política. A propósito, o sentido da política é a liberdade e, portanto, a aptidão do agir. A autora afirma que é tarefa e objetivo da política a garantia da vida num sentido mais amplo (ARENDDT, 2018, p. 46) e essa perspectiva confronta a lógica necropolítica e se articula com a discussão sobre a precariedade dos corpos.

Romper com a política de extermínio de corpos racializados, como ocorre com uma parcela significativa da população – entre elas, os sujeitos LGBTI -, deve ser um princípio orientador da política na sociedade moderna.

No que se refere ao debate eleitoral, o vídeo sobre “Ideologia de Gênero” não contribuiu para uma melhor compreensão da dimensão LGBTIfóbica dessa polêmica. A abordagem se desdobra a partir de uma notícia que nada tem a ver com a questão da

LGBTIfobia (o assédio sofrido por uma aluna em sala de aula). Portanto, embora o enfrentamento da LGBTIfobia seja um discurso acionado para construir a identidade do Canal das Bee, nem sempre ela aparece em relação às polêmicas tratadas nos vídeos. Abordar a polêmica da “Ideologia de Gênero” sem passar pelas nuances da LGBTIfobia pode ser decepcionante para quem espera o que foi prometido na descrição do canal: o combate à LGBTIfobia, um elemento de engrenagem para o processo produtivo do canal.

Em relação ao vídeo sobre o "Kit-Gay", as conexões com o cenário eleitoral apareceram de modo efetivo. No entanto, as discussões sobre LGBTIfobia foram esvaziadas para dar lugar à oposição ao candidato Bolsonaro, com os apresentadores reiterando o perigo que a sua vitória representaria para a população LGBTI. Realmente, conforme a discussão desta dissertação, essa expectativa trágica de futuro não é apenas uma imaginação distópica sobre um futuro sombrio, mas encontra elementos contundentes para se consolidar no imaginário social, na medida em que o discurso, o projeto político e o comportamento LGBTIfóbico de alguns candidatos - sobretudo o atual presidente Jair Bolsonaro - são sintomas do quadro político de inimizade, da precariedade dos corpos LGBTI e da necropolítica LGBTIfóbica presentes na ordem social brasileira.

Mas as discussões nos vídeos estiveram no limite do senso comum, às vezes negligenciando algumas dimensões da LGBTIfobia, o que compromete sua estratégia de enfrentamento. Nos vídeos analisados, não aparecem questões relativas às interseccionalidades raciais, econômicas, geográficas, entre outras que também são centrais para o debate político e eleitoral e que foram reivindicadas pela audiência nos comentários, conforme indicado ao final do capítulo 6. No entanto, isso não deslegitima a proposta do canal, mas expõe o seu alcance e as suas fronteiras, ou seja, a análise das textualidades aponta para os limites e as potências que esses imaginários oferecem, sobretudo na dimensão política.

Os conflitos em torno da militância LGBTI, das novas abordagens sobre gênero, sexo e sexualidade, bem como sua tensão com discursos conservadores, religiosos e/ou fundamentalistas, atravessam fortemente os fenômenos aqui analisados. Nesse sentido, consideramos que esses fenômenos se desdobram na ebulição dos magmas que, na metáfora de Castoriadis (2000), se deslocam e se movimentam, ao mesmo tempo em que se sustentam em estruturas rígidas. Então, caberia ao imaginário a ação política com vistas a transformar um futuro que parece sombrio, retrógrado e ameaçador, sobretudo com a possibilidade de vitória de um projeto político que, claramente, exclui e/ou elimina pessoas LGBTI.

No caso do Canal da Bee, essa ação política pode ser percebida na utilização do



enfrentamento à LGBTIfobia como mobilizador para a produção dos vídeos e também na proposta de debater as questões que, de alguma forma, atravessam esse fenômeno. Nesse sentido, o canal cumpre com as demandas de visibilidade, reconhecimento da cultura e circulação de discursos pró LGBTI, na medida em que alcança um número expressivo de visualizações dos vídeos. No entanto, esse alcance esbarra nos limites do que a Plataforma pode oferecer, permeado pelas contradições das lógicas algorítmicas e das políticas de monetização.

A abordagem de diferentes nuances das manifestações LGBTIfóbicas, além de pautas de entretenimento, humor e ações comerciais, podem sugerir a relevância que conteúdos e/ou produtos direcionados para esse segmento podem alcançar nessa Plataforma e no cotidiano das pessoas. Por outro lado, esses números referentes à circulação não oferecem elementos contundentes para a análise das relações de poder e dos jogos de sentido que atravessam o conjunto de textualidades que os vídeos acionam.

Castoriadis (2000) aponta que as condições de leitura e de existência estão intrinsecamente relacionadas. Sendo assim, só existe história porque os homens comunicam e colaboram em um meio simbólico. Embora a história só exista na e pela linguagem, devemos considerar que essa linguagem se transforma, além de surgirem novos sistemas de significação e de significante.

Certamente a análise desses dois vídeos selecionados não fala sobre o conjunto de vídeos publicados pelo Canal das Bee. No entanto, a partir desse recorte, sobretudo temporal e temático, conseguimos enxergar as condições de emergência do enfrentamento à LGBTIfobia e as relações de poder e de sentido que elas podem indicar, valendo-nos do referencial teórico, de fundamental importância para a compreensão do contexto eleitoral de 2018.

Por meio dos vídeos analisados, observamos o quadro de disputa que se instaurou no país, bem como as políticas da inimizade, que colocaram as pessoas LGBTI como inimigas do Estado e da ordem social, na medida em que reivindicam direitos básicos de cidadania, respeito e tolerância.

A discussão sobre a necropolítica - tratada, nesta dissertação, como necropolítica LGBTIfóbica -, bem como a dimensão da precariedade dos corpos, possibilitam afirmar que esse quadro hostil ao LGBTI aparece timidamente na retórica dos candidatos e em seus programas de governo, demonstrando as pontas de diferentes regimes de historicidade nos quais os preconceitos contra as homossexualidades estão assentados.

Em suma, outras dimensões LGBTIfóbicas podem ser identificadas nas invisibilidades

que algumas nuances atingem no âmbito social, inclusive nos textos acionados por aqueles que, de alguma forma, propõem o enfrentamento à LGBTIfobia. Portanto, a ausência de questões importantes na discussão dos temas tratados nesses vídeos não só indica os limites do canal no enfrentamento à LGBTIfobia, como dá pistas sobre a colonização epistemológica e a presença e o poder do patriarcado nos modos de apreensão dos fenômenos que atravessam a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013. Disponível em: [https://app.uff.br/slab/uploads/Holocausto\\_brasileiro\\_vida\\_genoc%C3%ADdio\\_e\\_60\\_mil\\_mortes\\_no\\_maior\\_hosp%C3%ADcio\\_do\\_Brasil.pdf](https://app.uff.br/slab/uploads/Holocausto_brasileiro_vida_genoc%C3%ADdio_e_60_mil_mortes_no_maior_hosp%C3%ADcio_do_Brasil.pdf). Acesso em: 01 dez. 2020.
- ARENDDT, Hannah. *O que é política?*. 13ª ed. Ed. Ursula Ludz. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- BORRILLO, Danilo. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. 5ª ed. Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. *Jornalismo, Homofobia e relações de gênero*. Curitiba: Appris, 2012.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. *Midiatização e textualidades [recurso eletrônico]: dimensões teóricas e aplicações empíricas*. Org. Carlos Alberto de Carvalho. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017.
- CARVALHO, Carlos Alberto; AZEVÊDO, José Henrique Pires. Do AZT à PrEP e à PEP: aids, HIV, movimento LGBTI e jornalismo. *Reciis* (Rev. Eletron. Comum. Inf. Inov. Saúde), 13(2), 246-60, abr./jun 2019. Disponível em: [www.reciis.icict.fiocruz.br](http://www.reciis.icict.fiocruz.br). Acesso em: 01 dez. 2019. (ISSN 1981-6278)
- CARVALHO, Carlos Alberto; FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Violência em acontecimentos políticos: jornalismo e lawfare no caso Lula. *Galaxia* (online), São paulo, Especial 1 - Comunicação e Historicidades, p. 100-112, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019441720>. Acesso em: 31 dez. 2019. ISSN 1982-2553
- CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da Sociedade*. 5. ed. Trad. Guy Reynoud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Título original: L'institution imaginaire de La société)
- COONELL, R. W. *Masculinities: Knowledge, power and social change*. Berkeley/Los Angeles: University of Califórnia Press, 1995.
- VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Trad. Procópio Abreu. Ed. José Nazar. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FRANCISCO, Papa. 14 vezes em que o papa Francisco falou contra a ideologia de gênero e o casamento gay. *Sempre Família*. Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/13-vezes-em-que-o-papa-francisco-falou-contra-a-ideologia-de-genero-e-o-casamento-gay/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*. São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722>>. Acesso em: 31 dez. 2019.

GREEN, James N. *Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel. Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Trad. Marília Sette Câmara. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2018.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), p. 449-502, 2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 ago. 2019.

LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto. *Jornalismo e Homofobia no Brasil: mapeamento e reflexões*. São Paulo: Intermeios, 2012.

LEAL, Bruno Souza. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, B.; CARVALHO, C. A.; ALZAMORA, Geane. *Textualidades Midiáticas*, Belo Horizonte: PPGCom/UFGM, 2018. 172 p. (p. 17-34). (Olhares Transversais). Disponível em: <http://www.seloppgcom.fafich.ufmg.br/index.php/seloppgcom/catalog/book/1>. Acesso em: 05 ago. 2019.

MACRAE, Edward. 1992. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 51.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*. (53), 2018. (e185302). (ISSN 1809-4449). Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653409/18508>> Acesso em: 15 dez. 2019.

OCANHA, R. F. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: QUINALHA, Renan; GREEN, James N.; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio. (Org.) *História do Movimento LGBT no Brasil*. - 1. ed. São Paulo. Alameda Editorial, 2018 v.1, p.79-90.

PORCELLO, Flávio; BRITES, Francielly. Verdade x Mentira: a ameaça das fakenews nas eleições de 2018 no Brasil. In: *Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Joiville, SC, set. 2018. [recurso eletrônico]. São Paulo: Intercom, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/184434>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

QUINALHA, R. H. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime

autoritário brasileiro. In: QUINALHA, Renan; GREEN, James N; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio. (Org.) História do Movimento LGBT no Brasil. - 1. ed. São Paulo. Alameda Editorial, 2018 v.1, p.17-35.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela; FRIZZERA, Luciano. Algoritmos e desinformação: o papel do YouTube no cenário político brasileiro. In: *VIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA (VIII COMPOLÍTICA)* (GT Internet e Política), Brasília (UnB), 15 a 17 de maio de 2019. Disponível em: <<http://compolitica.org/novo/artigo/algoritmos-e-desinformacao-o-papel-do-youtube-no-cenario-politico-brasileiro/>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SANTAELLA, Lúcia. *A Pós-verdade é verdadeira ou falsa?* [recurso eletrônico]. Org. Fábio Cypriano. Barueri/SP: Estação das Letras e Cores, 2018. 96 p. (epub. ISBN: 978-85-68552-79-7) (Ebook).

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. (revisada e ampliada). Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. A Constituição de 1988 e a evolução dos direitos da população LGBTI+. *Revista de Direito da Faculdade Guanambi*, Guanambi, v. 6, n. 01, jan./jun. 2019. e247. Disponível em: <https://doi.org/10.293/rdfg.v6i01.247>. Acesso em: 29 dez. 2019.

WARNER, Michael (ed.). *Fear of a queer planet: queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993. (Série Cultural politics; v. 6).

YOUTUBE. Ideologia de Gênero - Recebidos da Semana. Canal das Bee. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=OEGs\\_ScJ6Nk](https://www.youtube.com/watch?v=OEGs_ScJ6Nk)>. Acesso em: 05 jul. 2019.

YOUTUBE. Kit-Gay - Recebidos da Semana. Canal das Bee. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WBsPwUaah60>>. Acesso em: 05 jul. 2019.